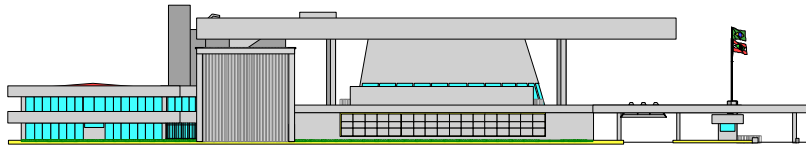


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE MARÇO DE 1998

NÚMERO 4.524

13ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Neodi Saretta  
**PRESIDENTE**

Francisco Küster  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Vanderlei Olívio Rosso  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Odacir Zonta  
**1º SECRETÁRIO**

Gervásio José Maciel  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Francisco Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Gilson dos Santos

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Wilson Wan-Dall

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Carlito Merss

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder:

## COMISSÕES PERMANENTES

### CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente  
Carlito Merss – Vice-Presidente  
Gilson dos Santos  
Olices Santini  
Jaime Aldo Mantelli  
Herneus de Nadal  
João Henrique Blasi  
Júlio Vânio Celso Teixeira  
Norberto Stroisch Filho

### FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente  
Onofre Santo Agostini – Vice-Presidente  
Gilson dos Santos  
Pedro Uczai  
Leodegar Tiscoski  
Jorginho Mello  
Vanderlei Rosso  
Ivo Konell  
Wilson Rogério Wan-Dall

### AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Olices Santini  
Eni José Voltolini  
Jorginho Mello  
Narcizo Parisotto  
Onofre Santo Agostini

### DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

João Henrique Blasi – Presidente  
Udo Wagner – Vice-Presidente  
Carlito Merss  
Ivan Ranzolin  
Romildo Luiz Titon  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Júlio Vânio Celso Teixeira

### TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente  
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Jaime Aldo Mantelli  
Manoel Mota  
Norberto Stroisch Filho  
Hans Fritsche

### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Vanderlei Rosso – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Lício Mauro da Silveira  
Paulo Vidal  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Onofre Santo Agostini

### SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Ciro Marcial Roza – Presidente  
Volnei José Morastoni – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivo Konell  
Sérgio de Souza Silva  
Jorginho Mello  
Júlio Vânio Celso Teixeira

### TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente  
Gilson dos Santos – Vice-Presidente  
Ideli Salvatti  
Gilmar Knaesel  
Paulo Vidal  
Sérgio de Souza Silva  
Cesar Antônio de Souza

### FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Jaime Aldo Mantelli – Presidente  
Pedro Uczai – Vice-Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Reno Luiz Caramori  
Paulo Vidal  
Hans Fritsche  
Norberto Stroisch Filho

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração eletrônica, montagem e distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

**Divisão de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
 ANO VII - **NÚMERO 918**  
 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 009ª Sessão Ordinária realizada em 05/03/1998 .....	2
Ata da 010ª Sessão Ordinária realizada em 09/03/1998 .....	11
Ata da 001ª Sessão Especial realizada em 09/03/1998 .....	14
Ata da 011ª Sessão Ordinária realizada em 10/03/1998 .....	18

**Atos da Mesa Diretora**

Resolução DP .....	26
Resoluções Administrativas .....	26

**Publicações Diversas**

Aviso da Coordenadoria de Licitações .....	27
Leis .....	27
Medida Provisória .....	28
Mensagem Governamental .....	30
Portarias .....	30
Projeto de Decreto Legislativo .....	30
.....	30
Projetos de Lei .....	30

**PLENÁRIO**

# ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 5 DE MARÇO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Eni Voltolini, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Eni Voltolini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Eni Voltolini) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

**PROJETO DE LEI:**

- de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Tenda de Umbanda Cabocla Marola do Mar, com sede e foro na ci-

dade e Comarca de Biguaçu.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Wilson Wan-Dall, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de iniciar esta sessão lendo algumas manchetes do Jornal de Santa Catarina, do dia de hoje, quinta-feira, 5 de março.

(Passa a ler)

"SSP vai punir pedestre infrator. Banco Central anuncia queda da taxa de juros para 28% ao ano. Estado paga hospital com cheque frio. Naya é expulso do PPB. Pinho admite aliança com pefelistas. Comissão do Senado aprova jogo do bicho."

Uma manchete me chamou muito a atenção (não sei se chamou a atenção de V.Exas.): ao lado da manchete que fala sobre o jogador de futebol, o ex-craque da seleção Zico, que será o coordenador da seleção junto com Zagalo na copa da França, tem outra manchete que diz que o Estado paga hospital com cheque frio. Isto aqui, realmente, nos dá a impressão de que o Estado está falido.

No ano passado, lembro-me muito bem,

quando o nosso ex-Presidente, Deputado Pedro Bittencourt, do PFL, assumia o Governo do Estado interinamente, ele recebia uma Comissão do Hospital Santo Antônio. Ele estava acompanhado por este Deputado, pelo Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau, como também por outros Vereadores dos Partidos que representam aquela Casa em Blumenau.

Naquela oportunidade, o Hospital Santo Antônio estava necessitando de R\$30.000,00 para a compra de alguns equipamentos de emergência.

Prontamente o Governador em exercício, Deputado Pedro Bittencourt, liberou os R\$30.000,00 e já pediu, pelo telefone vermelho, aquele do senhor Governador, que o Secretário providenciasse esse cheque de R\$30.000,00.

O Deputado Pedro Bittencourt, como conhecia bem as necessidades daquele hospital, até porque tinha acompanhado com lideranças daquele Município, prontamente atendeu o pedido.

Mas, infelizmente, Deputado Pedro Bittencourt, na sua saída do Governo, a cidade de Blumenau e, por que não dizer, o Vale do Itajaí, começaram uma demonstração de desprezo com relação ao Governo. Disseram que o Governo na área da Saúde, na área dos Transportes, enfim, em todas as áreas dos setores do Governo, pouco ou quase nada tinha feito para a cidade de Blumenau, que até o IML - Instituto Médico Legal -

ainda não tinha sido inaugurado.

Houve uma promessa do Secretário da Saúde de nos próximos dias levar o cheque a Blumenau, mas ficou enrolando e somente depois de um ano e alguns dias o Secretário da Saúde foi a Blumenau e levou um cheque de CR\$30.000,00. Eu nem fui avisado, mas soube através da imprensa que ele esteve em Blumenau para deixar um cheque e pediu ao Diretor do Hospital Santo Antônio que não soltasse o cheque porque era pré-datado. Fiquei quieto. Bom, cheque pré-datado, ninguém imaginaria que o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Saúde, pudesse passar um cheque frio a uma entidade. Confiamos! Dentro do prazo a Direção do Hospital segurou o cheque e depositou somente no prazo combinado, parece-me que foi no dia 25 do mês passado.

E agora, senhores Deputados, lendo o jornal, fiquei sabendo da infeliz notícia de que o Estado pagou o hospital com cheque frio. O cheque voltou, senhor Deputado Pedro Bittencourt. Está aqui a cópia do cheque que voltou por falta de fundos. O valor é de R\$30.000,00, que foi destinado à compra de equipamentos para a UTI do Hospital Santo Antônio.

O administrador do hospital confessa que foi pego de surpresa ao saber que o cheque voltou com carimbo de alínea 11. Jacob disse que havia combinado com Schoeller que o cheque seria descontado somente dia 25 de fevereiro, tempo que o Governo do Estado precisaria para agilizar a publicação do convênio com a Fundação e Secretaria, no Diário Oficial da União.

"Nunca vi isso em toda a minha vida. Tenho que admitir que se trata de uma situação inédita", lamentou o Diretor do Hospital Santo Antônio de Blumenau.

Schoeller explicou ontem que sua Secretaria foi vítima da inconstância das publicações do Diário Oficial. Segundo ele, a previsão era de que a publicação do convênio acontecesse até o dia 25, o que só ocorreu dois dias depois. "Foi um erro de previsão", justificou o Secretário. Ele garantiu que o cheque foi devolvido por determinação do setor financeiro da Secretaria da Saúde, que recomendou ao Banco do Brasil que não pagasse o documento.

Meu Deus do céu, um Secretário vai a Blumenau depois de um ano, um ano e pouco, Deputado Pedro Bittencourt, levar um cheque pré-datado que não tinha sido publicado no Diário Oficial, e agora o cheque volta! Qual é a punição para este Secretário? Não pode ficar assim, meu Deus do céu!

Senhor Presidente e senhores Deputados, é lamentável esse cheque de R\$30.000,00 para o hospital de uma das cidades que mais arrecada em Santa Catarina. Nada contra Joinville, mas lá está sendo construído um hospital com R\$25.000.000,00. Agora, não sei também se estão pagando. Se certamente o cheque de R\$30.000,00 não tem fundo, com certeza o hospital de Joinville vai paralisar em poucos dias.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Deputado Wilson Wan-Dall, eu acompanhava o pronunciamento de V.Exa. e ao lembrar os fatos na audiência em que tive a oportunidade de receber V.Exa., durante o período em que exerci o Governo do Estado, acompanhado de uma ilustre comitiva da cidade de Blumenau, em especial do Hospital Santo Antônio - na época era Vereador o Marco Antônio, que estava também participando daquela precitada audiência -, os argumentos apresentados eram inegáveis e exigiam a pronta ação por parte do Governo do Estado, para que aquela UTI pudesse ser equipada na altura e com o respeito que merece a cidade de Blumenau.

Foi com esse objetivo, com esta intenção que nós autorizamos o envio desse dinheiro ao hospital de Blumenau e solicitamos

naquela ocasião que esse processo fosse feito com agilidade, mas foi feito com agilidade de tartaruga. Levou um ano para chegar a Blumenau, não sei se a BR-101 estava fechada, ou se foi a tartaruga que foi levando até Blumenau, mas o Deputado Lício Silveira lembra que a caneta estava sem tinta - e era verdade mesmo -, porque custou para aparecer uma autorização. E agora, depois de um ano, chega a Blumenau o valor devido e ainda com essa informação de que o cheque, agora, é devolvido por estar sem provisão de fundos.

V.Exa. tem razão e eu não quero nem me referir à condição da caneta estar sem tinta, pois acho que não me cabe, obviamente, fazer qualquer tipo de comentário, cabe, sim, a V.Exa., legitimamente, como representante de Blumenau, fazer aqui o seu protesto, porque não é assim que se governa, não é através de atos pessoais.

O Governante é para um Estado, o Governante era para a cidade de Blumenau, o destino era para a cidade de Blumenau, para a saúde de Blumenau, para a população de Blumenau, que seria beneficiada, e não para o Deputado Wilson Wan-Dall, para o Deputado Pedro Bittencourt ou quem quer que seja.

Por isso a minha indignação com este fato. E V.Exa. tem toda razão, isso demonstra a incompetência, a incapacidade, o relaxamento, a falta de cuidado por parte dos dirigentes do Estado, que nem mesmo conseguem fazer lançamentos de débitos e créditos corretamente, não sabem os valores que o Estado tem em sua conta corrente para poder fazer com que os pagamentos do Estado sejam feitos de forma efetiva e não envergonhem o Estado nem fora, nem internamente.

Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento e lamento, mais uma vez, que estamos assistindo esses descabros administrativos em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Deputado Pedro Bittencourt, muito obrigado pelo seu aparte.

Realmente isso caracteriza crime de responsabilidade. Dá a impressão que o Estado está mais quebrado do que arroz de terceira, porque um cheque de R\$30.000,00 para uma cidade como Blumenau leva um ano para passar e quando passa não tem fundo.

Em nome daquela comunidade, em nome do Hospital Santo Antônio, quero, no dia de amanhã, inclusive tem uma audiência marcada com o Secretário de Estado da Saúde, ir a Blumenau e voltarei com o Secretário da Saúde daquela cidade, juntamente com a Direção do Hospital Santa Isabel, porque temos uma audiência e porque tem outro problema em Blumenau: o Santa Isabel quer fazer o serviço de cardiologia, quer dar assistência às pessoas com problemas cardiológicos, e esse atendimento não pode ser feito pelo SUS porque não existe um convênio entre o Estado, o Hospital e o SUS, pois cabe ao Hospital e à Prefeitura de Blumenau com o Hospital Santa Isabel.

Amanhã vamos ver se, ao menos, o Governo tem uma boa notícia, no sentido de que o cheque possa ser descontado, isto é, possa ter fundo. Por outro lado, gostaria que o Estado pudesse efetuar o convênio, no sentido de que o Santa Isabel possa atender...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente em exercício e senhores Deputados, inicialmente gostaria de registrar a presença do meu particular amigo e nosso grande Líder e Presidente, Adilson Cadorin, do movimento "O Sul é Meu País", e também cumprimentar a Executiva Nacional do meu Partido, o PPB, pela rápida decisão e ação na expulsão do Deputado Federal Sérgio Naya, filiado ao nosso Partido, que

está envolvido nesta questão tão triste para o País, quando, no Rio de Janeiro, por desgraça e até por má ação da sua empresa, caiu um edifício.

No entanto, mais graves foram as suas declarações perante a imprensa da sua ação política. Lógico que, num primeiro momento, o acontecido nada teria a ver com sua vida pública, mas suas declarações deixaram o País perplexo. E o nosso Partido, numa decisão rápida, e aqui complementado por nossos Deputados, através da Liderança do Deputado Gilson dos Santos, pediu a imediata expulsão deste Deputado do nosso Partido. E no dia de ontem o Conselho de Ética do nosso Partido decidiu, num rito sumário, a sua expulsão.

Eu acho que isto é um exemplo que deve ser seguido pelos demais Partidos, principalmente quando há falta de decoro parlamentar nas ações públicas por parte dos Deputados. Então, mais uma vez, quero cumprimentar a Executiva Nacional do nosso Partido.

Mas eu também quero fazer na manhã de hoje o chamamento da nossa imprensa e da sociedade catarinense porque se tem dito que o brasileiro tem memória curta.

Quero lembrar as pessoas que já esqueceram o slogan da campanha de 1994, daquele que é hoje Governador do Estado: Preparado para Governador. Se não me engano, Deputado Carlito Merss, este era o slogan do segundo turno do candidato vencedor.

E muitos catarinenses talvez até votaram neste então candidato pensando que estivesse realmente preparado para governar Santa Catarina, já que ele foi o primeiro colocado no seu concurso de vestibular, primeiro colocado durante o curso de Direito, já que ele disse que foi o primeiro colocado no concurso de Fiscal da Fazenda, o que na época nós aqui dizíamos que não era verdade, enfim, está lá três anos e pouco governando Santa Catarina e o desastre desta administração está aí com cheques sem fundo.

Mas o mais grave é a situação ainda do 13º que ainda não foi quitado com os funcionários públicos estaduais. Isto realmente é inaceitável! Isto não é nem incompetência, isto é, Deputado Reno Caramori, acima de tudo, uma má vontade política porque Santa Catarina arrecadou, o recurso entrou nos cofres, as empresas pagaram o ICMS e não foi direcionado para o pagamento do funcionário público.

Então, isto é uma má vontade política com o funcionalismo público. Mas o Secretário da Fazenda diz que está otimista, que está conseguindo uma operação financeira com a venda das ações da Casan, já que existe neste momento grupos interessados, com certeza com deságio, e que vai, provavelmente ainda este mês, tentar quitar a dívida com o funcionalismo público.

Senhores Deputados, imaginem quantos pais de família deixaram de comprar um presente de Natal para seus filhos ou até com este recurso quitar alguma dívida que estava pendente junto ao comércio, junto a qualquer outro setor! E se passaram dois meses, indo para o terceiro e esta dívida não foi quitada aumentando-a, já que muitos recorreram aos cheques especiais, como temos informações diárias, e tiveram que pagar juros.

Mas existe uma lei estadual, Deputado Reno Caramori, aprovada aqui pela Assembléia Legislativa, que toda vez que houvesse atraso de pagamento o servidor também estaria isento da multa. E nem isso está sendo respeitado pelo Governo.

Então, eu quero aqui trazer, mais uma vez, a minha insatisfação, a minha revolta pessoal por ser também servidor público e sentir na pele o desabafo dessas pessoas que me procuram pela situação que estão vivendo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Gilmar Knaesel, a sua preocupação é deveras importante porque nós, que vivemos

o dia-a-dia, que estamos em contato com o povo, sabemos do seu desespero.

O Governo do Estado arrecadou setenta e um milhões este mês, mas não está pagando em dia o salário do servidor, e o Governo anterior, que não faturava este valor, mantinha pelo menos a folha de pagamento praticamente em dia, pagava as empreiteiras, pagava as fundações, enfim, distribuía o dinheiro arrecadado legalmente dentro daquilo que determina a LDO.

Este Estado hoje está que nem aquela bodega - vou repetir para que o nosso povo entenda bem - aquela bodega do qual o bodegueiro vendia o líquido, vendia cachaça e segurava o vasilhame.

Este Governo, esta bodega que é o Estado de Santa Catarina, gerenciado por este bodegueiro que aí está, vendeu o líquido e agora está vendendo o vasilhame todo. Daqui a algum dia ele vai vender o balcão e as cadeiras da sua bodega.

É exatamente este o conceito. Ele vendeu as debêntures lastreadas pelas ações da Celesc e torrou em que o dinheiro? Alguma coisa nós sabemos, o resto não se sabe onde está.

Agora, quer vender as ações da Casan para fazer o quê? Para pagar contas? Ele está acabando com o Estado. Está vendendo tudo. Então, a comparação mais certa é daquele bodegueiro que acabou vendendo tudo, ficou sentando no degrau da venda porque não tem mais nada para fazer. Este é o conceito que tenho do Estado de Santa Catarina, hoje gerenciado por este "gerentinho" que está aí.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Nobre Deputado, o seu exemplo realmente é bem oportuno.

Pergunto também: onde ficou esse dinheiro? Onde estão as obras? Se ao menos tivessem feito investimentos, obras em Santa Catarina, não seria tão ruim!

Solicito aos Deputados que dão sustentação ao Governo que nos digam uma obra que foi iniciada, acabada e paga por este Governo em nosso Estado. Tenho certeza absoluta de que não terei resposta.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Caro Colega, corroborando com o exemplo citado pelo Deputado Reno Caramori, da bodega, faço menção à revista Carta Capital, do dia 18 de fevereiro, que traz na capa um texto sobre a questão da privatização, inclusive o título é "Privatização na Marra". Ela coloca que o escândalo é a nível federal - infelizmente, parece que o aluno aqui em Santa Catarina quer repetir - e cita diversos textos de técnicos, de economistas colocando a loucura que esse processo de privatização está trazendo. Inclusive, um dos administradores de recursos diz que a nível federal há dúvidas quanto ao efeito da privatização nas contas internas do Governo, que esse foi o grande mote, que isso resolveria o problema de caixa do Governo, do déficit público, da dívida interna.

Isto é fichinha se comparado aos juros anuais de cinquenta bilhões gastos pelo Governo atualmente. Ele usou inclusive o seguinte exemplo: significa vender o carro para pagar a conta do restaurante. Este exemplo é um pouco mais sofisticado do que o exemplo que o Deputado Reno Caramori usou.

É um crime que está se usando contra o patrimônio essa questão que hoje está sendo colocada de forma explícita pelo Secretário Wedekin e pelo Governador. Ele tem dito textualmente: vamos vender a Casan, a Celesc para ver se acertamos, mais ou menos, as contas até o final do ano.

Acho que esta Casa não pode permitir isso e acho que esta discussão hoje deve ser a grande pauta da Assembléia Legislativa. Não podemos deixar se pautar pelo humor do senhor Governador. Temos que pautar o que é funda-

mental, ou seja, não permitir a privatização de empresas que dão certo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o seu aparte.

Finalizando, eu volto mais uma vez à pergunta: preparado para governar o quê? Passados três anos, com certeza, aquele que votou nesse cidadão candidato a Governador na época por causa do seu slogan... Vejo agora a presença do Deputado Manoel Mota, pelo menos um defensor do Governador aqui ainda nesta Casa. Mas os catarinenses foram muito bem enganados com o slogan Preparado para Governar.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Caro Colega, o que realmente me surpreende em tudo isto é que a arrecadação do Estado em momento algum diminuiu. Pelo contrário, ela se encontra ascendente e os compromissos não são quitados pura e simplesmente porque as prioridades são outras. As prioridades não são o cumprimento da Constituição; não são as coisas que estão inseridas na Constituição que foi aqui prometida a sua defesa e o seu cumprimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Nobre Deputado, pergunto novamente: quais são as prioridades? Se as prioridades não são o pagamento do funcionário público, não são as obras, os serviços em Santa Catarina, não sei onde ficou esse dinheiro todo, fora a receita tributária normal, fora o dinheiro levantado com a venda de ações da Celesc, da Casan, os famosos duzentos e cinquenta milhões das Letras, dos precatórios. Onde estão todos esses recursos?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, quando nós falamos de abastecimento de água, normalmente as maiores reclamações, provêm das chamadas áreas mais carentes, de menor poder aquisitivo.

Infelizmente, nós já nos acostumamos a pensar que pessoas carentes, não têm direito equivalente as pessoas que têm mais posses. A cultura da nossa sociedade está nos induzindo a pensar, infelizmente, isso, tanto é que quando pessoas assim se reúnem em frente a uma estatal, como por exemplo, a Casan, e fazem um painel, invadem pedindo água, nós já estamos nos acostumando a entender e a achar que é assim mesmo e que serviço público tem deficiências e que o fornecimento de água é um problema que vai continuar para todo o sempre.

Eu queria juntar três exemplos para mostrar a abrangência desse problema em Santa Catarina. E nós certamente teríamos condições de alencar aqui não três, talvez cem, duzentos exemplos de uma má prestação de serviço público com relação ao abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Vou citar um exemplo, o de Joinville. Joinville é a cidade dita como a maior de Santa Catarina, administrada pelo Líder do PMDB, Luiz Henrique da Silveira, pessoa que detém influência notória junta ao PMDB - os jornais e a imprensa estão aí para demonstrar isso - e que convive, semana após semana, com manifestações de todos os cantos da cidade de Joinville, e não apenas de pessoas humildes que as vezes não têm uma representação efetiva, instalada na sua comunidade, porque em Joinville nós temos o infeliz desprazer de assistir uma Câmara de Vereadores que não se posiciona muitas vezes ao lado da comunidade, que muitas vezes fica vinculada ao Poder Executivo para seu próprio benefício.

Em Joinville a comunidade, desesperada, não sabe mais o que fazer para pedir água. Pagar água ela sabe bem como fazer, ser cobrada

também. Agora, ela não sabe mais o que fazer para receber água, para ter a prestação de serviço oficial da Casan, que é a instituição que tem a concessão para o fornecimento de água.

Já foram feitos abaixo-assinados, manifestos, invasões na Casan, reportagens a toda hora e está lá o problema crônico ainda do fornecimento de água. Há justificativas, desculpas, projetos, mas a população continua sem receber água.

Vou citar um segundo exemplo. Aqui em Florianópolis, o condomínio Cristina Village, na Trindade, bairro tradicional da Grande Florianópolis, numa área de condomínio, uma área onde estão pessoas que estão bem situadas dentro da comunidade, um bairro bem inserido dentro do Município de Joinville, convive há dois anos com o problema de água.

Esse problema se estende para vários recantos dentro da Grande Florianópolis, da Capital do Estado de Santa Catarina, da sede da Casan. E as pessoas estão aí a pedir aos Deputados, aos Vereadores que tentem dizer para a Casan que ela faça o seu papel, que digam para a Casan que ela cumpra a sua missão.

Vou citar um outro exemplo. Vamos a Itapoá. Recebi ontem o Prefeito Ademar Ribas, do Vale, que veio aqui me pedir ajuda para rescindir o convênio com a Casan, porque não sabem mais o que fazer.

A Bancada Suprapartidária, no ano passado, Deputados Carlito Merss e Reno Caramori, que é o nosso coordenador, esteve lá em Itapoá para saber se é exagero ou para saber se era verdade mesmo aquilo que se dizia, que não havia água, que a qualidade da água era péssima e isso nos foi mostrado. Não só em um lugar mas em muitos lugares.

Fomos ao Dr. Godofredo e pedimos a ele que tomasse providências imediatas e ele nos disse que já nesta temporada a questão estaria resolvida. Estamos terminando a temporada e nada aconteceu! Apenas a informação de que está sendo contratado financiamento para poder modernizar.

As pessoas não sabem mais o que fazer para resolver o problema da água!

Conseguimos aos menos pedir que até a semana que vem o Dr. Godofredo apresentasse a Itapoá uma proposta, um cronograma físico-financeiro de investimentos para tentar até evitar isso! Não interessa o rompimento pelo rompimento!

Mas o que dizer para as pessoas que recebem água barrenta nas suas residências? Que não conseguem utilizar água para o seu consumo? Sequer a fervura resolve porque a água tem muita matéria orgânica. A pessoa toma um banho e sai com o corpo como tivesse mergulhado numa poça de lama.

O que temos que fazer para que a Casan assuma o compromisso de fornecer água para Santa Catarina? Essa é a grande dúvida. O que a Assembléia precisa fazer? Precisa autorizar a contratação de financiamentos? Nunca terá problema a Casan se vier com isso.

Agora, precisamos saber o que a Casan vai apresentar para Santa Catarina, porque, Deputado Carlito Merss, quando começamos a falar de privatização, de terceirização, municipalização ou regionalização, não devemos começar a nos surpreender com isso!

Esse é o processo inevitável se algo não acontecer, porque vai se instalar para prestar serviço quem tiver capacidade, não dentro desse conceito que hoje tem sido colocado, de venda. Nós estamos confundindo os conceitos de privatização com venda! São dois conceitos diferentes!

Conceito de privatização é precedido por um controle, é precedido por um sistema regulador que possa assegurar a manutenção dos serviços. Isso é privatização. Venda, não!

Ninguém está querendo que a Casan ou que qualquer outro serviço seja apenas vendido a terceiros! Mas a Casan tem aí, neste ano, um momento crucial da sua história. Dizer que

esse problema já vem de vários anos, que já ultrapassa vários Governos, não serve mais como solução. Nós estamos nos acostumando a transferir o problema para outros Governos ou para a situação econômico-financeira.

Então, se não temos capacidade, vamos discutir isso com os Prefeitos, vamos arranjar um processo em parceria para que abasteçamos a comunidade com água, para que não possa ter que repetir nesta Casa a situação, por exemplo, do Condomínio Cristina Village, a questão de Itapoá ou a questão de Joinville, que, como eu disse, são apenas três modestos exemplos, para não falar de Irineópolis, que quer vir aqui para falar com a Casan, para poder tentar resolver o problema sério, emergencial de abastecimento de água.

Essa questão, Deputado Carlito Merss, precisa ter uma parceria para a solução. A Casan precisa ter a condição de discutir esse assunto. E para que nós não apenas falemos da Casan, eu tenho dito que não tem culpa nenhuma, absolutamente, os funcionários da Casan.

A Casan peca num detalhe: de não reconhecer os seus limites, de não reconhecer as suas deficiências, de tentar dizer para as comunidade que ela vai resolver o problema no dia seguinte e de não enfrentar decisivamente o problema, discutindo com a comunidade, discutindo aqui com os Deputados, vindo aqui falar com a Assembléia Legislativa, tratando com a Fecan para que se busque uma solução para isso. Afinal é uma prestação de serviços públicos e isso tem que ser feito com a melhor qualidade.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Na segunda quinzena de fevereiro aprovamos aqui um requerimento solicitando uma audiência pública com a Casan e diversas entidades, principalmente da região de Joinville.

Coincidentemente, naquela semana haveria uma reunião na Acij, que acabou sendo cancelada em função do excesso de água - na verdade houve uma enchente em Joinville. Mas essa reunião deverá ser marcada, eu penso, ainda na primeira quinzena de março e vamos ter a possibilidade de esclarecer, inclusive, evitando muita demagogia que estamos vendo em Joinville, que dão à palavra, municipalização como a solução, com o que não concordo! O que é preciso são os investimentos, que já estão alocados, serem feitos na região, e aí envolvendo Itapoá, e Irineópolis está resolvendo com poço artesiano, mas sabemos que isso não resolve.

Então, queremos aproveitar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros 9 minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, na verdade eu havia pautado a questão das privatizações, como havia dito no aparte ao Deputado Gilmar Knaesel, fazendo menção à matéria publicada na revista Carta Capital. Esta é, no meu entendimento, a melhor revista publicada hoje, quinzenalmente, no País.

A matéria da capa fala, exatamente, da questão das privatizações, e aí ouso, inclusive, questionar, duvidar ou não concordar com o conceito que o Deputado Eni Voltolini levantou aqui, na forma como ele separa os conceitos privatização e venda.

Acho que a forma como estão sendo feitas é a mesma coisa, mas podemos discutir conceitualmente que a privatização poderia ser um processo antecedido de formas, de controles

públicos, sociais, para que não se não transforme uma estatal ou um monopólio público em um monopólio privado, como estamos percebendo em diversos setores e, principalmente, no setor de comunicações e no elétrico.

Estamos acompanhando o drama do povo carioca, principalmente, na questão da privatização da Light e da CERJ.

Esta é uma questão que tem que ser analisada com seriedade. O próprio Deputado Lício Silveira, que é da Casa, que conhece bem a Casan, sabe a forma como ela foi construída e coloca com toda a propriedade.

O que está faltando, principalmente, na região Norte, eu não conheço os dados mais aprofundados das outras cidades e das outras regiões do Estado, mas quando eu falo da grande Joinville, do planalto norte, em nível da questão da água, é investimento.

Os números que tenho ainda lembrança colocam um faturamento mensal de mais de quinhentos mil reais em nível de lucro, não de faturamento, mensal que a Casan hoje tem no Município de Joinville.

E o drama da falta de água, da produção de água é histórico. No mínimo, nos últimos 20 anos, diversas autoridades levantaram essa preocupação. E o que nós estamos vendo é uma morosidade muito grande no investimento para uma estação de tratamento de água, pois existe o desperdício, inclusive, admitido pelos últimos Diretores da Casan.

Infelizmente, Deputado Eni Voltolini, a Casan, assim como a Celesc, se fizermos uma análise histórica nos últimos vinte anos, têm sido um grande depositário de Deputados não eleitos ou de candidatos que não conseguem eleições. Isto não é possível! Se fizermos um levantamento, nos últimos quinze anos, temos lá o Senhor Raimundo Colombo e outros Deputados, que estão simplesmente sendo agraciados com prêmios quando não conseguem se eleger como Deputados Federais ou Prefeitos.

Isto não é possível, Deputado Adelor Vieira! Eu não aceito mais que espaços públicos como esses sejam utilizados de forma política, muitas vezes até priorizando campanhas, ou seja, utilizando-se espaços institucionais, dessas estatais, para fazer campanha política, e a sociedade joinvilense sofrendo, assim como a de Itapoá, Barra do Sul, Irineópolis, que se utiliza hoje da solução dos poços artesanais, o que também é um problema, pois se todo mundo optar pelos poços artesanais, nós sabemos o problema ecológico que vamos ter em nível de meio ambiente.

Eu gostaria de fazer um questionamento, pois uma das coisas que me incomoda, como a falta de água em Joinville, isto nos últimos dez anos, é que, parece-me, que a falta de água em Joinville tem um caráter social e de classe muito interessante - é raro se verificar a falta de água na região Norte, e afirmo isso, porque morei em um dos bairros da região Norte, Bairro Bom Retiro.

Eu nunca tive problema de falta de água quando morei nesse bairro, porém, moro há muito tempo no Bairro Guanabara, que é da região Sul - e os outros Deputados talvez não saibam o que eu estou falando, a região é onde se concentra a maior parte dos operários, das classes trabalhadoras, das pessoas mais pobres da cidade -, onde constantemente falta água. Quer dizer, isso é algo que também deve ser levado em consideração. Eu faço esse comentário, Deputado Adelor Vieira, porque tenho percebido isso com muita frequência nas últimas vezes que nós temos as denúncias de falta de água.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado Carlito Merss, em que pese a validade da sua observação, eu acho que nessa questão da distribuição da classe social talvez o fator gravidade seja o mais importante, porque quanto

à água, exatamente o seu nascente, os reservatórios estão lá, e o crescimento populacional da zona sul da cidade de Joinville é muito grande naqueles loteadores, então, precisa-se fazer um investimento. Eu acho que é uma questão de planejamento.

Eu gostaria de, neste aparte, associar-me à manifestação de V.Exa., como também à do Deputado Eni Voltolini, que o antecedeu, e dizer que o Prefeito Luiz Henrique, quando da campanha eleitoral que o elegeu Prefeito, assumiu o compromisso de que resolveria o problema.

Ele não era nem contra e nem a favor à municipalização, à privatização. Ele tinha a solução para o problema. Essa é a grande verdade. Só que infelizmente já vamos para o segundo ano e essa solução não aparece.

Eu penso, e estava comentando com o Deputado Eni Voltolini ali, que também ficamos apenas aqui, no nosso discurso, vamos nos assemelhar a eles, porque não é só o Prefeito, outros também já levantaram essa bandeira.

Eu creio, e aí eu quero fazer uma sugestão, Deputado Carlito Merss: que a Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste possa encabeçar esse processo de busca de solução para o problema da falta de água não só em Joinville mas como, também, em Itapoá e em outros Municípios onde a Casan é detentora da concessão, e nós, então, apresentarmos uma alternativa.

Eu gostei muito, Deputado Eni Voltolini, daquela sua proposição de regionalização. Ora, hoje nós estamos, já, trabalhando com o Orçamento Regionalizado, Deputado Lício Silveira, V.Exa., que foi Presidente da Casan, sabe das dificuldades que a empresa tem, sabe que não é fácil dirigir, sabe tudo.

Então, o que se precisa fazer é usar essa sabedoria e aplicá-la. Só saber também não adianta. Só deter o conhecimento, saber, não dá. Precisa distribuir conhecimento, repartir conhecimento com os seus Colegas, inclusive com os menos sábios, com os menos privilegiados. Mas nesse particular eu gostaria de convidar também o Deputado Lício Silveira para participar já informalmente. Essa regionalização seria no sentido administrativo, quer dizer, poderia continuar a Casan administrando, só que nós, regionalmente, iríamos ter uma administração com autonomia, um percentual que correspondesse à parte administrativa viria para a matriz, mas o custeio e uma parte para investimento ficaria lá. Eu creio que essa seria uma das soluções.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS -

Com certeza.

(Muito obrigado!)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário destinados aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao PSDB.

Com a palavra, por até seis minutos, o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, neste espaço de tempo queremos bater numa tecla já de há muito soada. E aí eu peço a respeitosa atenção do eminente Líder do Governo, Deputado Romildo Titon.

O sufoco vivido hoje, senhor Deputado, e eu sei que V.Exa. sabe disso, além do senhor Deputado Manoel Mota, porque ontem os funcionários que me abordaram nos corredores, os que iriam conversar com V.Exas., estavam apavorados, não sabiam mais o que fazer, desesperados, aguardando o 13º salário. Portanto, há que se fazer efetivamente alguma coisa para honrar esse compromisso.

É um direito do servidor, e hoje mais do que nunca é uma dramática necessidade! Servidores que estão em função da política do Governo Federal, e aí não vou apenas retaliar o Governo Estadual, estão há três anos sem reajuste. E os nossos servidores estaduais estão no aguardo do 13º salário! Há que se fazer um esforço para honrar esse compromisso, quitar essa duplicata pendente.

Eu imagino, não sei se acontece, se os senhores Deputados do PMDB são abordados da mesma forma como nós somos. É preciso pressionar o Governo para pagar o 13º salário, mas eu acredito que em algumas situações, de forma muito respeitosa, o povo catarinense até na hora do desespero, do sufoco e do sofrimento é educado.

O catarinense aborda o senhor Deputado com respeito, mas eu acredito que também os Deputados do PMDB têm sofrido esse tipo de abordagem, porque indiscutivelmente eles precisam desse dinheiro, que não é muito, mas ajuda essas pessoas que estão há três anos sem um reajuste.

R\$100,00 já é alguma coisa! E o 13º é um salário com o qual o povo contava para no final do ano fazer algum acerto de contas pendentes, acertar alguns compromissos e até por conta desse dinheiro realizar alguns sonhos dos filhos, dos próprios familiares. Não aconteceu!

Passaram-se os meses de dezembro, de janeiro e lá se foi fevereiro. E o Governo proclama alto e bom som que está para resolver o problema, mas até quando? E a indagação que fazemos respeitosamente, porque eu imagino que a preocupação que nos assalta neste momento é a mesma, e espero que seja a mesma dos senhores Deputados do PMDB, senhor Deputado João Henrique Blasi, Líder da aguerida Bancada do PMDB, mas há efetivamente que se fazer alguma coisa para quitar essa hipoteca.

É impossível dizer por aí o seguinte: olha, se der certo este negócio, vai dar para acertar esse compromisso. Houve indiscutivelmente, e isto não é uma crítica infundada, descabida, um descuido no ano passado, porque se tivessem reservado a cada mês uma parcela no duodécimo para o 13º salário, no final do ano teriam condições de pagá-lo.

Isto se chama controle interno, gerenciamento interno das contas do Tesouro, das contas do Estado. Lamentavelmente eu conversava com o Secretário Nelson Wedekin - antes de eu sair da Presidência, e até compreendo a sua situação, porque ele pegou o barco andando, e alguns estragos já tinham ocorrido - e segundo ele não houve tempo e condições para consertar. Portanto, teve que continuar andando daquela forma. Só que não dá mais para esperar, porque o sufoco é grande.

Ontem fui abordado por alguns funcionários que iriam procurar os senhores Deputados da Bancada do PMDB, não sei se o fizeram. E eu dizia que não sabia se os Parlamentares do PMDB podem fazer alguma coisa, porque quem tem que honrar com esse compromisso é o Governo do Estado, por se tratar de um direito do servidor, de uma determinação legal e constitucional. Hoje, mais do que nunca, o 13º salário é uma necessidade, uma dramática necessidade do servidor público! Há que se pagar o 13º salário! É impossível continuar por mais tempo com uma situação dessa natureza!

Era esse o registro que queria fazer, senhores Deputados, nesta manhã. Espero que na medida do possível, apesar de sabermos das limitações dos senhores Parlamentares, possamos pressionar para que esse problema seja resolvido o mais rápido possível.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, poderíamos aqui falar um pouco mais sobre o problema do abastecimento de água, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Mas esse é um assunto que me coloco à disposição dos companheiros para discutirmos posteriormente.

Existe solução, sim, uma delas é a continuidade nos investimentos.

Quando entrei na Casan já existiam problemas gravíssimos de água. Os investimentos existiam, mas eram muito poucos. E nós aplicamos em Joinville, naquela ocasião, em torno de vinte e cinco milhões de dólares, no Governo Kleinübing, ao longo do tempo, tanto em água como no esgoto. Só que tem que haver continuidade nos investimentos.

Nós, inclusive, tínhamos resolvido, por dois verões, o problema de água em Itapoá. Só que faltou continuidade. Com saneamento não se pode brincar.

Mas o meu problema, hoje, não é saneamento, o meu problema é educação. E não pode ser diferente, porque sou membro da Comissão de Educação. E em vista dos sucessivos desencontros, manifestações, desorganizações do sistema estadual de ensino, vejo-me na obrigada contingência de expressar meu veemente protesto contra a forma com que o Governo do Estado e a sua Secretaria da Educação estão tratando a educação nesse conturbado início do ano letivo.

Eu até vou fazer um discurso formal e não mais de improviso.

(Passa a ler)

"O Secretário da Educação usa de discurso evasivo e transfere a responsabilidade de suas desastrosas ações para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e para o Conselho Estadual de Educação, fugindo da verdade que é uma só: a incompetência e a irresponsabilidade do atual Governo, que ao invés de praticar o diálogo com professores e alunos, buscando os pontos de convergência para o cumprimento dos ditames legais, encontrando os mecanismos corretos que não prejudiquem nem a educação e muito seus agentes, resolve adotar procedimentos ditatoriais, incompatíveis com a qualidade dos profissionais da Educação que atuam em nosso Estado.

Senhores Deputados, vejam os senhores que só a Paraíba e o nosso Estado é que adotaram essa grade curricular absurda e promoveram as mudanças que estão provocando a maior desordem e a maior discórdia no sistema estadual de ensino."

Notem bem, só dois Estados, Deputado Reno, Paraíba e Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Vamos a algumas considerações a respeito das mudanças impostas ditatorialmente pela Secretaria da Educação e pelo Conselho Estadual de Educação.

1. Promoveram a mudança na grade curricular diminuindo de 25 para apenas 20 aulas semanais, ou seja, de cinco aulas de quarenta e cinco minutos, reduziram para quatro aulas de sessenta minutos, provocando uma drástica diminuição do número de aulas em algumas disciplinas, caso específico da disciplina de Língua Portuguesa, que passou de quatro para três aulas semanais; Ciências, de três para duas; Educação Física, também de três para duas e ainda a eliminação de outras como, por exemplo, a disciplina de Ensino Religioso e Preparação para o Trabalho.

2. No ensino médio algumas disciplinas como, por exemplo, Educação Física, passaram a ser ministradas em horários especiais, consideradas disciplinas extra curriculares.

3. Essa mudança provocou a demissão de aproximadamente doze mil professores ACTs, que ficarão desempregados, ocasionando um problema social grave, conduzindo-os à informalidade do mercado de trabalho, após investimento público em sua formação."

Ora, senhores Deputados, gasta-se uma fortuna, investe-se na formação de professores e ao mesmo tempo os mesmos ficam em último plano.

(Continua lendo.)

"4. Todos os professores ficam obrigados a fechar a carga horário máxima do seu regime, ou seja, 32, 24, 16, 08 horas/aula semanais decorrentes de cada regime de trabalho,

caso contrário, são intimidados e ameaçados com a redução da carga horária de trabalho semanal.

5. O aumento dos dias letivos de 180 para 200 dias não pode ser considerado como motivo suficiente para a adoção dos procedimentos que foram impostos pela Secretaria da Educação, pois em nenhum momento a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece como definitivo o critério de distribuição das 800 horas anuais adotadas pela Secretaria. Entendo existir outras formas e caminhos, sugeridos, inclusive, pelos próprios professores.

A falta de planejamento, a incompetência, a falta de diálogo da Secretaria da Educação está gerando uma série de consequências desastrosas, algumas das quais destaco:

a. Remanejamento de professores para alcance de lotação complementar em outro estabelecimento, gerando dificuldades para o corpo docente de toda a ordem, principalmente de locomoção e de composição do horário.

b. O professor está sendo obrigado a lecionar outras disciplinas para as quais não possui habilitação, apenas para completar o número de aulas que a Secretaria está impondo. Por exemplo, um professor de Matemática dando aula de História para completar sua carga horária.

c. Há uma redução da carga horária dos professores, e como consequência uma redução de vencimentos pela impossibilidade de se alcançar a carga horária exigida. Senão, vejamos, por exemplo, o colégio Getúlio Vargas, aqui na Capital, que possui 2.000 alunos de 5ª a 8ª séries, distribuídos em 50 turmas de 40 alunos, com 25 aulas por semana, para 50 turmas, oferecia 1.250 aulas no ano passado; agora, com 20 aulas por semana para as mesmas 50 turmas oferece apenas 1.000 horas/aula. E como resultado o Estado paga 250 aulas a menos por semana (1.000 por mês) só neste colégio. Então, imaginem os senhores o que representa isso em nível estadual em mais de 1.200 estabelecimento públicos.

Enfim, o Estado diminui o número de horas/aulas, aumenta em 33% a carga horária de trabalho do professor e repõe em 25% de salário dizendo que está sendo benevolente - até parece que os professores são ignorantes, que não sabem fazer cálculos.

d. Perda da regência de classe de professores e, por consequência, perda da gratificação respectiva, para quem não completa a carga horária máxima.

e. Professores que lecionavam na rede municipal ou particular são obrigados a rescindir os contratos ou pedir exoneração, pois que não conseguem mais compatibilidade de horário."

Muitos professores, para suprir as suas necessidades, também davam aulas em outros estabelecimentos particulares. Hoje, já não têm mais condições de fazer isso, porque não há mais compatibilidade de horário, consequentemente, vão ficar mais à mingua ainda.

(Continua lendo.)

f. Falta disponibilidade de horário para o professor preparar, planejar suas aulas, corrigir e elaborar provas, sem falar na necessidade de pesquisas e leituras para atualização e aperfeiçoamento.

g. Falta espaço físico, cadeiras, mesas para atender ao projeto federal de 'Toda criança na escola'.

h. Abandono do ensino pré-escolar, pois que o Estado não está oferecendo mais matrícula, transferindo a responsabilidade para os Municípios.

i. Redução drástica da carga horária de algumas disciplinas, criando problemas de alcance de conteúdo, por exemplo, se houver um conjunto de feriados ou impossibilidades num mesmo dia de semana do ano letivo."

Nós já falamos que na Língua Portuguesa foi reduzida de 4 para 3 aulas, e outras disciplinas também tiveram redução. Imaginem, agora, se uma dessas disciplinas, num determinado dia, cair num feriado, como é que fica o conteúdo do programa das disciplinas no ano?

Logicamente, fica mais restrito.

(Continua lendo.)

"j. Problemas com o transporte escolar, não dando mais tempo para os trajetos entre um turno e o outro.

l. Problemas com o horário/espaco entre um turno e outro - matutino, vespertino e noturno. Tempo exiguo para limpezas, almoço e jantar.

Com tudo isso o professor está sendo o grande penalizado pela incompetência, irresponsabilidade, falta de diálogo e atitude ditatorial do Secretário Estadual da Educação, que é um Professor, a quem, em última e serena análise cabe, como preposto do Governador, toda a culpa por tantos dissabores neste início de ano letivo.

Não se pode aceitar que se impute à nova LDB as culpas da incompetência, da irresponsabilidade, da falta de tino administrativo, da falta de compreensão para a importância do ensino.

Como é que os demais Estados da Federação estão adequando sem problemas seu sistema à nova lei e só o nosso Estado não consegue satisfazer os interesses de nossos professores e de nossos alunos? A resposta parece, nesse momento, mais do que óbvia.

O que a maioria esmagadora das escolas, professores e alunos quer é tão simples de ser resolvido - cumprindo-se as diretrizes da lei. O que falta é vontade política e vocação para o diálogo deste Governo intolerante. Educação só se faz dialogando, não só de cima para baixo, e infelizmente é o que presenciamos neste Estado.

Na próxima segunda-feira esta Casa, em especial a Comissão de Educação, receberá um contingente de alunos e professores, e a Comissão vai oficializar o seu posicionamento. Espero que tenhamos uma solução breve para esse problema.

Esta Assembléia Legislativa precisa deixar bem claro à gente catarinense que a culpa de tudo isso que está ocorrendo no sistema de Educação do nosso Estado é do Secretário Estadual da Educação, é essencialmente dele. Não se pode permitir que se transfira a responsabilidade que é de exclusividade dele.

Para finalizar, senhores Deputados, quero registrar mais um dado. Ontem e hoje de manhã, consultando o Ministério de Educação e Cultura, tomamos conhecimento de que dezoito Estados da Federação, em atendimento à nova LDB, estabeleceram cinco aulas de quarenta e oito minutos, outros cinco Estados estabeleceram seis aulas de quarenta minutos por turno e apenas dois Estados, Santa Catarina e Paraíba, estabeleceram quatro aulas de sessenta minutos por turno, que está gerando essa série de problemas, essa série de insatisfações dentro do meio educacional."

Não é possível conviver mais com esse tipo de problema. Hoje, aqui, já foram elencados diversos problemas, só hoje, mas esse eu considero mais grave.

Na edição de hoje o jornal A Notícia estampa a manchete de que o Tribunal permite aulas de quarenta e cinco minutos. Já vamos desdobrar isso aqui na segunda-feira para ver o que pode ser feito. Na coluna do Moacir Pereira também se retrata a derrota dupla do Governo, que para nós não é derrota, é questão de bom senso desta Casa. Acho que o Governo não deve ser considerado como derrotado, é uma questão de bom senso. Que prevaleça o bom senso, como eu disse, para que a razão seja preponderante de fatos negativos que estão acontecendo com a educação no nosso Estado.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, eu cumprimento V.Exa. pela última afirmativa. Nós não estamos preocupados em discutir se alguém foi derrotado ou vencedor. Se há alguém, são talvez as pessoas que estavam sendo

pressionadas por essa fórmula - o horário noturno estava penalizando em demasia.

Deputado Lício Silveira, V.Exa. sabe que suscitou um fato pitoresco no Município de São Bento do Sul, na última terça-feira, quando estávamos por lá. O Senador Esperidião Amin, inclusive, estava proferindo aula inaugural do Campus II da Univille, e fora do local onde isso estava acontecendo um grupo de 300 a 400 alunos da rede pública estadual do ensino noturno, estava fazendo manifestações, queimando alguns cadernos, alguns livros, misturando um pouco de manifestação positiva com um pouco de alarido, mas na realidade tentando dizer para as pessoas que ali estavam que não era possível continuar da forma como estava sendo proposta pela Secretaria da Educação. E o grau de desinformação era tão grande que eles achavam que isso era uma decorrência, única e exclusiva, da Lei de Diretrizes e Base, porque teriam recebido um documento dizendo isso.

Então, as pessoas sequer assumiam junto ao aluno a autoria da proposta. O Governo do Estado, a Secretaria da Educação, teria que ao menos assumir a autoria dessa sua orientação e discutir. E é o que vamos fazer na segunda-feira aqui, no plenarinho, como V.Exa. já anunciou, com a presença de vários alunos da rede pública. Quem sabe até lá essa situação até esteja melhor equacionada, o que não acredito.

Deputado, acredito que o que vale a pena é reforçar para que na primeira quinzena do mês de março possamos consolidar isso, para que haja racionalidade, e que educação não seja apenas transformado em números de minutos. Educação é um processo mais amplo, que todos nós sabemos, e isso tem que ser ajustado também ao dia-a-dia da sociedade.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Solicito a todos os senhores Deputados desta Casa que deem atenção a esse fato, que é importante.

Creio que todos os Deputados estão sendo pressionados pelas suas bases para que revejam esse assunto. Não é possível que somente dois Estados da Federação adotem essa regra que vem ao desencontro dos interesses dos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de falar nesta oportunidade sobre um assunto que considero da maior importância e que precisa ser amplamente discutido por todos os segmentos da sociedade. Falo sobre a legalização dos cassinos.

A Comissão de Constituição e Justiça acaba de aprovar no Senado a legalização dos cassinos. O assunto é polêmico.

Existe um ditado popular que diz que quem semeia ventos colhe tempestades. A Bíblia diz que tudo aquilo que o homem semear isto também ceifará. E eu pergunto: a quem interessa o jogo do bicho?

Estava eu visitando, há quinze dias, uma das obras da qual temos uma participação, que é a obra de recuperação de pessoas viciadas em drogas, em Joinville, e fui surpreendido agradavelmente com a visita justamente do autor do projeto que tramita sobre a legalização dos cassinos, que é o Deputado Dércio Knop.

O nobre Deputado, que estava acompanhado da esposa, confessou que ficou por demais impressionado, chegando mesmo a um sentimento profundo de gratidão por pessoas que fazem o trabalho da recuperação de drogados.

Alguém pode perguntar o que isso tem a ver com os cassinos, o que isso representa para os cassinos. Há quem diga que no

verão de 1999 os nossos cassinos já estarão funcionando e que irão trazer para o Brasil algumas centenas ou até milhares de novos empregos, com o que concordo.

Sabemos que há um interesse muito grande por parte de empresários estrangeiros em explorar essa atividade no Brasil - irão fazer investimentos pesados nessa área. Mas eu pergunto nesta manhã de quinta-feira: e as consequências do cassino?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso acabou de sancionar uma lei que dificulta a lavagem de dinheiro conseguido de forma espúria. Não estaríamos nós agora oportunizando uma nova alternativa de lavagem de dinheiro? Não seriam os cassinos para legalizar a entrada de milhares de dólares que andam por aí clandestinamente, dos "Nayas e Cia Ltda.", de gente que tem paraísos aqui e no exterior?

É um bom motivo para refletirmos. Quando se propaga os benefícios, os empregos, o investimento que é feito, eu me lembro do grande investimento que faz a empresa que opera no fumo, a indústria fumageira.

Essas empresas têm grandes investimentos aqui no País, contribuem com milhões e milhões de impostos, só que não se coloca do outro lado da balança os malefícios que o fumo proporciona, o quanto se gasta na saúde, como consequência do uso indevido dessas drogas.

Eu entendo que para se liberar o cassino no Brasil, que foi proibido um ano antes desse Deputado nascer... Portanto, há cinquenta e dois anos, alguém muito bem intencionado, alguém com uma visão de futuro, foi lá e deu uma canetada proibindo.

Agora, o que se vai lavar de dinheiro conseguido de forma espúria, como já disse, o que vai rolar de drogas ali, o que vai rolar de álcool ali, e as consequências serão incomensuráveis.

Recuperar uma pessoa viciada em drogas é um custo muito elevado, é uma dificuldade muito grande! Então, eu penso que nós deveríamos atentar para essas consequências e, quem sabe, fazer alguma coisa para impedir que os cassinos venham a funcionar.

Eu peço ao Deputado Pedro Bittencourt que passe a fazer uso da tribuna. S.Exa. pediu quatro minutos, eu já adentrei, mas vou pedir a aquiescência do Presidente, pois na minha empolgação eu passei do tempo regulamentar, para que conceda mais um minuto ao nosso Presidente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, o eminente Presidente do PFL, Deputado Pedro Bittencourt, no horário, ainda, do PFL.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, Deputado Francisco Küster, senhores Deputados, o tema abordado pelo Deputado Adelor Vieira, de importância, a manifestação pessoal do cidadão, do Parlamentar Adelor Vieira, mereceria sem dúvida uma reflexão maior.

Eu tenho, o Deputado Adelor Vieira sabe, legitimamente o direito de ter opiniões diversas a respeito do assunto, assim como cada um dos senhores Parlamentares. Mas, até quem sabe, nós possamos propor que esta Casa discuta também o assunto, só que não dependerá de nós a autorização ou não para que o processo do jogo no Brasil seja instalado, esta é uma competência do Congresso Nacional.

Nós poderemos discutir a respeito dessas ações, do que poderá acontecer para Santa Catarina, poderemos discutir a autorização ou a negativa da autorização para a instalação do jogo, o que poderá acontecer para o nosso Estado, nas mais diversas formas do que se poderia visualizar, verificar e constatar dessa situação da legalização do jogo e da instalação de cassinos em Santa Catarina. Mas é um tema a ser discutido em

uma outra oportunidade.

Peço desculpas ao senhor Presidente, mas vou solicitar uma prorrogação, no máximo de um minuto, para fazer uma rápida abordagem.

Gostaria de me referir a uma constatação a respeito de uma visita que me foi feita no dia de ontem, e a vários senhores Parlamentares, por parte do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Santa Catarina. Tenho certeza de que muitos senhores Parlamentares devem ter recebido, também, ontem, essa visita.

Eu quero expressar a minha alegria e o meu contentamento, Deputado Francisco Küster, em ter constatado que depois do novo Código de Trânsito Brasileiro o número de acidentes diminuiu consideravelmente.

Eu tenho uma marca muito grande nessa rodovia, perdi uma filha em razão de um acidente na rodovia, na BR-101, e diversas famílias de catarinenses enfrentaram isso também. E nós, que andamos nessas estradas, nós, Parlamentares, que praticamente todos os dias andamos nas estradas, nas cidades, constatávamos que veículo tinha virado uma arma contra o próprio cidadão.

Agora, de uma forma, sem dúvida nenhuma, de um código que coloca punibilidade para tentar conter, frear essa verdadeira arma, verificamos que diminuiu sensivelmente o número de acidentes, o número de mortes nas rodovias de Santa Catarina.

Esse assunto deve ser tratado concomitantemente com aqueles que têm a responsabilidade dessa fiscalização.

Por isso, eu estarei apresentando no dia de hoje um requerimento, também subscrito pelos senhores Deputados Adelor Vieira e Norberto Stroisch, que peticiona junto ao Ministro da Justiça o pagamento do atrasado devido aos policiais rodoviários federais de Santa Catarina, para o qual peço o apoio dos senhores Deputados, a fim de que possamos ter, por parte do Governo Federal, o cumprimento da decisão judicial.

Lamentavelmente, o que começa acontecer em nível de Brasil são autoridades descumprindo decisões judiciais. Infeliz do Estado e infeliz do país que não cumprir as decisões da sua Justiça. Nós, Parlamentares, aqui temos a responsabilidade de legislar. A interpretação das leis cabe ao Judiciário; agora, infeliz da sociedade que não cumprir as decisões judiciais.

Por isso, eu quero pedir aos nobres Deputados o apoio a essa iniciativa, a fim de que os policiais rodoviários federais de Santa Catarina e de todo o Brasil recebam o que lhes é devido, o que lhes é de direito, para que possam continuar a exercer o seu trabalho e, com isso, também diminuir o sofrimento de diversas famílias catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o eminente Líder do Governo, Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, no dia de ontem aconteceram duas solenidades importantes por parte do Governo do Estado em favor dos catarinenses. O Governo Paulo Afonso cumpriu mais uma das etapas do seu plano de governo, principalmente no que diz respeito a construções de ginásios de esporte.

Havia um compromisso do Governador Paulo Afonso no sentido de que, ao final do seu Governo, todos os Municípios catarinenses teriam pelo menos um ginásio de esporte, para que a população pudesse usufruir, para que a juventude pudesse ter a oportunidade de praticar esporte, assim como os colégios teriam um local adequado para a prática da educação física.

E ontem foram assinados convênios e dada a autorização para a licitação dos últimos 29 Municípios que ainda faltavam ser contemplados

com um ginásio de esportes. Até o presente momento, entre os que já foram construídos e os que estão em construção, são mais de cem ginásios de esporte, alguns licitados pelo próprio Governo do Estado e outros conveniados com Prefeituras e entidades.

Portanto, como já falei, os últimos 29 Municípios foram contemplados ontem, muitos através de licitação por parte da Secretaria da Educação e outros conveniados com as Prefeituras Municipais em parceria com o Governo do Estado.

Acredito que, desta forma, quase nenhum Município ficará sem um ginásio de esporte. E, diga-se de passagem, Deputado Manoel Mota, era um compromisso do Governador Paulo Afonso, do seu programa de governo.

Vejam: muitos Municípios recém-emancipados não dispõem de recursos suficientes para executar uma obra em torno de 200 mil reais, que é o custo médio de um ginásio de esporte hoje com uma média de 1.000m<sup>2</sup>. Temos outros Municípios com mais de trinta ou quarenta anos que ainda não tinham esse tipo de construção para a prática de esporte, e agora acabam de ser concretizados a licitação e os convênios para que os últimos 29 Municípios possam ser contemplados dentro desse programa que havia sido estabelecido pelo Governador Paulo Afonso.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Deputado, gostaria de dizer que muitos Parlamentares vêm a esta Casa fazer críticas que não levam a nada, críticas que não são verdadeiras, como os ataques como foram feitos ontem pelo Deputado Lício Silveira ao Secretário da Educação.

Gostaria de dizer que o Secretário João Matos vai deixar saudade para Santa Catarina. Quem não sabe que a receita dos Estados e dos Municípios diminuiu? Quem não sabe que estamos vivendo a maior turbulência da economia brasileira? Mas mesmo assim a Secretaria da Educação teve, através de seu Secretário e sua equipe, a competência de realizar mais de 100 ginásios de esporte em Santa Catarina, de realizar colégios, de fazer reformas em colégios que já estavam caindo há anos, de levar a informática aos colégios. Enfim, deu uma nova vida à educação em Santa Catarina.

Nos Governos passados, para onde iam os recursos da Educação, se agora, na atual crise, dá para fazer tudo isso?

Às vezes, alguma região que já foi beneficiada fica enciumada quando dizem que o Deputado Manoel Mota levou 16 ginásios de esporte para o Vale do Araranguá. Level, sim, porque a minha região só serviu de trampolim para eleger Governadores que mentiram, que enganaram a população. Elegeram-se e esqueceram-se que o Extremo Sul também faz parte de Santa Catarina.

Agora elegemos um Governo que é capaz de viver dentro dos Municípios, que é capaz de dar respostas, que na prática realiza aquilo que pregou nos palanques; temos uns Secretários que dão respostas, como o da Educação.

Por isso, muitos Parlamentares desta Casa se desesperam, porque já passaram pelo Governo e não tiveram competência. Então, ficam desesperados, com vontade de chegar ao poder para tentar dar respostas, o que eles sabem que é muito difícil, porque o povo de Santa Catarina, tenho certeza, vai fazer uma reflexão com muita profundidade sobre aqueles que fazem, aqueles que têm compromisso, aqueles que criticam e aqueles que não realizam.

Cumprimento V.Exa. e digo que me sinto honrado em fazer parte do PMDB, de fazer parte deste Governo, que, com certeza, vai deixar muita saudade. E aqueles que criticaram e que não realizaram vão ser cobrados e penalizados pela sociedade catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu agradeço a sua participação, Deputado Manoel Mota, que traz aqui números convincentes sobre investimentos feitos pela Secretaria da Educação, fato inédito na história de Santa Catarina. Vemos hoje, embora nem tudo tenha realmente sido consertado, um grande avanço na área da educação em Santa Catarina, pelos investimentos, pela melhor qualidade da educação, pelos estabelecimentos que se oferecem aos alunos (no sentido de se sentirem à vontade para estudar), pela informatização que se propiciou aos colégios.

Recentemente, no Meio-Oeste, tivemos a oportunidade de presenciar mais quatro Municípios contemplados com o 2º grau, Municípios novos. Também no Município de Fraiburgo mais dois estabelecimentos foram contemplados com o 2º grau.

Então, são inúmeras as ordens de serviço que presenciamos para a construção de colégios, de estabelecimentos, enfim, é um grande investimento que se faz na área da educação, fato que não acontecia nos outros Governos. E agora nós vemos ser cumprido também mais esse programa de construção de ginásios de esporte, que já somam mais de cem, além das quadras cobertas que se oferece aos estabelecimentos de ensino.

Também tem acontecido, pelo Governo do Estado, a entrega de ambulâncias para os Municípios, na tentativa de auxiliar o transporte de doentes, assim como - e um fato inédito na Segurança Pública - a entrega de viaturas, a modernização das delegacias, a construção de delegacias regionais, municipais, enfim, toda uma estrutura para que os policiais possam realizar melhor o seu trabalho. Isso também se dá na Polícia Militar.

Ontem, na Beira-Mar Norte, por volta das 15h, o Governo do Estado procedeu à entrega de 57 viaturas para a Celesc, a fim de melhorar a qualidade da manutenção dos serviços daquela empresa. Tudo isso dentro de um programa estabelecido, com a compra de uma frota de renovação de mais de 140 veículos.

E assim nós poderíamos relatar inúmeros investimentos que são feitos pelo Governo do Estado no sentido de dar uma melhor qualidade de vida aos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) -

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausências dos Deputados Herneus de Nadal, Gervásio Maciel, Ivo Knoell, Odacir Zonta, Júlio Teixeira, Paulo Vidal, Volnei Morastoni, Jorginho Mello e da Deputada Ideli Salvatti.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes e ao Chefe do 16º DNER/SC, propondo a recuperação da BR-116 no trecho Lages à BR-470 (Município de São Cristóvão do Sul), de aproximadamente 60km, por apresentar pista irregular e falta de sinalização horizontal e vertical.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário da Educação, João Batista Matos, repudiando a decisão arbitrária da 14ª Coordenadoria Regional de Educação de Caçador de transferir o Colégio Estadual Irmão Leo, com aproximadamente 800 alunos e que funcionava há mais de vinte anos nas instalações da Universidade do Contestado - campus de



Caçador, para as instalações da Escola Básica Graciosa Pereira Copetti, que atendia 350 alunos e que foi fechada para atender a nova demanda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Lício Silveira, a ser enviada ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reivindicando que sejam adotadas providências urgentes visando à recuperação de estradas localizadas no Município de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria dos Deputados Gervásio Maciel e Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, apelando que haja uma determinação urgente visando à continuidade das obras de uma área coberta com banheiros e salas para biblioteca no Colégio Estadual Irmã Irene, localizado no Município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria dos Deputados Gervásio Maciel e Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, apelando que determine a realização urgente de obras de melhoramento e de reparo nas quadras de esporte, incluindo cobertura, do Colégio Estadual Irmã Irene, localizado em Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu queria inicialmente registrar, com muita alegria e muita satisfação, vendo inclusive o sucesso das mulheres em todos os campos de atividade, o Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo dia 8.

Nós, além de termos um respeito, que é tradicional, temos também que reconhecer que a mulher brasileira tem ocupado todas as funções sem nada dever aos homens. Esta Casa, inclusive, tem vários e vários departamentos sob a coordenação das mulheres, coordenação esta digna dos maiores elogios.

Portanto, eu queria registrar esse cumprimento às mulheres e desejar que essa subida de postos e de posições seja uma constante não só no Estado de Santa Catarina como em todo o País.

Mas vou, "en passant", até porque o Deputado Manoel Mota encontra-se na sala de visitas desta Casa, fazer algumas

considerações a respeito do seu aparte.

Surpreendeu-me as colocações do Deputado Manoel Mota, porque se o Governador Paulo Afonso é tão bom quanto disse S.Exa., por que o seu Partido não o quer como candidato a reeleição?

Se o Governador Paulo Afonso fez tanta coisa por Santa Catarina - e ele próprio se coloca como um homem que deixará saudade a Santa Catarina -, por que a sua própria Bancada não o quer como Governador reeleito?

Deputado Manoel Mota, todos os Governadores, mesmo não querendo ser candidatos à reeleição, estão sendo instigados pelo Partido a que pertencem a aceitar o desafio. Aqui a coisa se altera profundamente; o PMDB não quer o Governador, a ponto de fazê-lo renunciar à pretensão legítima.

Será, Deputado Manoel Mota, que tudo isso que V.Exa. diz é absolutamente verdadeiro? Enquanto V.Exa. falava, entraram vários requerimentos aqui pedindo obras de responsabilidade do Governo. O Governo fez muitos convênios, sim, e V.Exa. perguntou o que os outros Secretários da Educação fizeram neste Estado. Algumas coisas eles fizeram: pagaram em dia os servidores, pagaram o 13º salário, não faziam essa parafernália que está acontecendo na educação em Santa Catarina. Então, alguma coisa não está certa.

Acho que V.Exa. é uma voz isolada no PMDB. Aliás, ninguém comunga com o discurso de V.Exa., porque se comungassem, o Governador Paulo Afonso era o candidato à reeleição pelo seu Partido. Alguma coisa, portanto, não fecha, tanto é que os possíveis candidatos querem apoio mas também não querem muito, têm medo de ficar ao lado do Governador.

V.Exa., competente como é, conhecedor das pesquisas eleitorais no Estado - e é evidente que o seu Partido também fez pesquisa - sabe que o grau de rejeição é muito grande, sabe que a ida do Governador a uma candidatura será, sem dúvida nenhuma, o falecimento do PMDB.

Mas quem sabe V.Exa. consegue me explicar e até me convencer de que eu realmente estou errado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Caro Colega, hoje novamente Líder do PPB, V.Exa. sabe que sempre lhe respeitei como um grande Parlamentar.

Saiba que a opção de não querer ser candidato é de Paulo Afonso, e não do PMDB. Já o Covas, em São Paulo, não quer ser candidato e o Partido está em cima, para ele ser candidato.

V.Exa. estranhou quando eu disse que Paulo Afonso foi um dos melhores Governadores de Santa Catarina. Irei repetir aqui: na minha região, no Vale do Araranguá, o grande líder do Partido de V.Exa foi um dos que enganaram a população do Extremo Sul do nosso Estado. A estrada de Araranguá a Meleiro ficou só no discurso, porque na prática, nada!

Agora, V.Exa. vá e veja se o asfalto é verdadeiro em Jacinto Machado, em Sombrio, em Passo de Torres; vá ver os 15 ginásios de esporte que foram realizados - o que está sendo realizado é o 16º.

Portanto, o nosso Governo, na prática, é realização, é um Governo que fez. E pode ter certeza que nós vamos comparar em praça pública, através de "outdoors", para que os nossos adversários coloquem as obras deles, porque as nossas, nós vamos colocar.

Esse é um Governo que veio para realizar em um momento de dificuldade da economia brasileira. V.Exa. sabe que os Prefeitos do seu Partido estão em dificuldade, como estão os nossos, como estão os Estados da Federação. Nós estamos vivendo hoje com uma moeda estável, mas que na prática está falindo a nossa agricultura.

Os tributos caíram, as dificuldades

eram muito grandes, e o Governo, com tudo isso, atrasou pela primeira vez o 13º salário, mas agora já está pagando. Se não fosse os dois Senadores de Santa Catarina, sendo que um é Líder do Partido de V.Exa., o dinheiro teria vindo para cá, como foi para São Paulo, para o seu Líder, que agora está respondendo a um processo.

Mesmo com tudo isso, V.Exa. pode ficar tranqüilo, porque o Morro do Mocotó vai ser aberto. Nós vamos dar resposta. Os meus dezesseis quilômetros...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado, eu dei só um aparte para V.Exa., não era para fazer um discurso!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Aquilo que pregaram aqui, que as obras do PMDB não têm final, não é verdade. Elas têm começo e tem final...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Manoel Mota, V.Exa. pegou quatro minutos dos meus dez. Inscreva-se em Explicação Pessoal que depois nós vamos dialogar!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Mas V.Exa. me provocou!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Não, eu não provoquei.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só estou explicando o que o Governo de Santa Catarina realizou. O PMDB é um Governo de compromisso com a sociedade.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Manoel Mota, eu aconselharia, inclusive, que esse seu discurso fosse feito para a sua Bancada e para o seu Partido, porque alguma coisa não está certa.

Se foi tão maravilhoso, tão bom assim, por que o Governador não é candidato à reeleição? Ele tem a máquina governamental na mão, que vá então mostrar a Santa Catarina que fez isso tudo, que vá mostrar que fez de maneira legal, de maneira clara, correta.

Então, V.Exa. tem que fazer esse discurso para o seu Partido!

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Tem muita água para rolar!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Era isso que eu queria ouvir. Agora V.Exa. mexeu no cerne da questão. Tem muita água para rolar, eu sei disso! A propósito, hoje o Eduardo Moreira, que é candidato do PMDB (e não sei se é o seu), disse o seguinte: "Vamos parar de criticar o Governador!"

Então, Deputado Eni Voltolini, eu acho que nós estamos vivendo uma coisa diferente. Tudo isso que foi dito aqui deve ser em um outro país, não deve ser em Santa Catarina, porque as coisas não fecham.

Ora, se ele fez isso tudo, porque querem tirar esse bendito homem do Governo? Tem que continuar, gente! Tem que fazer com que o povo se manifeste em dizer que ele é o maior.

Eu estou me valendo apenas das palavras que foram proferidas pelo Deputado Manoel Mota, que sei que não são maioria no seu Partido.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, eu só acho que o PMDB está cometendo uma grande injustiça com o Governador Paulo Afonso. Não pode uma pessoa dessa, que é tão realizadora, tão obreira, ser cerceada da condição de reeleição.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Postulante!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Claro! E dizer que ele que não quis... Então, alguma coisa está errada no noticiário. A imprensa não retratou esse processo, ficou claro que havia uma disputa dentro do Governo de Santa Catarina.

Ele ontem voltou a dizer que Eduardo Pinho Moreira não é a pessoa de consenso dentro do PMDB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Não decolou.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Decolou,

tinha sido já na semana passada, quando ele disse que a candidatura de Eduardo Pinho Moreira não havia decolado.

Estou me referindo àquilo que as pessoas do PMDB estão dizendo, ou os repórteres estão inventando! Há essa alternativa também, porque as pessoas dizem que às vezes a imprensa distorce. A verdade é que está feio esse discurso, porque não está fechando. Entender que as pessoas do PMDB queiram enaltecer as virtudes de um partidário é natural, defender também é natural, mas tentar dizer que uma pessoa que faz tão bem e tanta coisa a Santa Catarina não merece a condição de ir à reeleição e que isso foi uma decisão pessoal do Paulo Afonso, depois de tudo isso que lemos, aí tem alguma coisa não fechando! É só isso.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede mais um aparte? Só dez segundos!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não, desde que V.Exa. não faça um discurso paralelo!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado, a liderança do ex-Prefeito de Criciúma é incontestável! Ele é uma grande liderança e é respeitado não só pelo PMDB como pelos demais Partidos em Santa Catarina. Quanto ao Paulo Afonso, é aquilo que já disse.

Agora, eu quero dizer que ainda existem umas fichinhas para quem quiser se filiar ao PMDB. Ainda há tempo!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - V.Exa. está fazendo o convite à pessoa errada!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Não precisamos mais a oposição aqui, não precisamos mais de uns líderes em defesa do Governador Paulo Afonso. Temos ainda umas fichinhas para quem quiser se inscrever no PMDB, e ainda há tempo para ser candidato, porque com certeza temos espaço suficiente.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Manoel Mota, V.Exa. está se dirigindo, pelo jeito, a uma pessoa que não existe a mínima possibilidade. Mas eu respeito o seu convite, pois quer dizer que respeita este Deputado, assim como eu respeito V.Exa.

Sem dúvida, as coisas não estão fechando, Deputado. Eu aconselharia um conselho fechado, até com psicanálise e outras coisas mais, pois pode haver alguma coisa que realmente leve V.Exa. a ter razão nas colocações que, segundo a minha opinião, são as mais infelizes possíveis.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Eu só queria destacar o elevadíssimo espírito hilário do Deputado Manoel Mota. Hoje ele está em dia de graça, está nos brindando com várias afirmações hilariantes.

Ele quer nos dar a oportunidade de rir um pouco depois de uma semana muito difícil, pois faz convites à filiação, fala que Paulo Afonso é que não quer ser candidato, que Eduardo Pinho Moreira é uma pessoa de consenso dentro do PMDB. De fato, é um bom dia para rirmos hoje!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço, Deputado Eni Voltolini.

A minha resposta a esse pronunciamento do Deputado Manoel Mota não quer, em absoluto, retirar qualquer tipo de mérito que ele possivelmente tenha, mas eu acho que alguma coisa não está como dantes no quartel de Abrantes, como se diz.

Evidentemente, como o Deputado Manoel Mota afirmou, muita água ainda vai rolar por baixo da ponte. Eu acho que só essa declaração enseja dizer que as coisas não estão tão pacíficas como tentam aparentar.

Encerro, senhor Presidente e senhores Deputados, reiterando aqui os meus cumprimentos à mulher brasileira pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Continua livre a palavra em Explicação Pessoal a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, eu não pretendia fazer uso da tribuna, mas, na condição de Líder da Bancada do PMDB, não posso permanecer inerte frente às colocações que foram feitas e que me causam espécie. Que V.Exa., Deputado Gilson dos Santos, o Deputado Eni Voltolini e a Deputada Ideli Salvatti estejam tão preocupados com o PMDB como deveriam estar com os seus próprios Partidos!

Aliás, disse há pouco o Deputado Eni Voltolini que as colocações do Deputado Manoel Mota foram importantes porque propiciaram rir, e é bom que o PPB ria para não chorar com a condenação do Maluf, do Pitta e com a repercussão do Deputado Sérgio Naya! Rir, então, é bom, para que não chorem por essas situações.

Eu me ufano em dizer que o PMDB é um Partido, Deputado Gilson dos Santos, efetivamente sem dono. Indago a V.Exa. que outro Partido teria a postura de liberdade dos seus Líderes de propor uma outra candidatura alternativa à candidatura do Governador? Que outro Partido teria essa postura?

Há Partidos com donos, há Partidos que sequer admitem discutir o seu candidato. Nós, não! Nós, do PMDB, se eventualmente divergirmos de alguém - e esse alguém pode até ser o Governador, por que não? -, temos a liberdade interna de propor os mecanismos de debate. É assim que o Partido tem agido e é por esta razão, e não por outra, que é o maior Partido de Santa Catarina e do Brasil.

Então, causa-me espécie quando o Deputado Eni Voltolini se preocupa com a unidade do PMDB. A unidade do PMDB estamos construindo nós, a partir da reunião que tivemos na segunda-feira, colocando frente a frente o Governador, o candidato Eduardo, a Bancada Federal, a Bancada Estadual, o Vice-Governador e o Senador Casildo Maldaner. Enfim, estamos caminhando a passos largos para recompor a unidade do Partido.

Fiquem certos os senhores que temos na pessoa de Eduardo Pinho Moreira um candidato competente, um candidato que vai disputar e ganhar o pleito. Que o diga Altair Guidi, em Criciúma, que já disputou e sentiu a sua potencialidade; que o digam todos os cidadãos criciúmenses, que têm na gestão de Eduardo Pinho Moreira a mais empreendedora daquele Município.

Criciúma é o único grande Município deste País que tem um sistema integrado de transporte coletivo, onde o trabalhador vai de uma ponta a outra do Município pagando uma única tarifa. Florianópolis não tem, Joinville não tem, Blumenau também não. Criciúma tem, por obra e graça de Eduardo Pinho Moreira.

Então fique tranqüila, fique serena a Bancada do PPB. Como disse ontem a Deputada Ideli Salvatti, preocupem-se com as suas candidaturas, que nós estamos prepa-

rando a nossa. E vamos para um grande embaite rumo à vitória no mês de outubro vindouro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que, por acordo firmado entre as Lideranças partidárias, na sessão ordinária do dia 09 próximo, segunda-feira, será suspenso o horário das Breves Comunicações, será reduzido pela metade o horário reservado aos Partidos Políticos e a Ordem do Dia será antecipada para as 15h, a fim de termos uma sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Comunicamos, ainda, a pauta da sessão do dia 09 de março de 1998:

Requerimentos de nºs 29 à 34, de autoria do Deputado Odacir Zonta e outros:

1º - ao Diretor Estadual de Defesa Civil, referente ao Municípios de Iporã do Oeste, Itapiranga, São João do Oeste, Descanso e Mondai, em função do desastroso vendaval;

2º - Ao Superintendente do Ibama, no mesmo sentido;

3º - Ao Ministro da Agricultura, manifestando preocupação com a grave situação econômica enfrentada pelo grupo frigorífico Chapecó;

4º - Ao Secretário da Educação, solicitando a conclusão das obras na rede de ensino estadual no Oeste do Estado;

5º - Ao Ministro dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica no trecho entre a BR-282 (Ponte do Canoas) até o entroncamento com a BR-470, que corta o Município de Vargem;

6º - Ao Ministro da Agricultura, solicitando a renegociação dos financiamentos dos suinocultores e outros não contemplados nos programas anteriores;

Pedido de informação de autoria do Deputado Odacir Zonta, ao Governador do Estado, solicitando informações acerca dos convênios firmados entre o Governo, Cohab, Casan, Celesc e Prefeitura de Concórdia para a construção do Conjunto Habitacional Frágoso, em Concórdia.

Discussão e votação em turno único da mensagem de veto nº 3164/98, de procedência governamental, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 116/97, que altera disposição da Lei nº 10.297/96, para incluir produto na lista de mercadorias de consumo popular.

Conta com parecer da Comissão de Justiça pela rejeição do veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto nº 3032/98, de procedência governamental, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 170/95, que altera a Lei nº 9.865, de 17 de julho de 1995 (dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição às autoridades da área de saúde pública).

Conta com parecer da Comissão de Justiça pela rejeição do veto.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 09 DE MARÇO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Meress - César Souza - Eni Voltolini - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczaí - Romildo Luiz Titon - Vanderlei Rosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº:

3236, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário-Educação entre o Estado e os Municípios.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilmar Knaesel, que revoga os incisos II e III do art. 5º, o art. 7º e dá nova redação aos arts. 8º e 13 da Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria da Mesa Diretora, que cria a Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado como órgão executivo e dá outras providências.

OFÍCIOS NºS:

024/98, do senhor Deputado Líder do PPB, comunicando em reunião da bancada, que ficou decidido que os Deputados Eni Voltolini e Gilmar Knaesel serão os vice-líderes do Partido Progressista Brasileiro na Assembléia Legislativa;

010/98, do senhor Deputado Jaime Mantelli, comunicando o interesse em participar da vaga do PDT nas seguintes Comissões: Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, Educação, Cultura e Desporto, Trabalho, de Administração e Serviços Públicos;

0186/98, do senhor Deputado João Henrique Blasi, comunicando que foi eleito por seus pares, Líder da Bancada do PMDB.

0202/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão - PR, encaminhando cópia do Ofício nº 2.406-97/GAB-PRES.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência deseja comunicar que, conforme acordo de Lideranças, haverá uma sessão especial, hoje, às 16h, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Por isso, fica suspenso o horário das Breves Comunicações, e o horário dos Partidos Políticos fica reduzido em 30 minutos.

Portanto, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Inscrito o senhor Deputado Odacir Zonta, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários e funcionárias, tendo em vista, até o momento, a ausência do nosso Líder, vou ocupar o horário do Partido. E gostaria de fazê-lo para retransmitir aqui um momento importante vivido na última sexta-feira, em Chapecó, oportunidade em que a Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina, reunindo líderes sindicais e cooperativistas, autoridades políticas de todos os Partidos, agricultores, com a presença do senhor Ministro da Agricultura, do Senador Esperidião Amin, dos Deputados Estaduais e Federais, inclusive Deputados Federais do Paraná, oportunizou um momento de reconhecimento a um grande trabalho que está sendo desenvolvido em favor da agricultura brasileira e catarinense pelo eminente cidadão e Deputado Federal Hugo Matias Biehl.

Foi um momento importante, porque mais de mil e duzentas pessoas, Deputado Idelvino Furlanetto, puderam prestar sua homenagem a um Parlamentar. E veja, Deputado Vanderlei Rosso, que no momento em que alguns, em nível nacional, denigrem a imagem do Parlamento Nacional, aqui, em Santa Catarina, os produtores e suas entidades se reúnem para homenagear um Parlamentar.

Isso é um momento de afirmação à classe política, um momento de reconhecimento a quem alcançou esse trabalho graças ao seu esforço em favor de uma classe, em favor da agricultura, em favor dos sofridos agricultores.

Esse esforço e essa homenagem vêm suprapartidariamente, tanto é que o Prefeito de Chapecó prestou um testemunho importantíssimo, que ficou lavrado e gravado nos Anais daquele encontro, também reconhecendo o grande trabalho desenvolvido pelo cidadão e Deputado do Oeste de Santa Catarina, Hugo Biehl.

Nós aqui, Deputado Narciso Parizotto, temos que reconhecer também, porque afinal de contas sabe-se que não é uma tarefa fácil estar defendendo essa sofrida agricultura; sabe-se que em nível nacional, como também acontece no Estado, a prioridade não é a agricultura e o efeito; o eco do trabalho não encontra guarida tão fácil nos meios de comunicação e muito menos naqueles que têm o poder de decidir neste País.

É uma luta muitas vezes não gloriosa, mas quando sentimos que cidadãos no exercício de um mandato político se destacam por cumprir a palavra, a sua meta em favor de uma determinada causa - e nesse caso uma causa nobre, a agricultura - temos que estar exultantes, temos que reconhecer, temos que homenagear e temos que copiar

como exemplo, porque estamos carentes de bons exemplos.

Quando surgem esses bons exemplos, temos que utilizá-los sob todas as formas e dizer à sociedade, a Santa Catarina, que é possível ter na classe política evidência de cumprimento da palavra, de participação efetiva, de honradez, de sensatez e, sobretudo, de apoio popular para continuar com nossas defesas.

Esse momento vivido em Chapecó, Deputado Leodegar Tiscoski, foi um momento de afirmação política, um momento de consagração ao Deputado Hugo Biehl que, junto com outros Parlamentares, no afã de buscar respostas, tem se destacado.

O Deputado Hugo Biehl, além de ser um cidadão catarinense cujas causas são voltadas para o meio rural, é um cidadão vinculado ao nosso Partido, o PPB, o que nos orgulha muito.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Nobre Deputado, acompanhamos aquele encontro que contou com a participação da sociedade vinculada à agricultura do Oeste de Santa Catarina, das autoridades da agricultura do Rio Grande do Sul e do Paraná, do Prefeito de Chapecó e das lideranças do Estado de Santa Catarina.

Conhecemos o Deputado Hugo Biehl como Deputado Estadual em 1987, quando aprendemos a admirá-lo. No Congresso Nacional, pelo trabalho que desempenha, hoje é uma liderança; ele conseguiu, num momento tão difícil para um Parlamentar, destacar-se dentre 513 Deputados que existem na Câmara, o que mostra claramente que tem potencial.

Essa homenagem que foi feita ao Deputado Hugo Biehl resgatou, talvez em parte, aquilo que o Oeste de Santa Catarina, o Estado de Santa Catarina e o Brasil devem a essa grande liderança que, para nosso orgulho, é um Deputado Federal vinculado ao PPB.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Agradeço pelo aparte de V.Exa., nobre Deputado.

Gostaria novamente de afirmar que nós, que fazemos parte de um sistema de organização do nosso agricultor, do sistema cooperativo, e também com participação no sistema sindical, sentimos realmente seguros em contar com a presença, o denodo, o trabalho forte de Deputados da índole, da estirpe, da firmeza de Hugo Biehl, que está muito bem identificado com as causas agrícolas. Ele deixa marcado na história política o exemplo que deve ser seguido e, acima de tudo, o desafio.

Vamos ter eleição neste ano e, certamente, no espelho de Deputados da índole do Deputado Hugo Biehl, outros virão se propondo a fazer o mesmo trabalho.

Esperamos que eles não fiquem apenas na proposta do momento político, mas que cerrem fileiras conosco, com ele e com outros

que defendem essa agricultura. Assim, quicá um dia possamos ter voz e vez para o nosso agricultor.

Portanto, fica registrado nesta tribuna, no horário do nosso Partido, o nosso reconhecimento ao Deputado Hugo Matias Biehl.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário é destinado ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente e senhores Deputados, ilustre Deputado Odacir Zonta, desejo, em primeiro lugar, em nome da Bancada do PMDB, associar-me à manifestação feita há pouco por V.Exa. no sentido de reconhecer expressa e explicitamente o trabalho grandioso que o Deputado Hugo Biehl, do PPB, vem fazendo em favor da causa da agricultura. Por isso ele é reconhecido, sem favor, como uma das maiores autoridades do Congresso Nacional a respeito da matéria, o que enche de orgulho e de júbilo todos nós que somos catarinenses, que queremos ver companheiros e conterrâneos brilhando no cenário nacional.

Portanto, Deputado Odacir Zonta, receba, em nome da Bancada do PMDB, os cumprimentos por essa merecida homenagem de que foi recipiendário o eminente Deputado Federal Hugo Matias Biehl.

Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje eu não pretendia também fazer uso do horário, que por força do cronograma interno estava entregue a outro Colega de Bancada. Todavia, em face da ausência desse Colega e para não deixar passar "in albis" a oportunidade, ocupo rapidamente a tribuna para brevíssimas considerações a respeito de um assunto que está aí na Ordem do Dia e sobre o qual não poderíamos silenciar.

Desde logo quero referir e resgatar a minha posição pessoal, tornada pública, no entendimento de que um Partido como o PMDB, pela história que tem, pela representatividade que granjeou, nunca, em tempo algum, poderia dar-se ao luxo de não participar da eleição de outubro vindouro sem ter candidato próprio.

Essa discussão, ferida ontem em rumorosa convenção nacional ou pré-convenção, se assim preferirem, acabou indicando o Partido para uma tese que não é a que eu defendo. Entretanto, como democrata, sou obrigado a me curvar a esse entendimento da maioria dos convencionais, que entendeu dever-se aderir à candidatura do atual Presidente da República.

Quero crer que não é a melhor alternativa. Tenho a mais absoluta convicção de que não está nem próximo de ser a melhor alternativa. E faço votos, Deputado Vanderlei Rosso, sobretudo para que consigamos superar este momento, para que o Partido, que tem, como disse, história e páginas de ouro na história contemporânea de nosso País, possa resgatar essa credibilidade e mantê-la antes e acima de tudo, possa fazer com que essas questões se sobreponham a projetos pessoais, e que nós possamos pensar em primeiro no País, depois no Partido e em pessoas.

Por isso, faço este registro dizendo que não era a solução dos meus sonhos. O meu entendimento é que o PMDB teria que se

fazer presente com um candidato próprio, fosse ele quem fosse, o Itamar Franco, o Sarney ou outro eventual postulante.

Mas não foi este o entendimento da maioria e nós, que somos democratas, vamos procurar construir a unidade interna no âmbito nacional, para que o Partido não sofra ainda mais com essa decisão, que para mim é, sob todos os títulos, extremamente lamentável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda restam cinco minutos para o PMDB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passamos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, por até quatro minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, Deputado Vanderlei Rosso, peemedebista autêntico, é triste ouvir o pronunciamento do Deputado João Henrique Blasi, que é uma pessoa que tem na democracia, no fortalecimento dos Partidos a sua militância partidária.

Lendo alguns jornais, vendo algumas fotografias e lembrando das cenas que assisti ontem à noite na televisão, como democrata em primeiro lugar, achei extremamente grave o que está acontecendo. Posso até trabalhar um conceito, uma palavra, uma frase que me surgiu ontem, porque é algo que me incomoda. E hoje, durante a manhã, viajando, refleti muito sobre isso.

Deputado Vanderlei Rosso, nós estamos próximos de ter institucionalizado neste País uma ditadura civil. A ação dura, fisiológica do Governo FHC ontem, destruiu praticamente o PMDB, e independente de qualquer resultado, esse Partido nunca mais será o mesmo.

Durante esses trinta e dois anos o PMDB teve as suas divergências internas mas sobreviveu, talvez com a unificação que o ex-Presidente Ulysses Guimarães trazia, e desde ontem isso não é mais verdadeiro. Aliás, está se tentando no Brasil uma espécie de bipartidarismo, que a ditadura militar trouxe. De uma certa forma, essa é a tática usada pelos áulicos, pelos mesmos membros da ditadura militar, que hoje mandam neste País, porque o núcleo do poder que hoje está à volta de Fernando Henrique é o mesmo núcleo do poder dos militares, do Governo Sarney e do Governo Collor.

Então, lendo no jornal Folha de S. Paulo de hoje o texto do jornalista Fernando Rodrigues, realmente, como democrata, eu fico entristecido, pois diz lá: "Itamar humilhado por quarenta reais".

Na verdade, o jornalista faz menção aos jagunços - e esse é o termo que toda a mídia tem colocado - pagos para fazer quebraadeira durante a convenção. E um desses jagunços, com cerca de dois metros, durante todo o tempo que o ex-Presidente Itamar tentou falar, inclusive no momento em que ele foi para a tribuna, ficou gritando: "Vai pra casa Itamar!"

Mesmo com todas as divergências que temos com o ex-Presidente, sabemos que ele é uma pessoa honesta, séria. Ele tem ainda, pelo menos em algumas das estatais, uma noção da necessidade que elas representam para o País.

Portanto, eu acho que o Brasil hoje está de luto, porque houve uma facada na grande luta que uma democracia, uma república mantém nesses anos todos, que é o fortalecimento partidário.

Não é possível que o maior Partido em número de Vereadores, de Governadores e de Deputados, como é o PMDB, não tenha um projeto para o Brasil. Isso não existe! Não é possível você chamar isso de Partido; os Partidos existem porque têm programas, porque têm projetos, que podem, eventualmente, juntar-se a outros. Mas por isso, inclusive, foi criado o instituto do segundo turno, quando os mais próximos acabam se juntando.

Então, não é possível que o núcleo do poder hoje, refém do sistema financeiro internacional, possa simplesmente mandar no País, como continua mandando. E ontem houve a intervenção direta do dinheiro da União, do Orçamento. Santa Catarina, infelizmente, está presente nas manchetes de todos os jornais, colocando que a mudança dos votos dos convencionais irá custar duzentos milhões de reais no refinanciamento da dívida. E segundo as palavras do Deputado Edinho Bez, "agora tudo bem, nós vamos receber os duzentos milhões e vamos privatizar a Casan, a Celesc e o Besc".

Não é possível que a política seja tratada dessa forma. Por isso, Deputado Vanderlei Rosso, a ação do Deputado Milton Oliveira e do Deputado Luiz Mainard, do PT do Rio Grande do Sul, é para que o Presidente explique isso. Ele tem até quarta-feira para explicar. E as provas de que houve fisiologismo estão aí.

Eu não admito o que ouvi de alguns jornalistas: que a vitória foi dos históricos do PMDB. A vitória ontem foi dos fisiológicos do PMDB! Porque os históricos, aqueles que defendem a bandeira do PMDB, que nós respeitamos e sempre tivemos uma relação fraterna, foram derrotados, sim. Ontem venceu, sim, o grupo governista fisiológico, que luta para manter cargos no Governo Federal.

Eu não consigo entender, por que é ruim para a democracia, que o PMDB rache e tenha esse final tão deprimente como vimos na imprensa. Eu só quero dizer que nós podemos iniciar a ter uma ditadura civil, que é uma coisa que me preocupa muito. Acho que nós, democratas, temos que, em primeiro lugar, lutar para que isso não se concretize.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, senhores Deputados, sem dúvida, a partir da decisão de ontem, ficou claro que a tônica, que o enfoque das manchetes é a sucessão presidencial.

Dando continuidade ao raciocínio que fazia aqui o Deputado Carlito Merss, eu diria que além de se implantar um tipo de ditadura civil parece que também está voltando ao Brasil um tipo de bipartidarismo informal, de certa forma os Partidos da Situação, todos eles a serviço do neoliberalismo, da globalização, dos banqueiros, dos investidores, dos exploradores internacionais.

Do outro lado, temos a candidatura da Frente Popular, que, na minha avaliação pessoal, até o momento também está um pouco danificada, um pouco pelo prejuízo que ela pode ter em função da candidatura Ciro Gomes.

Mas ainda bem, senhores Deputados, que na Assembléia Legislativa de Santa Catarina temos Deputados, temos Líderes, tanto do PMDB como do PPB, que não

concordam, que já manifestaram aqui a sua indignação diante dessa cooptação das lideranças dos convencionais do PMDB, que deixaram se levar, por que não dizer, pela troca de favores, pelo fisiologismo, pelo dá-cá-toma-lá.

Não adianta esconder, esta é a realidade, senhores Deputados. Estão de parabéns aqui o Presidente, que não concorda com essa tese, e o Deputado João Henrique Blasi. Eu sei que tem Deputados do PPB também que não admitem que grandes Partidos nacionais, como são o PMDB e o PPB, não lancem candidatos, em malefício da nossa democracia, e fiquem apoiando uma candidatura que está desgraçando a nossa economia e o povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Reno Caramori, Eni Voltolini, Adelor Vieira, Onofre Santo Agostini, Volnei Morastoni, Ivo Konell, Francisco Küster e Wilson Wan-Dall.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Leodegar Tiscoski.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Senhor Presidente, eu gostaria de informar que existem vários Deputados nas Comissões da Casa. Inclusive, em função da presença de uma comitiva de estudantes e do Senador Esperidião Amin, vários Deputados de nossa Bancada, incluindo o nosso Líder, Deputado Gilson dos Santos, estão na Comissão de Educação. Por isso a ausência em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, a Ordem do Dia foi antecipada, no entanto, tendo em vista diversas reuniões que estão acontecendo neste momento, nós encaminhamos aos senhores Líderes a proposta de se retirar as matérias que constam da pauta da sessão de hoje e incluímos as mesmas na pauta da sessão de amanhã, até porque logo mais teremos uma sessão especial em função do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB aquiesce com a proposta de V.Exa. E eu, pessoalmente, peço que fique registrada a minha presença, porque no momento fui atender a imprensa aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica consignada a sua presença, bem como o seu registro.

(As demais Lideranças aquiescem.)

Passaremos à Explicação Pessoal.

Lembramos que às 16h teremos uma sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e fazemos um apelo aos senhores Deputados para que se façam presentes.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu não poderia deixar de registrar o Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março.

Ontem, em Nova Itaberaba, na presença de aproximadamente cinco mil pessoas, entre mulheres agricultoras, agricultores, jovens, crianças, comemorou-se os quinze anos de nascimento da organização das mulheres agricultoras

Também quero deixar registrada a nossa participação, ontem, no final da tarde, no Município de Barra Bonita, com a presença de mais de mil mulheres, de um segundo encontro da Microrregião da Associação Três Fronteiras.

Como agricultor, como sindicalista, quero dizer que iniciei a minha militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel d'Oeste. Na oportunidade passei a organizar as mulheres no sindicato e elas tiveram uma participação muito grande.

Hoje essas mulheres (agricultoras, trabalhadoras rurais e urbanas, empresárias) estão reunidas aqui na Capital para as 16h participarem de uma sessão especial aqui nesta Casa. Elas reivindicam o direito à saúde.

E temos aqui, juntamente com as mulheres agricultoras, vários movimentos sociais, entre eles a Associação dos Atingidos pelas Barragens, que estão cobrando os seus direitos como agricultores, como proprietários das terras que serão cobertas pelas águas através do projeto que, em nome do progresso, vem excluir o agricultor de sua propriedade. Estará também participando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Esta semana teremos aqui na Capital os movimentos sociais, o movimento sindical que, através de suas organizações, estão cobrando dos Governos Municipal, Estadual e Federal.

Temos aqui em mãos uma das reivindicações. A agricultura familiar em 1996 atravessou uma estiagem muito grande e os agricultores familiares tiveram que fazer um pequeno financiamento, chamado de financiamento de emergência. Este ano eles já terão que começar a pagar este financiamento, mais especificamente a partir de agosto terão que pagar a primeira parcela e os restantes 50% em 31 de agosto de 1999.

Eles estão reivindicando a anistia desse financiamento de emergência e um crédito especial devido aos fenômenos da natureza ocorridos neste ano, como o próprio El Niño, que tem gerado muito transtorno para os agricultores, com chuvas, granizos e vendavais, que tem feito um estrago muito grande na agricultura familiar, propriamente na região do Vale do Itajaí, no Planalto Serrano e na região Oeste. Vários Municípios decretaram estado de emergência e de calamidade e estão reivindicando também um crédito especial.

Dando seqüência às lutas das mulheres, dos atingidos em barragens e dos agricultores familiares, eles reivindicam o seguro agrícola. Sobre esse seguro agrícola, eu quero reforçar e relembrar que nós, Parlamentares, aprovamos uma lei, a Lei nº 8.676, de julho de 1992, e até hoje não foi regulamentada.

Então, há uma necessidade dessa lei ser regulamentada porque a agricultura está colocada em um projeto de exclusão, em um projeto neoliberal que está sendo sustentado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele prefere dar anistia ou renegociar as dívidas pela compra de votos para cooptar Deputados Federais na sua reeleição.

Temos o exemplo da votação da Previdência quinze dias atrás, onde houve a liberação de verbas para as regiões dos Deputados que votaram no projeto do Presidente. E ontem, na convenção do PMDB, nós pudemos identificar, através dos jornais, a liberação de dinheiro grosso nas regiões dos Parlamentares que votaram na convenção a favor do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse a favor é de um projeto que vem excluindo o agricultor, vem falhando a pequena e microempresa, vem liquidando os projetos da Saúde, da Educação e propriamente da Agricultura, a qual estou colocando.

Nós precisamos que ocorra a regulamentação do seguro agrícola, e para isso é importante que a Comissão de Agricultura, agora com o novo Presidente, tome a iniciativa imediata para convocar o Secretário da Agricultura, o Governador, que não cumpre a lei.

Está estabelecida na Lei nº 8.676, que teria um prazo de 180 dias para ser regulamentada. Já deve ter passado umas seis vezes os 180 dias. Nós precisamos também regulamentar a lei da pequena agroindústria artesanal, que já foi sancionada em 1º de dezembro de 1997.

Então, temos 90 dias para regulamentar, para apresentar novas alternativas para a agricultura familiar, para que o êxodo rural possa ser repensado pelos próprios agricultores. Tem que ter uma proposta concreta, porque nenhum comerciante vai comprar uma mercadoria, colocar na prateleira para vender com prejuízo.

Ninguém vai fazer a compra de qualquer mercadoria. Agora, a mulher agricultora, o jovem rural está obrigado a pagar para produzir. Isso gera um prejuízo na sua propriedade, gerando também um desestímulo para continuar na propriedade. Então, nós vemos a desistência generalizada de jovens, de famílias saindo e abandonando as suas propriedades.

É por isso que eu também faço as minhas colocações no dia de hoje, homenageando todas as mulheres brasileiras, do mundo inteiro que lutam por justiça e igualdade, tanto o homem como a mulher, lutam por uma visão de um novo homem e de uma nova mulher, uma nova visão de sociedade, uma sociedade democrática que tem o direito de participar e de viver uma melhor qualidade de vida.

Então, quero cumprimentar todas as mulheres e logo mais, aqui neste Plenário, teremos uma sessão especial para que nós possamos cumprimentá-las por esse dia, um dia significativo para as mulheres, não só para as mulheres, mas para todos nós cidadãos e cidadãs.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O próximo orador inscrito é o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu não poderia deixar de assomar a tribuna para, nesta conjuntura que estamos vivendo, na discussão da democracia e na construção dos Partidos Políticos neste País, pronunciar-me a respeito da convenção do PMDB e suas posturas nos últimos três anos nas posições conflitivas da conjuntura nacional.

Deputado Vanderlei Rosso, eu acho que o acontecimento de ontem foi uma síntese do que vem sendo construído nos últimos três anos por esses Partidos Políticos e pelo próprio PMDB. Quando, há três anos, toda a discussão da Vale do Rio Doce e a Direção do PMDB se posicionaram contrários, Deputados e Senadores se posicionaram a favor da sua privatização.

Quando a Direção do PMDB se coloca contra o projeto da reeleição, Deputados e Senadores, majoritariamente, colocam-se a favor do projeto da reeleição.

Por isso a convenção ontem foi além do projeto da reeleição, já manifestando apoio ao Presidente atual. E isso se iguala, o PMDB, na sua manifestação do dia de ontem, não só a negação de uma experiência histórica, mas se iguala, hegemonicamente, com os Partidos de sustentação de um projeto hegemônico, construído a partir de 1994.

A decisão do PMDB de ontem iguala-se ao PSDB, ao PFL, ao PPB, ao PTB e aos Partidos outros que dão sustentação ao projeto neoliberal, vitorioso politicamente em 1994.

Se na década de 70 e 80 havia diferenciação político-partidária de princípios, de posições, de lutas e enfrentamentos entre a antiga Arena e o PMDB e, depois, PDS e PPR com PMDB e outros Partidos, desde últimos três anos o PPB, o PSDB, o PFL e o PMDB têm a mesma perspectiva histórica e estratégica a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, não tem novidade nenhuma, Deputado Idelvino Furlanetto, as decisões estratégicas, os votos e as reformas neoliberais no

Congresso Nacional. O PMDB e PPB se juntaram e o PMDB e PFL se juntaram para votarem na reforma da Previdência, na reforma administrativa, na reforma educacional, na reforma fiscal, etc.

Por isso que a importância histórica dos Partidos de esquerda está em se juntar para se contrapor ao projeto neoliberal desses últimos três anos hegemônicos por Fernando Henrique Cardoso e esses Partidos que dão sustentação.

Portanto, secundariamente, os discursos do PFL, do PPB e do PMDB se diferenciam aqui nesta Casa e no Congresso, mas, estrategicamente, estão iguais, estão juntos no mesmo barco, pois estão a favor da destruição dos direitos dos trabalhadores, do Estado e das políticas públicas, estão a favor da destruição dos direitos sociais conquistados durante 50, 60 anos nessa experiência histórica brasileira.

Não é possível mais dizer que a Arena e o MDB são diferentes no momento atual. Não só mudaram a sigla partidária como mudaram os seus princípios. A Arena mudou para PDS, mas estava ligada à ditadura. Depois mudou para PPR, mas ainda estava ligada à ditadura. Teve que mudar a sua própria sigla para Partido Progressista Brasileiro para negar o seu passado, negar a sua história.

O PMDB também vai ter que mudar a sua sigla, rapidamente, para dizer que é o futuro, porque tem negado o passado de 20, 30 anos de experiência e de enfrentamento contra a ditadura e contra as políticas neoliberais.

Essa hegemonia neoliberal, materializada na figura de Fernando Henrique Cardoso, deu ontem a demonstração de que ela se torna vitoriosa em todos esses Partidos Políticos.

Por isso acho engraçado dizer que o processo de negociação de Fernando Henrique - na própria convenção fazendo negociação, inclusive com os convenionais e com o Governo do Estado de Santa Catarina - foi uma decisão democrática. Nada mais foi do que a legitimação e a consagração desses Partidos configurados com o projeto neoliberal de FHC, que foi vitorioso ontem.

Não foi vitoriosa a democracia. Foi vitorioso o projeto neoliberal desses Partidos que estão dando sustentação à destruição dos direitos sociais, ao empobrecimento da população, tanto da área rural quanto urbana, sem contar o processo de desemprego, que vai aumentar nesses próximos meses neste País.

Mas este projeto, acredito profundamente, não será vitorioso nas urnas em 3 de outubro, mesmo que todos esses Partidos se juntem para consolidar o projeto neoliberal no Brasil, a população do Brasil, como a da França, que vai dar uma resposta no dia 3 de outubro dizendo: não ao desemprego, não ao empobrecimento da população rural, não à destruição das políticas públicas na área da Saúde, da Educação da assistência social, não à destruição das políticas agrícolas. Vai dizer não!

É por isso que os Partidos de esquerda têm que construir forças para que possamos pensar num futuro melhor para a sociedade, para esses trabalhadores tanto do campo como da cidade.

Esta semana, aqui em Santa Catarina, movimentos sociais (o movimento das mulheres agricultoras, o movimento atingido pelas barragens, o movimento dos pequenos agricultores através da Federação da Agricultura Familiar) estarão aqui manifestando a sua indignação a esse projeto vencedor, a nível nacional, em 1994, consolidado e sacralizado por todos estes Partidos.

Estes Partidos vão dizer não e vão solicitar e exigir dos Deputados Estaduais o seu posicionamento para dizer se são aliados a este projeto neoliberal (que tira a dignidade, que tira a esperança e que faz com que nos preocupemos cada vez mais com esses empobrecidos) ou vão tomar o mesmo rumo e a mesma posição.

Exige-se coerência a nível nacional e estadual para impedir que este futuro destrua milhões de pessoas, a sua esperança, a sua vida, o seu emprego e a sua dignidade.

Deputado Narciso Parizotto, muitos pobres nos procuram porque esta política está

produzindo mais pobreza, mais miséria e mais desemprego. Nós temos que mudar esta política para construir uma esperança melhor para este povo brasileiro. Por isso a nós, Deputados, é exigido ética, política, moral e uma posição de indignação contra esse projeto que vem destruir a esperança, vem destruir o futuro de milhões de pessoas.

Não poderia deixar, enquanto Bancada do Partido dos Trabalhadores, de questionar esta democracia autoritária, que, portanto, não é democracia e que, abstratamente, se fala que foi uma decisão democrática. Não foi uma decisão democrática, foi uma ingerência autoritária de um Governo do PSDB ingerida numa convenção do PMDB para destruir um projeto alternativo ou para destruir uma possibilidade democrática deste País.

Basta! Vamos reagir indignados, ética e politicamente, e nos contrapor às forças de esquerda, às forças que querem construir um País diferente.

Estas são as minhas manifestações, meus registros e acredito profundamente que a vitória eleitoral e a vitória política não serão deste projeto que destrói a maioria da saúde, do trabalho, do emprego, da renda e da dignidade de mais de cem milhões de brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão informamos que para a pauta da sessão ordinária do dia de amanhã constarão as matérias da Ordem do Dia de hoje.

Esta Presidência encerra esta sessão convocando outra sessão especial para hoje, às 16h, para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 001ª SESSÃO ESPECIAL

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 09 DE MARÇO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezesseis horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Eni Voltolini - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Jaime Mantelli - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Narciso Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Nossa saudação a todas as pessoas que estão acompanhando esta sessão especial, especialmente às mulheres que fazem presença neste dia. Embora o Dia Internacional da Mulher tenha sido ontem, nós aqui, hoje, através desta sessão especial, faremos-lhes a homenagem devida.

Convido o senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da

Assembleia Legislativa, para acompanhar o senhor Deputado Federal Milton Mendes de Oliveira à mesa dos trabalhos.

Se houver algum outro senhor Deputado Federal presente, gostaríamos de convidá-lo para compor a mesa.

Gostaríamos, também, de convidar a senhora Deputada Ideli Salvatti, única Deputada mulher deste Parlamento de Santa Catarina, para fazer parte da mesa.

(Palmas das galerias)

Excelentíssimos convidados, senhores Deputados, senhora Deputada, queremos dizer que a presente sessão foi convocada por solicitação da senhora Deputada Ideli Salvatti, aprovada por todos os Líderes das Bancadas que compõem esta Assembleia Legislativa, a fim de homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Na abertura nós vamos ter um número musical, e convido as pessoas que dele vão participar para assim proceder.

A SRA. MARIA SEGALIN - Convidamos todas as pessoas aqui presentes para, de pé,

num gesto de respeito, cantarmos o Hino do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, em homenagem aos 15 anos do nosso movimento.

(Procede-se à execução do Hino do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Depois deste hino, que deu um clima mais animado, inclusive, a esta nossa sessão especial, concedo a palavra à senhora Deputada Ideli Salvatti, para falar em nome do Parlamento de Santa Catarina.

O SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, Deputado Federal Milton Oliveira, meus trinta e nove Companheiros de Parlamento, mas em especial a minha saudação, em nome da Assembleia Legislativa, a todas as mulheres que nos visitam no dia de hoje, que trazem aqui a sua voz, bem como às mulheres que aqui trabalham cotidianamente, dando sustentação para os trabalhos deste Poder.

Quero cumprimentar em especial as mulheres, porque nós somos mais da metade da população deste nosso planeta. Nós, hoje, somos, aproximadamente, 40% da população economicamente ativa, ou seja, daqueles que estão diretamente ligados à produção da riqueza do nosso País, 40% são mulheres. São mãos de mulheres produzindo a riqueza brasileira.

Nós, apesar de sermos a maioria da população, quase a metade dos que produzem a riqueza, infelizmente ainda temos muito a denunciar, muito a colocar a público e muito a reivindicar para que realmente tenhamos justiça e igualdade entre os sexos, justiça e igualdade entre aqueles que participam ativamente não só da construção da riqueza, mas da construção de um mundo onde a dignidade do ser humano, independente do seu sexo, independente da sua raça, independente da sua idade, independente da sua etnia, independente da sua condição social, seja realmente colocada acima de tudo, com igualdade de oportunidade para todos.

Então, nesses termos gostaria de saudar as mulheres que se organizam de diversas formas, seja nesse maravilhoso movimento das mulheres agricultoras, que completou 15 anos no dia de ontem, com uma manifestação de milhares delas no Município de Nova Itaberaba, berço exatamente dessas mulheres agricultoras.

Temos aqui representação das mulheres da agricultura familiar, das mulheres do movimento das atingidas pelas barragens, do movimento que se consolidou. Foi lançado, inclusive, sexta-feira, o Fórum das Entidades de Mulheres aqui, na Assembléia, assim como nós temos a União Brasileira de Mulheres, como temos inúmeras dezenas de entidades que se organizam para que possamos construir esse mundo justo que todos nós queremos.

Nós, mulheres, temos uma tarefa sempre muito especial. O nosso Presidente ressaltou que nós começamos em clima festivo. É assim que nós mulheres gostamos de trabalhar! Nós gostamos de trabalhar na justiça, mas sempre com alegria, sempre com a fraternidade presente, sempre com aquele jeitinho especial que a mulher tem de fazer as suas tarefas e as suas reivindicações.

É isso que queremos saudar: a alegria, a honra, a satisfação e o prazer de ser mulher, porque, indiscutivelmente, o mundo será melhor, se nós dividirmos as responsabilidades e o poder entre todos.

O meu boa-tarde a cada uma de vocês que está hoje em visita.

O meu boa-tarde a cada uma que nesta Casa trabalha cotidianamente, para que este Poder possa ser autônomo.

O meu boa-tarde para todos os homens. Tenham a certeza de que não queremos fazer como a revista Veja anunciou há quinze dias: "Os homens que se cuidem". Não queremos que os homens se cuidem, que tenham medo de que vamos tomar o espaço, de que vamos tirá-los do cenário, de que vamos deixá-los para trás. Não, os homens não precisam se cuidar, até porque queremos estar lado a lado, porque estando lado a lado é muito melhor do que estar submetido a qualquer pessoa.

Grande Dia Internacional da Mulher para todas nós e grande perspectiva de mundo melhor para nós, homens e mulheres.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Além da presença do senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da

Mesa, e da Senhora Deputada Ideli Salvatti, quero registrar a presença dos senhores Deputados Eni Voltolini, da Bancada do PPB, Idelvino Furlanetto, da Bancada do PT, Jorginho Mello, da Bancada do PSDB, Pedro Uczaí, Líder da Bancada do PT, Afonso Spaniol, da Bancada do PDT, Gervásio Maciel, da Bancada do PPB, Júlio Teixeira, da Bancada do PFL, e Norberto Stroisch, da Bancada do PFL.

Assim que os demais Deputados se fizerem presentes, iremos anunciá-los, até para que as pessoas que estão acompanhando esta sessão possam identificar os Deputados catarinenses.

Vamos conceder a palavra, agora, aos representantes de entidades que participam desta sessão especial, estabelecendo, conforme o acordo, três minutos para cada entidade, começando com o Movimento das Mulheres Agricultoras.

Com a palavra a senhora Adélia Schmitz.

A SRA. ADÉLIA SCHMITZ - Gostaria, em primeiro lugar, em nome do Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, de cumprimentar o senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta.

Gostaria também de cumprimentar o senhor Deputado Federal Milton Oliveira, a senhora Deputada Ideli Salvatti, as autoridades aqui presentes e os demais senhores Deputados.

Gostaria ainda de cumprimentar as lideranças de diversas entidades e todos que aqui se encontram nesta sessão especial.

Como disse a senhora Deputada Ideli Salvatti, ontem o Movimento das Mulheres Agricultoras festejou seus quinze anos, com uma bonita festa naquela localidade onde há quinze anos as primeiras mulheres tiveram a coragem de se organizar e de pensar também em suas necessidades.

A mulher agricultora sentiu a necessidade de se organizar para reivindicar também os seus direitos que até ali não lhes foram concedidos.

Num primeiro passo a mulher foi em busca da sindicalização. Ela se tornou um membro do sindicato e quis também tomar parte nas decisões. Não queria apenas ser sócia, ela queria participar também das decisões.

Num segundo passo, com uma grande luta, de longos e longos anos, a mulher também sentiu que ela teria direito a uma aposentadoria, porque em todo o produto que sai de uma propriedade agrícola a mulher tem a sua participação.

Por isso nós pensávamos que também nesse momento estávamos contribuindo com a Previdência e por isso também teríamos o direito de uma aposentadoria.

Foram nove anos de reuniões, de encontros e de muitas mobilizações, mas em 1992 tivemos a felicidade das primeiras mulheres se aposentarem.

Num outro passo, fomos em busca do salário-maternidade, que também não foi fácil conquistar, mas também conquistamos.

E neste momento o movimento está trabalhando em cima do problema saúde. Sentimos que a Saúde Pública está deixando muito a desejar em nossos Municípios.

Por isso tomamos como trabalho principal em 1998 a luta da Saúde Pública em geral e também a saúde específica da mulher.

Nós coletamos milhares e milhares de abaixo-assinados, os quais queremos entregar para o Governador do Estado, cuja audiência tinha sido marcada para hoje e não se concretizou.

Esperamos que amanhã nós tenhamos a oportunidade de poder entregá-los.

Nos Municípios temos hoje também este trabalho com as mulheres que lá ficaram, que entregam esses abaixo-assinados nos Municípios, com as reivindicações específicas de cada Município, na linha da saúde. E em Brasília temos outra comissão que também saiu ontem desse encontro de Nova Itaberaba, que irá negociar no dia 11 e também fazer a entrega desse abaixo-assinado ao Congresso Nacional e ao Ministro da Saúde.

Nós, mulheres, lá no interior, estamos fazendo a nossa resistência contra esse plano neoliberal que muito nos está atingindo. Uma pequena propriedade rural lá no Extremo Oeste do Estado, e posso falar por experiência própria, está muito sofrida, está sendo muito massacrada, a gente quase tem vontade de desistir. Mas de nada nos adiantaria abandonar a nossa propriedade e ir para a cidade porque nós não temos nenhuma especialização.

Por isso estamos resistindo e a mulher é a mais sofrida nesta resistência, porque nós gastamos horas que deveríamos usar para o nosso lazer ou para o nosso descanso fazendo trabalhos artesanais para podermos garantir a sobrevivência e o estudo dos nossos filhos.

Portanto, nós queremos pedir o apoio dos Deputados para que também façam a sua parte em prol da agricultura, em prol do pequeno produtor rural, e de nada adianta ele abandonar a sua terra e ir para a cidade porque hoje lá também não tem mais condições dignas para trabalhar.

Por isso minha gente e queridas mulheres que aqui se encontram, estamos trabalhando juntas, unidas contra o neoliberalismo por justiça, saúde e igualdade e esperamos que no futuro tenhamos uma sociedade com menos problemas sociais do que hoje.

Muito obrigada e vamos juntas lutar!

Um abraço a todas as mulheres aqui presentes pelo Dia Internacional da Mulher, transcorrido ontem.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedemos a palavra à representante da comissão de negociação, senhora Irma Brunetto, por até três minutos.

A SRA. IRMA BRUNETTO - Senhor Presidente, companheiro Deputado Federal, senhores Deputados, Companheira Ideli Salvatti, companheiros e companheiras de todas as regiões do nosso Estado, gostaríamos de ressaltar a importância desta sessão, iniciativa da Companheira Ideli Salvatti, porque são poucos os espaços que nos são dados, principalmente a nós trabalhadoras rurais.

Estamos aqui em Florianópolis para registrar a nossa indignação, bem como reivindicar os nossos direitos. Há muito tempo estamos lutando pelas condições de vida no campo, e agora, especificamente, lutamos por uma questão social muito importante e que está na Constituição, que é a saúde, que é um direito de todos e um dever do Estado, mas que na prática isso não se concretiza. E nós estamos praticamente abandonadas na política pública, principalmente na política de saúde.

Viermos de várias discussões, de vários encontros e seminários regionais, sendo que a última e grande mobilização se deu ontem em Nova Itaberaba. E agora estamos aqui pleiteando uma audiência com o senhor Governador com a finalidade de negociar alguns pontos, dentre os quais a aprovação imediata do PEC, com destinação de 10% dos recursos do Orçamento da União, dos Estados

e dos Municípios para a saúde, bem como 30% dos recursos da seguridade social para a saúde.

Também estamos reivindicando a implantação do SUS - Sistema Único de Saúde - e a implantação do Pasm - Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher. E pedimos também aos senhores Deputados empenho às nossas reivindicações.

Estamos certas de que só conseguiremos a implantação desse programa de saúde nos nossos Municípios se realmente houver empenho das autoridades nesse sentido. Esperamos não precisarmos mais voltar aqui para reivindicar um direito que já está explícito na Constituição brasileira, que é o direito à saúde.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedemos a palavra à representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina, senhora Libera Sachtet.

Enquanto a senhora Libera se dirige à tribuna, gostaríamos de esclarecer, inclusive às pessoas que estão acompanhando esta sessão, que cada vez que o microfone interrompe é porque o cronômetro é automático. Quando são os Deputados, automaticamente eles devem parar de falar e deixar a tribuna, mas como esta é uma sessão aberta, estamos reabrindo o cronômetro, por isso a interrupção no microfone.

A SRA. LIBERA SACHETT - Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, senhor Deputado Neodi Saretta, a Companheira Ideli Salvatti, por ser a única Parlamentar feminina, o Deputado Federal Milton Oliveira, e em especial, em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, estender os nossos cumprimentos a todas as nossas companheiras que estão presentes aqui nesta Casa, porque é uma sessão especial em comemoração ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

Dentro desta data tão gloriosa para nós mulheres, o movimento de mulheres e trabalhadoras rurais de Santa Catarina teve uma linda história que juntas nós construímos.

A companheira que falou antes divulgou um pouco sobre a história do movimento, as grandes conquistas que através desta organização nós conseguimos. Um dos objetivos de nós realmente começamos a sentir a necessidade, de nós nos organizarmos dentro desse projeto neoliberal em cima da nossa necessidade em defender os direitos, também era uma necessidade de nós, mulheres, realmente ocuparmos o nosso espaço dentro do campo político.

Eu falo do campo político não somente como Parlamentar ou partidário, mas dentro do debate de um novo projeto para a sociedade. Isso nós mulheres já conseguimos, e a grande participação da mulher hoje é debatendo as suas condições de vida, as suas condições dentro de um novo projeto para a agricultura familiar. Isto é o que importa para a história da mulher trabalhadora brasileira hoje.

Então, nesta sessão especial eu queria reivindicar os nossos direitos à saúde, e nós precisamos realmente nos voltar para a situação, para as condições de vida do nosso povo hoje.

Não basta só nós falarmos no atendimento à saúde, nós precisamos estar voltados, sim, às condições de vida que os trabalhadores hoje vêm tendo. Porque para nós falarmos em saúde nós precisamos saber como é que está a situação da nossa agricultura, como é que está a situação dos

nossos trabalhadores que têm acesso à terra, do nosso trabalhador sem emprego hoje, e em especial como é que está a situação das nossas companheiras trabalhadoras.

Estou falando em saúde, nós precisamos levar em conta esses pontos, esses fatores, porque é isso que leva a qualidade de vida. E nós, como trabalhadoras, principalmente como trabalhadoras rurais, viemos enfrentando hoje a discriminação como trabalhadoras e como mulheres dentro dessa situação.

Então, dentro desse projeto neoliberal, eu tenho certeza que nós vamos conseguir, juntos, reverter este quadro. E é por isso que em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar eu quero, neste momento, chamar à responsabilidade dos nossos Deputados de Santa Catarina para que eles olhem a situação que vêm enfrentando hoje as famílias dos trabalhadores rurais na Agricultura Familiar.

Eu tenho certeza que nós vamos conseguir reverter esse quadro, desde que cada um faça a sua parte. É por isso que os Parlamentares aqui desta Casa têm uma grande responsabilidade com isso. Então, quero deixar registrado hoje aqui esse meu apelo de realmente cada um de nós fazer a sua parte, e nós vamos chegar a uma vitória.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ao fazer o registro da presença do senhor Deputado Narcizo Parisotto, eu quero pedir escusas ao nobre Deputado, pois estava aqui presente desde o início da sessão, mas ao declinar os demais nomes dos Deputados presentes, no momento de visualizar o Plenário, cometi a gafe de não anunciar a sua presença.

Também está presente conosco acompanhando esta sessão o Prefeito de Itapiranga, o qual desejamos uma boa estada aqui. Neste Município também existe o movimento das mulheres agricultoras, que é muito organizado e muito forte.

Concedo a palavra ao representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, senhor Dilson Barcelos.

O SR. DILSON BARCELOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, companheiros e companheiras aqui presentes, eu gostaria de cumprimentar de modo especial a Companheira Estadual Ideli Salvatti.

Falar do Dia Internacional da Mulher, do dia 8 de março, senhores Deputados, é lembrar que em 1858, nos Estados Unidos, dezenas de mulheres que lutaram por melhores condições de trabalho, que lutaram por melhores salários, por melhores condições de vida, foram brutalmente queimadas pelo sistema daquela época que até hoje governa aquele País.

Sem dúvida alguma nós, brasileiros, as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, enfrentamos o mesmo problema até os dias de hoje, cento e quarenta e um ano depois.

Hoje nós podemos dizer que o dia 8 de março é comemorado nas mesmas condições e que talvez a forma como que o Governo queime os trabalhadores é a política econômica que o Presidente Fernando Henrique vem conduzindo no nosso País, onde a cada dia que passa aumenta a exclusão social.

Eu gostaria de chamar a atenção, senhor Presidente, que inclusive V.Exa. tem conhecimento de causa do grave problema que acontece no Estado de Santa Catarina em relação à reforma agrária.

O Governo através da polícia vem criando um terrorismo no Estado, cercando todos os acampamentos.

Gostaria de denunciar aqui que no dia de ontem a polícia cercou mais um acampamento numa área que nós estamos denunciando publicamente através de uma fiscalização do Ministério do Trabalho que há mais de dez anos tem trabalhadores naquela fazenda com suas férias vencidas. Uma fazenda em que os direitos trabalhistas não são preservados.

Inclusive, senhor Presidente, o senhor está empenhado na busca de uma audiência com a Secretaria de Segurança Pública e o Comando da Polícia Militar do Estado, na perspectiva de nós solucionarmos este problema.

Eu gostaria de parabenizar todas as mulheres e dizer que a forma de nós comemorarmos este dia é nos mobilizarmos cada dia mais para buscarmos melhores condições de vida à classe trabalhadora.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Está presente também nesta sessão especial o Deputado Carlito Merss, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Convido agora o representante dos atingidos por barragens, senhor Hugo Vaz.

O SR. HUGO VAZ - Senhor Presidente desta Assembléia Legislativa, senhores Deputados, companheiras e companheiros, é satisfação para nós na primeira vez na história estarmos aqui para fazer ouvir a voz daqueles que são os atingidos pela barragens da Bacia do Rio Uruguai.

Enquanto se festeja neste momento o dia que foi consagrado ontem como o dia do movimento da mulher agricultora, quero dar os meus parabéns a ela. Mas neste momento também quero denunciar que no dia 12 de julho do ano passado, quando nós estávamos protestando contra a entrada da companhia perfuradora da barragem de Machadinho, uma mulher agricultora foi espancada por policiais só porque protestava por não aceitar a maneira que hoje as grandes companhias estão construindo as barragens da Bacia do Uruguai.

Em primeiro lugar, a Eletrosul está sendo privatizada. É um consórcio de cinco grandes empresas que estão construindo a barragem de Itá. É mais um consórcio privatizado que constrói também a barragem de Machadinho.

Agora, está surgindo mais um outro problema grave que é na região do Oeste catarinense, da qual sou representante.

Na região da Foz do Rio Chapecó já está a Engevix fazendo a perfuração de poços para a geologia ver onde vai ser construído o muro da barragem. Não aceitamos que entrem nas terras dos agricultores sem ordem judicial. Eles invadem as terras como se fossem proprietários.

Quero denunciar aqui nesta Casa que se acontecer qualquer coisa nos próximos dias ou em breve tempo o movimento não se responsabilizará por tudo que vier acontecer, porque, em primeiro lugar, antes do cimento vem o homem.

Não somos contra o progresso. Quem não deseja o progresso dessa terra e o bem-estar do seu povo? Somos contra a maneira como as grandes empresas lidam com os atingidos, não pagando o preço justo pela terra e assim por diante.

É por isso que estamos aqui protestando e queremos levar ao conhecimento das autoridades para que tomem providências.

Somos contra a privatização da Eletrosul porque ela é do povo. Se é uma esta-



tal, ela pertence a todos nós e não é uma meia dúzia que vai vender uma empresa que é do povo. É um bem do povo. A luz é um bem social, como a água também é um bem social e temos que preservar, em primeiro lugar, o homem que trabalha na terra e que deve ter, pelo menos, uma proposta.

Falam que a região terá um grande desenvolvimento. Onde está a proposta da Eletrosul e das grandes empresas para o desenvolvimento da nossa região do Oeste? Dizem que vão construir barragens porque falta energia e porque precisa gerar emprego. Emprego se gera dando financiamento para pequenos agricultores porque hoje nas grandes indústrias para gerar emprego é necessário exatamente...

Dentro da agricultura familiar, pode-se gerar empregos em torno de seis mil reais. É um dinheiro bem aplicado na agricultura, gera um emprego, e usando a agroecologia haverá muitas propostas boas para agricultores na pequena indústria familiar e assim por diante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Quero registrar também a presença do Deputado Jaime Mantelli.

Com a palavra a senhora Vera Fermiano, da Casa da Mulher Catarina.

A SRA. VERA FERMIANO - Senhores Deputados, é um prazer estar aqui hoje. Gostaria de saudar todas as companheiras agricultoras que vieram aqui comemorar o seu dia e colocar que todo dia é dia da mulher porque estamos presentes em todas as horas e momentos.

Pertenço a uma entidade chamada Casa da Mulher Catarina. Ela vai fazer dez anos de existência e tem a preocupação de estar assessorando e estudando a condição da mulher na sociedade.

Essa é uma entidade que também tem uma questão que é super importante de considerar, que é o trabalho específico sobre a mulher negra. Estamos falando de tantos excluídos e esquecemos de falar do grande contingente de excluídos neste País, a população negra.

Enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto cidadã, eu quero dizer que nós também estamos nos organizando. Ainda não temos uma visibilidade grande, mas estamos nos organizando em vários setores e também estamos tentando viabilizar políticas públicas que alcancem essa população para tirar o negro da marginalidade e mostrar que ele, enquanto cidadão, ajudou a construir este País, que as mulheres negras tiveram um papel importantíssimo nessa luta, porque foram elas as primeiras trabalhadoras, logo após o processo de abolição da escravatura, que saíram às ruas como quitandeiras, floristas. As baianas, que todo mundo reconhece como figuras culturais, saíram em busca de vender o que produziam - doces, salgados, comidas -, para que com esse dinheiro pudessem possibilitar a compra e ajudar no processo de libertação do povo negro.

Mais cem anos se passaram após a abolição, mas o negro ainda é um escravo. Escravo não acorrentado, mas escravo de um sistema que não permite que ele tenha visibilidade.

Portanto, para nós é muito importante vir aqui hoje falar para vocês, companheiros, que nós também estamos nos organizando, que estamos reivindicando e buscando o nosso espaço na sociedade enquanto cidadãs.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Quero comunicar que a senhora Luci Choinaski, Presidente do Partido dos Trabalhadores, deixa um registro à presente sessão especial que se encontra neste momento em um debate sobre o Dia Internacional da Mulher na Escola Técnica Federal, com professores e alunos.

Passo a palavra à senhora Eunice Hamenann, do Fórum da Mulher Catarinense.

A SRA. EUNICE HAMENANN - Senhor Presidente, senhores e senhoras, o meu boatarde. Cumprimento o Presidente desta Casa, considerada a Casa do Povo, cumprimento todos os senhores Deputados aqui presentes, as minhas companheiras, as mulheres que integram a luta pela mulher do campo. Quero dizer, como representante do Fórum da Mulher Catarinense, que nós estamos aqui prontas, de braços abertos, para abraçar vocês, todas as mulheres, e nos integramos na nossa luta.

É muito bom estar aqui e visualizar esse panorama, essas mulheres que lutam pelos seus direitos, que querem valer uma posição, mulheres que integram esse movimento forte que nós todas reconhecemos. E todas nós, do Fórum da Mulher Catarinense, estamos prontas para auxiliar-lhes nessa luta, vamos lutar juntas pelos nossos direitos.

Eu sou praticamente uma iniciante, mas estou muito feliz em ver todas e poder abraçar a todas pela nossa data, que considero ser todos os dias, porque todos os dias a mulher está presente na sua luta.

Quero fazer uma pergunta: tem aqui presente alguma representante da mulher índia? Acredito que não.

Nossos companheiros e companheiras já falaram aqui dos excluídos, e a nossa mulher índia, onde fica? Estamos à beira de completar 500 anos do descobrimento do nosso Brasil, e essa mulher índia é a verdadeira dona deste nosso País. No entanto, elas estão relegadas, estão jogadas na rua!

Nós temos aqui 480 índios que não têm onde morar, que não têm onde comer, que vivem mendigando nas principais ruas de Florianópolis, sem ter a quem recorrer. Por quê? Porque não falam a nossa língua, não têm os nossos hábitos, não conhecem a nossa moeda. Vivem com seus filhos, fazem seus trabalhos artesanais, suas cestinhas, seus animais de cerâmica, de barro ou madeira, e vão vender pelas ruas em troca de um prato de comida.

Essa mulher precisa ser olhada pelas nossas autoridades, pelo nosso Governo. Há muito tempo se luta pela demarcação do índio brasileiro. E os nossos índios são derivados dos guaranis, que eram os verdadeiros donos do Brasil quando este foi descoberto, no entanto, estão aí a mendigar, estão na miséria.

Eu pediria, então, ao componentes desta valorosa Casa brasileira e catarinense que olhem pelos nossos índios.

Quero agradecer o empenho desta Casa, porque sexta-feira nós tivemos a inauguração do nosso Fórum da Mulher Catarinense, que nada mais é do que uma instituição não governamental que abriga quase todas as instituições compostas por mulheres, para, unidas, lutarmos pelos nossos direitos, seja no campo do trabalho, na sociedade, na política ou na religião.

Agradeço a todos e um abraço pela nossa data. E tenho muito orgulho de ser mulher!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Registramos que se encontram presentes neste recinto representantes da União Brasileira de Mulheres.

Com a palavra o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Valdeci José da Silva.

O SR. VALDECI JOSÉ DA SILVA - Quero cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente, as entidades que estão participando desta sessão especial e as demais delegações que vieram do interior do Estado para participar desta sessão.

Estamos aqui hoje comemorando o Dia Internacional da Mulher, que é o resultado de muita luta que houve durante muitos anos.

O companheiro que me antecedeu, do MST, já registrou que há 141 anos, quando as mulheres se organizaram e decidiram lutar pela redução da jornada de trabalho, o patrão, o dono da empresa, insatisfeito com a reação, resolveu colocar fogo e queimar todas as mulheres que estavam no interior da fábrica.

A partir daí foi preciso muita luta e muita organização para que esse dia, 8 de março, fosse convencionado o Dia Internacional da Mulher.

Gostaria de registrar também a dupla jornada da mulher. A luta constante da redução da jornada de trabalho é exatamente em função do fato de que a mulher, que hoje representa 49% do mercado de trabalho no Brasil, tem que cumprir a sua segunda jornada em casa, quando tem que cuidar da família, dos filhos, do marido.

Outro aspecto importante que precisa ser registrado e que também está ligado à nossa cultura é a discriminação racial, que está presente tanto no homem quanto na mulher, que precisam ter esse desafio de avançar e romper com essa discriminação em relação à mulher negra. Ela é discriminada duas vezes: por ser negra e por ser mulher.

Mas também, senhor Presidente, a CUT, que faz 15 anos agora no dia 28 de agosto, sempre lutando pela organização dos trabalhadores do Brasil, criou no seu interior a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora. Após muito debate, o Congresso de 1994 definiu a participação obrigatória no estatuto de 30% das mulheres na direção estadual, nacional e também nas instâncias verticais.

Nós não consideramos isso uma conquista, mas uma oportunidade para que as mulheres venham a participar da direção do sindicato e também da central.

Essa oportunidade está garantida, e a avaliação feita no congresso do ano passado é que as companheiras que estiveram na direção da CUT, tanto nacional como estadual, deram uma grande contribuição para a organização sindical do País.

Para encerrar, senhor Presidente, queria ler a mensagem que a CUT fez para as mulheres agricultoras.

(Passa a ler)

"Mulheres da terra sem sábado, sem domingo. O calendário marca o feriado, mas a terra chama e o filho chora. Entre muitos dias não há só terra, não há só casa, há uma bela que é fera. Que briga pelos seus direitos e que quer igualdade na casa, na plantação, na vida, lá fora."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedemos a palavra à senhora Mara Rosana Ribeiro, representante da Ação da Mulher Trabalhadora.

A SRA. MARA ROSANA RIBEIRO - Saudamos o Presidente desta Casa, os senhores Deputados, em especial a nossa compa-

nheira Ideli Salvatti, representante da mulher catarinense neste Parlamento, as demais mulheres aqui presentes, que estão representando os diversos segmentos da mulher, e com o maior carinho as mulheres agricultoras.

Registramos, nesta oportunidade, nesta Casa Legislativa, a solidariedade da Ação da Mulher Trabalhista, do PDT de Santa Catarina, bem como o nosso chamamento para que, juntas, nós, mulheres, possamos contribuir e ocupar cada vez mais o espaço na nossa sociedade. Juntas poderemos construir a sociedade que todos almejamos: uma sociedade justa e igualitária para todos, homens e mulheres.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, senhora Deputada e companheiros que acompanham a sessão, queríamos, neste momento, em nome desta Casa, entregar a medalha da Assembléia Estadual de Santa Catarina a uma pessoa que é uma das fundadoras do Movimento das Mulheres Agricultoras do Estado, militando desde 1982.

Evidentemente que outras valorosas mulheres também participam deste movimento, mas esta continua participando até hoje.

Atualmente, ela é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores

na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina. É uma mulher que poderíamos resumir como uma mulher-trabalho, uma mulher de luta, uma mulher que pode ser símbolo dos catarinenses, e com certeza é.

No ano passado, essa mesma homenagem foi atribuída a Iraci de Lara, do MST, e neste ano eu tenho o prazer de convidar Libera Sachett para chegar até a Presidência e receber a medalha da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas)  
(Procede-se à entrega da medalha, ato este acompanhado de uma música.)

Deputada Ideli Salvatti, esta era a homenagem que nós, da Assembléia Legislativa, a requerimento de V.Exa., tínhamos a prestar no Dia Internacional da Mulher.

Senhores Deputados, esta Casa, a Casa do Povo catarinense, tem as suas portas abertas para que aqui se reflita todas as posições político-ideológica deste Estado.

É gratificante estar na Presidência da Assembléia Legislativa e presidir uma sessão dessa natureza, onde as pessoas que aqui compareceram deram os seus depoimentos fruto daquilo que sempre defendemos.

Esta Casa é aberta ao povo de Santa Catarina, e isso é mérito de todos os senhores Deputados, de todas as Bancadas, que de forma unânime aprovaram a solicitação da presente sessão.

E para encerrar, quero tomar a liberdade de fazer minhas as palavras do cartaz da senhora Deputada Ideli Salvatti, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

“É a mão que puxa a enxada, que tempera o feijão, que segura o giz...”

É a mão que escreve prosa e verso, que faz o companheiro feliz...

É a mão que limpa a bunda do filho, que faz afago, que dá injeção...

É a mão que se ergue ao exigir, que reza, que busca a união.

É a mão camponesa, operária, empresária!

É esta mão de mulher, cada vez mais presente e solidária!

É esta mão estendida pondo a marca, feminina e necessária, na busca da justiça em nosso País.”

Parabéns às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 10 DE MARÇO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação Joaquinense de Epilepsia, com sede e foro na cidade e Comarca de São Joaquim.

OFÍCIOS NºS:

011/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, referente a manutenção de Comarca de Entrância Intermediária para o Município de Jaraguá do Sul;

155/98, do senhor Secretário de Estado dos Transportes e Obras, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/1019/97;

045/97, do senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 038/97 encaminhando Relatório Final daquela Comissão;

0215/98, do senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, em resposta ao expediente nº 17/98;

461/98, do senhor Senador Esperidião Amin, acusando o recebimento do Telefax nº 22/98;

482/98, da senhora Secretária-Adjunta da SPES/MTB, encaminhando cópia de termo aditivo para ciência desta Casa.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o senhor Deputado Adelor Vieira, a quem concedo a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria, nesta oportunidade em que me escrevi para falar em Breves Comunicações, de abordar um assunto que considero da maior importância para o ecossistema no Estado de Santa Catarina, mais precisamente, Deputado Olíces Santini, referente às regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina, porquanto há muito se fala na construção de uma usina hidroelétrica, utilizando-se os recursos hídricos do Rio Cubatão.

Quando se fala na construção da usina hidroelétrica, logo vem a questão da nossa Mata Atlântica, o que vai prejudicar o nosso meio ambiente, o nosso ecossistema, se compensam as vantagens de instalação dessa usina hidroelétrica ou se deveria buscar uma outra alternativa para solucionar o problema que hoje já

se faz sentir da falta de energia elétrica no Estado de Santa Catarina.

Sabemos que a Celesc tem pouca geração. E a construção de uma usina, sem dúvida, seria da maior importância.

Venho a esta tribuna para falar sobre esse tema que muito se lê, mas que pouco caso se faz quando se considera a importância para os homens - para a vida, de uma forma geral - dos desmatamentos das nossas florestas e, mais especificamente, quando atinge a Mata Atlântica, da qual o nosso Estado faz parte.

Quando do descobrimento do Brasil essa mata cobria praticamente todo o território catarinense, vindo formar um ecossistema em pleno equilíbrio. Hoje, para V.Exas terem uma idéia, apenas 16,25% da Mata Atlântica continuam intactos, caracterizando que uma pequena faixa territorial permanece com uma rica biodiversidade de plantas e árvores - aproximadamente 10 mil espécies.

Faz valer aqui citar que 50% dessas 10 mil espécies de plantas e árvores são endêmicas, ou seja, com vida somente nessa região.

Se formos partir para uma visão prática, senhores Deputados, observaremos que o desmatamento ocorrido entre 1985 e 1990 foi de 99.420 hectares de mata, o que equivale a três campos de futebol por hora, durante as 24 horas do dia. É alarmante, mas, infelizmente, são dados comprovados pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, entidade essa que tem se preocupado com esse mister.

Mais do que sabido é que a retirada vegetal das encostas causa prejuízos sérios. Além da erosão e outros malefícios, há descontrole no fluxo das águas dos rios, face às chuvas que descem sem o obstáculo dos morros. Este fato serve como incremento básico para transformar riachos em caudalosos rios.

Esses casos promovem, ainda, sem qualquer dificuldade e com excitação, grandes enchentes e destruição para parte significativa da população. O que maltrata é que nada ou quase nada tem sido feito para se amenizar a situação.

O descaso atua como um incentivo para que pessoas inescrupulosas explorem o máximo possível o que resta das nossas florestas.

Mesmo com tudo isso à tona, outros assuntos preocupantes surgem, mas, infelizmente, não são capazes de servir como um alerta para as autoridades competentes.

Quero chamar a atenção dos senhores Deputados para a implantação da usina hidrelétrica de Cubatão, em Joinville, que o Governo pretende instalar nos próximos dias.

Faço esta referência pelo fato da usina poder vir a ocasionar impactos ambientais de grande porte, seguramente irreversíveis na Mata Atlântica.

Para se ter uma idéia, o desvio necessário do Rio Cubatão interromperá 60% do volume de água em circulação atualmente. Além disso, a obra secará por completo o Salto do Rio Grande.

Como se não bastasse, para construir a Usina de Cubatão em Joinville, serão inundados nove sítios arqueológicos, e o Rio Cubatão poderá secar definitivamente em 13 quilômetros do seu leito. Quantos prejuízos!

Isso que estou colocando pode fazer nascer uma pergunta: se necessitamos de energia, como devemos, então, proceder? É preciso, sim, buscar alternativas energéticas, menos alternativas que sejam prejudiciais, agressivas ao meu ambiente. É necessário que novas formas técnicas, que não devastam tanto o meio ambiente, que não causem tantos prejuízos possam ser alcançadas. E nós sabemos que isso já está sendo colocado em prática em outros países do mundo.

Eu venho com essa preocupação, senhores Deputados, dando ênfase ao que acabo de colocar, ou seja, se existem alternativas, quais são.

Poderíamos, quem sabe, reformular o projeto, cuidar um pouco mais da questão do meio ambiente e, quem sabe, até substituir: ao invés de construirmos ali a usina hidrelétrica, que construíssemos, então, uma usina que pudesse utilizar como matéria-prima o gás, por exemplo, da Bolívia, que estamos por receber e que passa, obrigatoriamente, pela região Norte e Nordeste de Santa Catarina.

O que nós não podemos ver, não podemos aceitar, não podemos permitir é que se dê um passo errado, aliás, mais um, como tantos já foram dados para com o nosso ecossistema já tão sacrificado.

Não podemos permitir que a nossa Mata Atlântica, já tão diminuta, venha a ser extinta e venhamos, então, a chorar mais tarde uma decisão, quem sabe, precipitada, uma decisão impensada, que permitiu uma obra que poderia ter sido evitada.

Essas considerações, senhor Presidente e senhores Deputados, é que trago a esta Casa como uma grande preocupação.

Eu já fui um defensor da construção da Usina Hidrelétrica de Cubatão, certamente por carência de informações, defendendo a sua construção a todo custo.

Hoje, valendo-me de informações que nos foram prestadas por autoridades no assunto, como o senhor José Pedro Oliveira Costa, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como outras autoridades que já se pronunciaram, quero enfatizar o grande risco que teremos não só para a região Norte e Nordeste como, também, para todo o Estado de Santa Catarina e, quicá, para os Estados do Sul do Brasil, com a construção desta usina hidrelétrica.

Será que esses potenciais que estão sendo anunciados, como a geração desses quilowatts que a Usina de Cubatão vai nos proporcionar, compensará o prejuízo do nosso ecossistema?

Será que o investimento que essas empresas multinacionais que estão sendo contratadas para a construção da usina...

Senhor Presidente, V.Exa. poderia me conceder mais alguns segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Pois não, senhor Deputado, V.Exa. tem mais um minuto.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Será que o capital estrangeiro, que aí está aportando para a construção desta usina, vai comportar o prejuízo que poderá trazer ao ecossistema?

São interrogações que merecem ser consideradas, porque ninguém pode restaurar o que a natureza trouxe, apenas o Criador pode fazê-lo.

O homem tem destruído. O homem, como a própria Bíblia diz, Deus fez o homem bom, mas eles buscaram muitas invenções e, em função destas muitas invenções, buscaram também a sua própria destruição.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o senhor Deputado Odacir Zonta, por até 10 minutos.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu só gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do Presidente da Associação de Moradores do Bairro Progresso, o nosso amigo Heriberto Hertel, como também do Presidente do Conselho, Euclides Bento, e também do nosso amigo Antônio Schmitt, lá da Itoupava Central, do Município de Blumenau, a quem temos a honra de receber nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Desejamos aos nossos visitantes uma boa estada aqui, na Assembléia Legislativa, e em Florianópolis.

Com a palavra o senhor Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários e funcionárias da Casa, senhores visitantes, gostaria de aditar aos visitantes que a nossa Capital do Estado e este Parlamento recebe a partir de hoje uma grande delegação de Prefeitos, de todas as regiões do Estado, que vêm à Capital para a assinatura de convênios de transporte escolar e outros afazeres.

Gostaria também de registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Quilombo, Jucemar Toazza, do Prefeito de Santiago do Sul, Jorge Luiz Toazza, do Prefeito de Paial, Névio Mortari, do Prefeito de Itapiranga, João Batista Schneiders, e outros Prefeitos da região do Alto Uruguai também estarão chegando hoje, no final da tarde, e amanhã.

O único ponto de interrogação que sobra aos senhores Prefeitos é que, depois dessa árdua luta na discussão da questão do transporte escolar, foram convocados para a assinatura dos convênios sequer sabendo de valores definitivos ou de condições que fazem parte dos convênios. E a questão é a seguinte: "se ficar o bicho come e se correr o bicho pega", porque eles não têm outra saída.

Então, senhores Deputados, vamos dar toda a força, toda a atenção, esperando

que a lei que regulamentou o Fundão nesta Assembléia Legislativa seja colocada em prática e possa contemplar os Municípios catarinenses e, em última análise, também contemplar os estudantes no que se refere ao transporte escolar.

Feito este registro, eu gostaria de dizer que nesta tarde cumpro o dever de encaminhar, como já havia anunciado no mês de dezembro, à Comissão de Fiscalização da Casa e ao Tribunal de Contas do Estado, documentos que chegaram em nossas mãos, dando conta de que entidades de vários Municípios do Oeste estão sendo intimadas a prestar contas de subvenções sociais que o Estado teria repassado e que essas entidades, surpresas, não as teriam recebido.

Portanto, temos aqui em mãos um requerimento encaminhando à Comissão de Fiscalização e ao Tribunal de Contas do Estado solicitando que sejam tomadas as devidas providências.

Constam do requerimento entidades de vários Municípios como:

Faxinal dos Guedes, Santa Helena (em número de seis), Arabutã, e aqui quero fazer referência a valores, pois têm entidades que chegaram a receber até quinze mil reais, Deputado Eni Voltolini, quer dizer, estão sendo notificadas a prestar contas de subvenções de até quinze mil reais, quatro mil reais, dois mil e quinhentos reais e outros valores menores, as quais nunca chegaram às entidades.

Coincidentemente, essa intimação feita pela Diretoria Administrativa Financeira da Secretaria da Fazenda, é com relação a essas subvenções, no sentido de que todas teriam sido pagas.

Temos: Arabutã, em 25 de setembro de 1996, CR\$700,00, CR\$700,00 e mais CR\$1.300,00.

Temos aqui todas as de Arabutã datadas de 24 e 25 de setembro de 1996, assim como temos no dia 18 de setembro de 1996 CR\$2.500,00, CR\$4.000,00, também, para Arabutã.

Para o Município de São Carlos, dia 26 de setembro, CR\$800,00. Temos aqui Santa Helena, dia 26 de setembro, CR\$1.100,00, CR\$1.000,00, CR\$500,00 e CR\$1.300,00. E Faxinal dos Guedes, dia 23 de setembro, na ordem de CR\$800,00.

Essas entidades estão pendentes junto à Secretaria da Fazenda referente à prestação de contas de, como já disse, verbas ou subvenções que lhes teriam sido destinadas, ou seja, que saíram, como consequência, do Governo do Estado, mas não chegaram às entidades.

Nós temos conhecimento, por exemplo, no Município de Santa Helena, que o Tribunal de Contas dada a primeira denúncia que nós fizemos, já tomou as providências e está lá averiguando.

Ainda nesta manhã nós tivemos a oportunidade de saber, em contato com uma emissora de São Miguel d'Oeste que nos questionou sobre o assunto, que efetivamente ficou constatado que a entidade não recebeu. Mas também já constataram que o cheque saiu daqui a destino da entidade. São subvenções anteriores à eleição municipal ocorrida em 1996. O que se pressupõe é que pode ter havido uma enganação às entidades.

As entidades acabaram sendo utilizadas para usar recursos - Deputado Idelvino Furlanetto, tenho aqui de Descanso, de Santa Helena - usaram o nome de entidades para subvenções que não chegaram ao destino.

É uma situação gravíssima, não importando os valores, que compromete certamente a questão de operacionalização das

subvenções do Estado para as entidades, uma vez que estão mandando cheque, enquanto teria de ser depósito bancário, e que certamente, no caminho, tem malandro que interceptou o recurso, e a partir daí deu outro destino que não aquele previsto na subvenção.

É crime, portanto, e cabe a esta Assembléia, como órgão fiscalizador, também, meu caro Presidente, pedir as providências, que é o que nós estamos fazendo nesta data. Pode haver pelo Estado afora outras entidades onde, também, tem ocorrido o mesmo procedimento - talvez tenham até sido ajudadas a prestar contas, para que não ocorresse nenhuma denúncia.

Essas entidades, às quais me referi, mandaram esses documentos, quer dizer, a intimação para prestar contas. O Tribunal de Contas vai averiguar, assim como a Comissão de Fiscalização poderá examinar a prestação de contas futuras, ou também colaborar com o Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Odacir Zonta, acho que V.Exa., neste momento, além da denúncia, chama a atenção de todos os Parlamentares.

Há uma necessidade de estabelecermos critérios e uma disciplina na relação das subvenções. V.Exa. tem tido uma atuação brilhante neste sentido, como Corregedor, identificando e corrigindo essas distorções com relação às subvenções.

Essas entidades merecem ser convidadas para comparecer a esta Casa, inclusive para darem o seu depoimento, e que se busquem as cópias de prestação de contas na qual esse "laranja" participou - porque existe um "laranja" fazendo as intermediações -, para, a seguir, a Assembléia Legislativa poder identificar melhor.

Sugiro que isso seja de uma forma imediata. Temos que procurar o Tribunal de Contas, porque não podemos mais concordar com essa forma danosa com que se denigre o Parlamento e com a forma com que se usa o dinheiro público.

Foi interessante o comunicado a essas entidades. Portanto, que se aja imediatamente no sentido de se buscar as informações.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Eu gostaria de salientar, antes de dar um aparte ao Deputado Olives Santini, que se trata de subvenções que o Governo do Estado mandou, elas não saíram da Assembléia Legislativa, mas serve como preocupação, e o que nós estamos fazendo, pedindo à Comissão ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL, por até doze minutos.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, na semana passada eu fazia aqui o registro da publicação, no Jornal de Santa Catarina, de que o Secretário de Estado da Saúde passou para o Hospital Santo Antônio de Blumenau um cheque frio, sem fundos, alínea 11.

Logicamente repercutiu mal essa atitude do Secretário da Saúde, porque ele perence ao Governo. Blumenau e o Vale de Itajaí

têm sido discriminados, e essa atitude repercutiu muito negativamente para o senhor Governador do Estado, principalmente perante a nossa comunidade e perante a nossa imprensa local, que tem feito várias manifestações de repúdio contra essa atitude.

No dia de hoje, quando me deslocava de Blumenau a Florianópolis, ouvia na Rádio Nereu Ramos, de Blumenau, no programa Carta Aberta, o nosso companheiro e amigo Danilo Gomes - que é um programa que tem uma grande audiência naquela cidade, principalmente neste horário -, informando-nos que ele próprio e toda a imprensa precisam fazer um protesto.

Ele fazia um apelo às autoridades e representantes daquela cidade, no sentido de pressionar e fazer um apelo para que o Governo do Estado possa tomar as devidas providências e até exonerar do cargo o Secretário da Saúde, porque ele cometeu um crime de responsabilidade, pois além do cheque voltar sem fundo, o Secretário foi a Blumenau e levou um cheque pré-datado.

Deputado Vanderlei Rosso, não pode um órgão do Governo dar um cheque pré-datado! Ele foi lá e pediu que soltassem o cheque só no dia 25, e foi segurado o cheque pré-datado. Mesmo assim acabou voltando o cheque.

Então eu estou encaminhando um requerimento nesta Casa para que o senhor Governador tome providências.

Blumenau, a nossa região tem perdido muitos recursos, principalmente na área da saúde, onde estamos (pois faço parte da coordenação) querendo construir o nosso Hospital Regional Universitário.

Lembro-me muito bem que o senhor Governador, em campanha, foi a Blumenau e prometeu uma única obra àquela cidade, se fosse eleito, que era a construção do Hospital Regional Universitário. Mas infelizmente o Secretário não deu a devida atenção ao Município.

Nós sentimos muito isso, pois Blumenau, para ganhar um hospital, para ter acesso aos recursos na área da saúde e em outras áreas, só se tiver alguém no primeiro escalão.

Infelizmente Blumenau é a segunda cidade economicamente que mais arrecada em Santa Catarina e não tem ninguém nem no primeiro nem no segundo escalão do Governo. Isto já é uma discriminação! Quem sabe, um dia, nós vamos ter algum Secretário de Estado da nossa região!

Estou encaminhando, senhor Presidente e senhores Deputados, outros requerimentos, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Saúde, porque, em função do cheque ter voltado, o Secretário ficou revoltado com a divulgação do ocorrido na imprensa e está fazendo uma retaliação, dizendo que vai cortar 17% dos recursos que Blumenau tem direito na área da saúde, o que resultará em uma perda em torno de duzentos e trinta mil reais/mês, quase três milhões durante o ano. Quer dizer, o Secretário fez uma besteira e agora para compensar o seu erro quer castigar mais uma vez a cidade de Blumenau.

Não sei por que ficar revoltado, pois aconteceu. Não foi uma matéria mentirosa, foi uma matéria verdadeira, inclusive está a cópia do cheque no jornal.

Eu fui candidato a Prefeito, perdi a eleição, o Prefeito é do PT, mas quero aqui defender a minha cidade. Quero defender e ajudar a administração do PT para fazer alguma coisa. E não posso me calar, porque sou representante daquela comunidade.

Estou muito revoltado por essa atitude

de que aconteceu com o nosso Município, principalmente com o nosso Hospital Santo Antônio, que atende a nossa população mais pobre, aquela que não tem um plano de saúde. Aquela dona de casa, o agricultor que não tem condições de pagar uma consulta, aquele hospital vem atendendo e não pode levar um calote com um cheque frio. E o Governo não toma nenhuma providência.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Caro Colega, quero lhe cumprimentar pela denúncia que faz, e que já ganhou espaço na imprensa estadual, desse calote oficial do Secretário da Saúde, que emitiu um cheque no valor de R\$30.000,00 que seria destinado para a aquisição de equipamentos da maior importância à UTI pediátrica do Hospital Santo Antônio, de Blumenau, que atende total e exclusivamente pelo SUS.

Esse é um exemplo que mostra a forma de desrespeito com a nossa população no setor da saúde. Hoje a imprensa noticiou esse segundo ponto que V.Exa. acabou de citar, ou seja, que uma possível retaliação, até que provem o contrário, só pode ser mais uma atitude desrespeitosa, sem classificação, do Secretário da Saúde, ao anunciar um corte de 17% nas verbas do Município de Blumenau no setor do SUS.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Nobre Deputado, quando foi divulgado pela imprensa o assunto cheque sem fundos, no dia seguinte eu já tinha uma reunião marcada antecipadamente. O Secretário da Saúde de Blumenau me convidou para, juntamente com uma comitiva, participar de uma reunião do conselho bipartite a fim de definir os recursos para o Hospital Santa Isabel, para poder fazer cirurgia cardíaca, atender a pessoas com problema de coração, fazer o convênio.

No dia em que saí a publicação do cheque sem fundos, tínhamos saído de Florianópolis e, no meio da viagem, recebemos um telefonema dando conta que o Secretário tinha viajado para Mafra e não ia atender a nossa comitiva. Isso é brincadeira, é um desrespeito!

E quando uma comissão de Vereadores de Blumenau alugou um ônibus e veio aqui, o Secretário mandou uma caixa de ampolas de vacina, não sei o motivo. Talvez para enganar os Vereadores, a nossa comunidade, e em seguida vem a notícia do cheque sem fundos. Então, não dá para ficar quieto!

O Governo prometeu um hospital regional universitário e até hoje não colocou um tostão, mas graças a Deus a Assembléia aprovou agora três milhões no Orçamento Regionalizado - porque foi um trabalho dos senhores Deputado desta Casa -, e vamos ver se o Governo cumpre, com os três milhões de reais, a construção do hospital.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - É profundamente lamentável, e por coincidência é por isso que é possível a retaliação por parte do Secretário Estadual, exatamente porque Blumenau é cidade-pólo da região. Todos os Prefeitos estavam reivindicando um incremento de 250 mil reais a mais na cota-parte de Blumenau exatamente para poder atender à demanda de tratamentos de alto custo, principalmente na área dos pacientes cardíacos. E a resposta foi rebaixar ainda mais o teto de Blumenau!

Acho que isso só é possível num País como este, onde hoje os jornais já começam a anunciar a possível indicação de um economista, Senador José Serra, para o

Ministério da Saúde. Com a quantidade de recursos humanos que se tem na área da saúde, da mais alta capacitação técnico-política, vai-se buscar um economista para ser Ministro da Saúde! Isso demonstra muito bem a que ponto nós estamos de desrespeito, de falta de consideração e de abandono do setor saúde, a começar pelo Presidente da República.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Quero me solidarizar com o nosso Presidente, Deputado Vanderlei Rosso, e com a Bancada do PMDB nesta Casa.

Realmente nós, Deputado Wilson Wan-Dall, temos que nos solidarizar com essa Bancada guerreira, porque aturar tanta carne de pescoço... Eu não costumo usar expressões como essa nesta Casa, mas com toda a certeza deve ser muito difícil!

Há uma verdadeira tropa de incipientes nesse Governo de Estado, e nos dois sentidos, com C e com S, que muitas vezes ficam aqui a conspurcar o trabalho digno que a Bancada do PMDB faz nesta Casa.

O cheque de 180 mil reais que foi para o Hospital Miguel Couto, de Ibirama, ninho político do hoje Secretário João Matos, com toda a certeza tinha todos os fundos necessários.

Atura-se má gestão, má administração, agora, vir a aturar estelionatários no Governo, é dose pra leão! Desculpe-me as palavras que utilizei dentro do seu pronunciamento, mas não encontrei um eufemismo necessário para abrandar a minha revolta e a minha indignação.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Muito obrigado, Deputado Júlio Teixeira. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, como também o do Deputado Volnei Morastoni.

Também acredito que a Bancada do PMDB não merece essa atitude, esse desrespeito do Secretário da Saúde, prejudicando o seu Partido aqui na Assembléia Legislativa. Os Deputados sempre têm se posicionado a favor da saúde e das coisas boas de Santa Catarina, por isso é lamentável que o Secretário tenha uma atitude dessa. E em nenhum momento se vê uma punição ou uma exoneração do cargo, porque um Secretário de Estado que passa um cheque frio de 30 mil reais não merece ficar no cargo!

Não quero aqui dar as dicas, não quero aqui substituir ninguém, mas certamente eu falo em nome da população de Santa Catarina, que tem o mesmo pensamento. E acredito que todos os senhores Deputados também têm o pensamento de não poder suportar uma pessoa que faz uma barbaridade dessa para o Estado de Santa Catarina, o qual não merece mais uma vez ter uma mancha nesse episódio de cheque frio.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Pois não!

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Eu só queria fazer uma indagação, em função até de eu ter chegado ao recinto quando V.Exa. já tinha iniciado o seu pronunciamento.

Esse cheque não foi ainda esquentado pela Secretaria da Saúde? Essa é a indagação que eu faço, porque depois de toda a repercussão na imprensa e em todo o Governo, não tentou se redimir desse grande equívoco? V.Exa. não tem conhecimento disso?

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Não tenho conhecimento. Mas espero que através desse requerimento possamos diminuir algumas dúvidas, porque até hoje não vimos nenhuma punição, e é preciso resgatar a credibilidade, pagando esse cheque.

Não sei de que maneira, pois parece-me que nem publicado no Diário Oficial foi. Inclusive, estão aqui presentes três pessoas de Blumenau, o Eriberto, o Euclides e o Antônio, que realmente têm presenciado que o Governo tem discriminado Blumenau e a nossa região.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao do PMDB.

Com a palavra, por até dezessete minutos, o senhor Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Nobre companheiro que hoje ocupa, em nome do PMDB, a Presidência da Casa, Deputado Wanderlei Rosso; nosso Líder, Deputado João Henrique Blasi; demais Parlamentares que compõem o Plenário desta Casa, solicitei ao nobre Líder, Deputado João Henrique Blasi, que na reserva técnica do Partido eu pudesse fazer uso da palavra em razão de ontem não poder estar presente, já que estava prestigiando o aniversário de Joinville, que fez 147 anos, cidade esta administrada com muito orgulho pelo nosso Partido.

Eu queria fazer aqui algumas breves reflexões a respeito do novo tempo que vive Joinville. A revista Veja, como que prevendo a virada do século, nos brindou nessa semana, coincidentemente quando Joinville completava 147 anos, com uma reportagem que coloca Joinville como uma das dez melhores cidades do Brasil para se viver.

Joinville nunca viveu um momento tão importante na sua história, pelo menos naquela que eu conheço oficialmente. Ser escolhido por parâmetros internacionais como uma das melhores cidades com qualidade de vida não é um fato corriqueiro, um fato comum que não se deva dar valor. Ao contrário, deve-se enaltecer tal distinção para com a nossa cidade não apenas com o orgulho daqueles que lá vivem, mas com a responsabilidade que nós, políticos, temos com o sesquicentenário e com os próximos aniversários que Joinville irá viver.

A nossa cidade hoje atingiu essa qualidade de vida graças a inúmeras ações empreendidas por várias gestões de Prefeitos, de Parlamentares, da classe empresarial, trabalhadora, pensante, enfim, por todos que compõem a nossa bela e querida cidade, que tem hoje no comando o Prefeito Luiz Henrique da Silveira.

Ontem, participamos da inauguração de uma avenida chamada Wittich Freitag, que é a duplicação de uma outra conhecida como Binário do Iriú. Para V.Exas. terem uma idéia, essa rua que foi duplicada tinha um tráfego de veículo superior ao da BR-101, em mão dupla.

Há mais de vinte anos que estou na vida pública e vendo a comunidade de Iriú pedir a duplicação dessa estrada. Ela já não suportava o tráfego do bairro mais populoso de Joinville; mais de sessenta mil pessoas tinham só uma rua de mão dupla, de acesso e de saída.

Bastou o Prefeito Luiz Henrique chegar na Prefeitura e, no prazo recorde de um ano e meio, a estrada estava duplicada. Ontem foi a sua inauguração, permitindo que uma reivindicação de vinte anos fosse, finalmente, cumprida perante aquela comunidade.

Mas nós temos mais coisas para comemorar, Deputado Adelor Vieira. Em dois anos foram matriculadas nas escolas públicas de Joinville dezessete mil novas crianças, num prazo menor de dois anos, ocasionando a construção de mais de 420 novas salas de aula e a contratação de mais de 220 professoras para o ensino primário.

Temos, portanto, o que comemorar na educação, sem sombra de dúvida. Hoje, Joinville não tem mais criança sem sala de aula; ao contrário, todas estão matriculadas.

Temos ainda o que comemorar na área do asfaltamento. Joinville, com orgulho, apresenta no seu placar de asfalto mais de sessenta quilômetros realizados e asfaltados no prazo de pouco mais de um ano.

Portanto, senhores, nos seus 147 anos Joinville tem muito o que comemorar, mas não nos basta apenas esse momento histórico que estamos vivendo. O Prefeito Luiz Henrique quer mais e está fazendo mais, está realizando um trabalho extraordinário.

Vamos fazer um paralelo entre a nossa administração e a de Florianópolis. Quando a Prefeita Ângela Amin...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Deputado Sergio Silva, peço escusas a V.Exa. por interromper o seu pronunciamento, muito lúcido, como sempre, mas gostaria de registrar a presença aqui na Assembléia Legislativa de Santa Catarina do senhor Embaixador da Espanha César Alba Y Fuster, acompanhado de sua comitiva.

Os quarenta Deputados que compõem este Parlamento o recebem com muita satisfação e esperam que esta sua visita seja mais um motivo para reforçarmos os laços de amizade entre o povo brasileiro, em especial o povo catarinense, e o povo da Espanha.

Sinta-se à vontade em nossa Casa e no nosso Estado.

O SR. EMBAIXADOR CÉSAR ALBA Y FUSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, sinto-me muito honrado por estar entre vocês, por outro lado, estou envergonhado por estar interrompendo um debate tão importante entre os senhores Parlamentares.

Eu simplesmente quero agradecê-los por me cederem este espaço, onde aproveito para anunciar que a Espanha está estreitando relações a passos largos não só no aspecto econômico como também cultural com o Brasil.

Eu creio que este estreitamento se dê sobretudo devido à globalização. A globalização está produzindo um entrosamento entre o Brasil e seus vizinhos hispânicos.

Não quero tomar-lhes mais tempo, mas gostaria de dizer que sempre quis ser um político, porém, como não tenho um bom verbo, tive que me contentar em ser um simples diplomático.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Obrigado, senhor Embaixador, pela sua presença em Santa Catarina.

Deputado Sergio Silva, peço mais uma vez escusas pela interrupção, mas com certeza a importância da presença do Embaixador justificava isto.

Convido o Deputado Vanderlei Rosso para que reassuma a Presidência desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Continua com a palavra o Deputado Sergio Silva por ainda oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Nós estávamos saudando, além do Embaixador, esta figura simpática que nos visita, o Cônsul Honorário da Espanha, que também é de Joinville. Ele está mais como um

Embaixador da Espanha no consulado que existe em Joinville, portanto, é também mais uma testemunha do progresso que Joinville enfrenta e imprime ao restante do nosso Estado.

Mas eu iniciava um paralelo entre a administração que hoje Joinville vive com a administração da cidade de Florianópolis.

Vamos olhar "pari passu" as duas cidades. Em Florianópolis, a arrecadação do IPTU é três ou quatro vezes maior do que a arrecadação de Joinville. V.Exas. sabiam disso? Além disso, Florianópolis tem o papel de Capital de Estado, recebendo recursos tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, evidentemente que de acordo com a envergadura da nossa Capital, substanciais portanto.

No entanto, vamos tentar fazer um paralelo sobre a quantidade de ruas asfaltadas em Florianópolis e em Joinville.

Eu apresentei o placar de 60 quilômetros, Deputado João Henrique Blasi, de ruas já pavimentadas e concluídas no Município de Joinville. Eu teria muita satisfação de conhecer o placar asfáltico da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que até conheço, mas não quero melindrar o companheiro João Henrique Blasi com um número que possa constrangê-lo perante o de Joinville, até porque o florianopolitano poderia ficar melindrado com o Deputado Sergio Silva.

Vamos fazer um paralelo em relação aos serviços prestados em Florianópolis e na Prefeitura de Joinville, em número de ambulatórios médicos. Deputado Carlito Merss, eu sei que V.Exa. gosta muito de Florianópolis e talvez também de Joinville, mas peço que se traga aqui o número de ambulatórios ativos de uma e de outra cidade.

Eu não tenho dúvida dos números de Joinville e dos de Florianópolis, até porque, diferentemente de Joinville, Florianópolis conta com oito hospitais públicos, nenhum mantido pela Prefeitura. Joinville, por sua vez, possui dois hospitais públicos, os dois mantidos pela Prefeitura. Aí só reside um fato extraordinário: recursos públicos aplicados por uma e não aplicados por outra.

Mas vamos adiante, vamos falar sobre as crianças matriculadas em Florianópolis nos últimos dois anos e comparar com as dezesete mil de Joinville. E vamos verificar, Deputado Carlito Merss, os uniformes que as crianças ganham de graça em Florianópolis e em Joinville.

Será que em Florianópolis a Prefeitura dá de graça o uniforme para as suas crianças? Alguém pode me responder? Eu não acredito. Agora, eu gostaria que os senhores vissem ontem um desfile das escolas municipais de Joinville para ver a qualidade do uniforme, dado de graça pela municipalidade a todas as crianças.

Mas vamos fazer um outro paralelo. Joinville está construindo o maior centro de eventos da América Latina. São 25 mil metros quadrados de área construída, e será inaugurado no dia 26 de junho. Vão dizer que Florianópolis também tem o seu, que está sendo construído na Beira-Mar. É verdade, só que, diferentemente de Joinville, aqui quem está fazendo são dois empresários particulares. A Prefeitura deu uma autorização para o terreno, que na verdade não poderia ter dado, porque esse terreno foi uma concessão da União para a Prefeitura, sem condições de repassar para a iniciativa privada.

Então, também aí existe uma larga vantagem para Joinville e uma grande deficiência, infelizmente, para a Capital do nosso Estado.

Vamos falar sobre o turismo, afinal de contas Florianópolis é a Capital do Turismo no Mercosul. Já Joinville todo mundo diz que é uma cidade industrial, no entanto, o maior barco de turismo do Sul do Brasil está hoje começando a operar em Joinville, com capacidade para 250 passageiros, com piscina a bordo, restaurante, salão de festas, operando na baía. Chama-se Príncipe III e foi idealizado por um empresário de Joinville, que contou exclusivamente com o apoio da comunidade joinvilense.

Além disso, nós hoje temos um calendário de atividades; todo mês Joinville tem atrações, inclusive no centro de eventos.

Então, nós poderíamos passar aqui a tarde inteira falando que a revista Veja tem razão quando publica que Joinville é uma das dez melhores cidades do Brasil. E eu ficaria muito orgulhoso se Florianópolis estivesse se ombreado com Joinville para disputar a liderança nessa classificação, porque não teríamos uma, mas duas, ou talvez inúmeras cidades de Santa Catarina para mostrar que aqui se faz qualidade de vida.

Eu quero dizer que Joinville vive hoje um clima de progresso, um clima de esperança, ao contrário do que se vive aqui, fruto de uma administração equivocada, anacrônica, que infelizmente não coloca Florianópolis no lugar que deveria estar, no lugar que todos os florianopolitanos e catarinenses gostariam que ela estivesse, demonstrando claramente a diferença de estilo de um Prefeito que toca para a frente, que toca adiante, que toca para o futuro, que tem rumo, que tem certeza e segurança, para uma Prefeitura que olha para trás, que não enxerga os seus companheiros de Partido como aliados na administração municipal.

Deus queira que esse exemplo aqui de Florianópolis não invada o resto do Estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado Sergio Silva, eu lhe dou a razão na comparação que V.Exa. faz entre Joinville e Florianópolis, porque sabemos que, infelizmente, a forma de administrar aqui é antiga.

V.Exa. falou em asfalto, mas eu penso que a única coisa na área de obras que a Prefeita fez aqui foi passar um trator num Vereador aliado, Michel Curi, que inclusive é funcionário desta Casa.

Eu só queria que nesse levantamento da área da saúde e de outras áreas V.Exa. trouxesse para nós os gastos com propaganda. Foram R\$2.500.000,00 em 97 e há uma previsão de R\$4.000.000,00 para 98.

Então, eu gostaria que V.Exa. também trouxesse esses números, para podermos comparar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Eu posso lhe dizer com toda a segurança que o Prefeito Luiz Henrique está coberto de razão, porque Joinville hoje é destaque nacional, e com isso atrai investimentos nacionais, Deputado Carlito Merss. É preciso pensar grande para colher grandes resultados.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Sergio Silva, fique V.Exa. tranquilo, porque não há da minha parte qualquer melindre com referência às alusões feitas a Florianópolis. Há uma evidência, há o fato de

eu, como florianopolitano, estar constritado com essa má gestão que acontece aqui em Florianópolis, onde nada ocorre, onde as promessas que foram feitas não se transformaram em realidade, diferentemente do que sucede em Joinville.

É forçoso admitir que V.Exa. está coberto da mais absoluta razão, pois enquanto Joinville progride, Florianópolis está estagnada em razão da falta de ação da Prefeitura Municipal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Deputado João Henrique Blasi, eu me solidarizo com o seu pesar pela Capital, que acho que não merece o momento que está vivendo. Mas eu tenho certeza que os florianopolitanos, pessoas de bem e inteligentes, estão olhando para Joinville e se espelhando, e futuramente poderão ter, a exemplo do que Joinville teve, uma nova administração em governo, para que possamos fazer definitivamente um resgate que Florianópolis merece.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente eu queria de público anunciar e parabenizar o meu companheiro Líder da Bancada, Deputado Pedro Ucaí, que hoje completa 35 anos de idade, jovem ainda, e com certeza fará muito pelo nosso Estado e pelo nosso País.

Senhores Deputados, quero levantar um problema, pois, infelizmente, a forma autoritária com que o atual Governo do Estado tem administrado Santa Catarina começa a fazer escola.

Durante o ano de 97, nós conseguimos aprovar por unanimidade um projeto nesta Casa, discutido com setores envolvidos, os bancários e os vigilantes, que tratava da questão da segurança bancária, pois a onda de assaltos a bancos durante o ano de 96 e início de 97 foi muito grande.

Assim sendo, nós entendíamos que esta Casa não poderia ficar omissa em relação a um problema tão grave como esse. E foi muito bom ter verificado a unanimidade a um projeto, ao qual foi feito um substitutivo, foi incorporado novos artigos até se chegar a uma conclusão. Infelizmente, esse projeto foi vetado pelo Governador, o que mereceu, nesta Casa, talvez um dos maiores placares na derrubada de veto.

A minha surpresa, Deputado Eni Voltolini, é que durante esta semana fui procurado por setores da imprensa perguntando sobre o que a Assembléia, o que o PT, o que nós faríamos após verificar que a Lei estadual nº 10.51, aqui promulgada, não está sendo cumprida, pelo menos entre 40 a 50% dos bancos, segundo levantamento dos jornais.

Foi algo que me entristeceu muito, porque tenho verificado em algumas agências que visitei que muitas (e aí faço justiça ao próprio Besc) têm efetivamente instalado os equipamentos. Segundo o Deputado Lício Silveira, o proprietário é o Deputado Jorginho Mello; não sei se é uma menção à sua luta para que o banco se mantenha um banco estatal, um banco do povo catarinense, penso que essa é a postura do Deputado Jorginho Mello em relação ao Banco do Estado de Santa Catarina. Mas a verdade é que a lei não está sendo

cumprida, e eu não aceito, enquanto legislador, enquanto cidadão, que isso aconteça impunemente.

A idéia que eu tenho é que, a princípio, a Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa seria a Comissão que teria que encampar essa luta, porque não é possível que continue acontecendo isso, até porque a lei é muito firme, é muito dura. Não havendo o cumprimento da lei, existem pelo menos três itens de sanções contra os bancos que não instalam os equipamentos. Há uma advertência de que pode chegar inclusive ao fechamento da agência.

Então, penso que esta Casa, já que ontem, dia 9, venceu o prazo para que os bancos se adaptassem à nova legislação (e sabemos que muitos bancos assim não fizeram), deve começar a tomar atitudes. Não é possível que se aceite passivamente esse desrespeito a uma lei.

E vejam que nós não aprovamos nenhuma matéria escabrosa, nenhuma matéria que eventualmente eliminasse ou prejudicasse algum banco, pois levantamentos feitos colocavam que o equipamento básico, uma porta giratória, uma cabine blindada, não custaria mais de que R\$10.000,00.

Com certeza isso não vai inviabilizar, não vai fechar nenhuma agência, até porque sabemos que, desgraçadamente, nesses três anos de projeto neoliberal foram os bancos os maiores beneficiados, inclusive os bancos incompetentes, pois neste País parece que só tem dinheiro para banqueiro.

Parece até que estão mudando, Deputado Jorginho Mello, a sigla do PSDB para Partido Só dos Banqueiros. É isso que temos percebido na política, pois não tem dinheiro para a saúde, para a universidade pública, para a agricultura familiar, para a reforma agrária, o que se continua vendo são banqueiros sendo ressarcidos, sendo salvos por um Governo que na prática tem uma postura preferencial pelos ricos, pela elite deste País.

Então, eu penso que temos que tomar uma atitude em relação a essa questão, porque, em última análise, são os funcionários e os clientes dos bancos que sofrem a maior possibilidade de violência, de sair feridos ou até de morrer. É uma pena, pois não é possível que R\$10.000,00 seja algo que importa tanto aos banqueiros.

Ainda ontem, soubemos que uma agência de Massaranduba, uma cidade pequena e pacata, foi assaltada, com os bandidos levando R\$11.000,00. Imagino o drama dos funcionários hoje abrindo o banco novamente pela manhã!

Então eu acho que esta Casa não pode permanecer omissa em relação a isso e a partir de hoje nós temos que tomar medidas duras para fazer com que a lei seja cumprida.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Nobre Deputado, vamos começar por sua última afirmação de que o PSDB é o Partido só dos banqueiros.

O PSDB realmente está preocupado em viabilizar recursos para o Brasil. O nosso Presidente está preocupado com isto. Ele precisa ajudar a economia do Brasil e todas as pessoas que tenham dificuldades na área financeira e econômica, porque o Brasil passa por uma adaptação e no próximo mandato do Presidente da República isto tudo vai para os eixos.

A segunda colocação que gostaria de fazer é a de quando V.Exa. falou que o Deputado Lício Silveira - eu não sei se é de V.Exa., V.Exa. está atribuindo isso a ele - disse que o banco do Estado é do Deputado Jorginho Mello. Eu tenho muito orgulho em ser funcionário do Banco do Estado e os Deputados deveriam saber que o dono do Besc é o povo de Santa Catarina. É um banco público, que tem agência em todos os Municípios e em muitos outros, e nenhum banco coloca tanto posto de serviço ou agência como o Besc. Então, é um patrimônio do povo de Santa Catarina.

Quanto à questão da segurança bancária, a Diretoria do Besc está fazendo a sua parte. Instalou mais de noventa portas giratórias, adaptando ambientes, fazendo com que iniba alguma coisa sobre assaltos, das pessoas que vêm para Santa Catarina se aproveitar da forma pacífica do nosso povo.

Então o Banco do Estado está fazendo a sua parte, está reformando as agências, está adaptando as portas, colocando no lugar de uma porta comum uma porta giratória, com detector de metal. Então, tem que fazer uma obra de engenharia pequena. E já implantou mais de noventa portas para tentar inibir um pouco.

Mas, infelizmente, não dá para se prever um assalto, como foi o caso de Massaranduba, uma agência próxima do asfalto. E lá no Oeste, em Guaraciaba, também houve um assalto. No Besc ocorrem mais assaltos porque tem mais agências, tem mais postos de serviço. Seria muito fácil, muito cômodo o banco determinar, como até já pensou nisto, o fechamento de todas as agências e postos de serviço na beira do asfalto, onde não tem segurança. Mas o próprio Deputado Adelor Vieira teve aqui há pouco tempo pedindo que não fechassem o posto do Sinuelo, que deixassem aberto para atender a comunidade.

Então, é uma situação delicada! O banco não quer deixar de atender as pessoas e ao mesmo tempo aumenta o risco, expondo seus funcionários.

Não é desejo nosso, e sei o que o bancário passa já no dia-a-dia e como fica o seu estado psicológico na expectativa de saber se vai ser assaltado hoje ou não. Agora, posso informar a V.Exa. que a diretoria do banco está tendo o maior carinho e responsabilidade em amenizar um pouquinho isso, instalando as portas giratórias e o próprio sindicato sabe disso.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Para concluir, senhor Presidente - e eu gostaria de contar inclusive com o apoio do Deputado Jorginho Mello, eu pediria o apoio dos senhores Deputados para que a lei seja cumprida, principalmente com bancos privados. Uma matéria do Jornal Diário Catarinense de hoje divulga que o Bradesco aqui da Praça XV tem ambas as portas abertas, escancaradas.

Tenho certeza de que teremos o apoio dos quarenta Deputados para que façamos com que a Lei nº 1051, aprovada por unanimidade nesta Casa, seja cumprida.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Desistimos, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a desistência do

Deputado Jorginho Mello, Líder do PSDB, de usar o horário do seu Partido, passaremos ao horário destinado ao PPB.

Consultamos seu Líder, Deputado Gilson dos Santos, para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, inicialmente o Deputado Olives Santini usará o horário do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o senhor Deputado Olives Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, ouvi com muita atenção o pronunciamento do nobre Deputado Sergio Silva e recordava-me aqui, Deputado Gilson dos Santos, da sessão de abertura do ano legislativo e do pronunciamento do senhor Governador do Estado que dizia na ocasião que, sem nenhuma falsa modéstia, ele foi o melhor Governo da história de Santa Catarina.

Hoje, ao ouvir, primeiramente, o pronunciamento do Deputado Odacir Zonta, levantando questões de subvenções sociais encaminhadas pelo Governo do Estado para alguns Municípios do interior do Estado a entidades fantasmas, cito Lindóia, Santa Helena e Belmonti, eu ainda me lembro de uma questão que levantei também sobre subvenções sociais, encaminhadas a entidades fantasmas, nos Municípios de Cunha Porã e Santiago do Sul.

Posteriormente, prestei muita atenção ao pronunciamento do Líder do PFL, Deputado Wilson Wan-Dall, que levantou aqui a emissão de um cheque frio pelo Governo do Estado. Então, pensei: será que se esse cheque for carimbado duas vezes, vão encerrar a conta do Governo?

Então, estabeleci o raciocínio de que, na verdade, são dois Governos: o Governo que o senhor Paulo Afonso nos apresentou aqui - que era uma maravilha - e um Governo muito diferente deste que larga cheque frio, que emite subvenções sociais a entidades fantasmas.

Eu tentei, aqui, compreender um pouco o Deputado Sergio Silva, e me parece que ele absorveu muito bem a filosofia do seu Governador, porque veio aqui também levantar algumas questões sobre a administração de Florianópolis, sem nenhum dado concreto.

Na verdade, temos que nos lembrar, Deputado Sergio Silva, algumas questões sobre Florianópolis. Por exemplo, ninguém lembra e ninguém fala que a senhora Ângela Amin, em quatorze meses de administração, pagou 18 folhas do salário. Conseguiu colocar todo o pagamento do funcionalismo de Florianópolis em dia, e para sua informação já pagou fevereiro, o contrário do que acontece com o Governo de V.Exa., que em 38 meses de Governo não pagou um mês sequer em dia, e ainda não pagou todo o 13º salário dos funcionários.

E V.Exa. disse aqui que Deus queira que essa prática não prospere em Florianópolis, e eu digo: Deus queira que essa prática do Governo Paulo Afonso não prospere em Santa Catarina. E aqui quero fazer mais um reparo ao seu pronunciamento, quando diz que Florianópolis recebia recursos do Governo do Estado. Por enquanto não vimos nada! Do Governo Federal o que tem recebido é empréstimo, e o que eu vi do Governo Paulo Afonso foi reclamar porque a dona Ângela conseguiu há poucos dias um empréstimo de vinte e seis milhões no BNDES para cumprir seu programa de trabalho. Então, são questões muito diferentes.

Quero dizer só a V.Exa. que gostaria de ter dois levantamentos concretos, com números, para vermos se a diferença entre Florianópolis e Joinville é assim tão grande. Quero lhe dizer ainda que o seu discurso e do Governador, feito aqui desta tribuna na sessão inaugural, são muito diferentes na prática!

Eu assomei hoje à tribuna para levantar uma questão específica da agricultura. Eu, por exemplo, que venho da região Oeste, tenho percebido que a agricultura da pequena propriedade está desaparecendo. Há poucos dias estive em alguns Municípios onde ela está desaparecendo em função da desatenção deste Governo para com a agricultura. Os catarinenses estão saindo da pequena propriedade, voltando ao Rio Grande do Sul, indo trabalhar de garçom em São Paulo, e este Governo faz de conta que não é com ele.

Então eu gostaria de deixar uma sugestão a V.Exa, à Liderança do PMDB nesta Casa e à Liderança do Governo, porque esta é uma questão muito grave, e no mínimo temos que nos envolver, principalmente o Governo do Estado, trazendo aqui as autoridades da área econômica para ver o que está acontecendo, e já fizemos isso em 1983, quando da enchente ocorrida que abalou principalmente a nossa agricultura.

Assim, gostaria de fazer esse comparativo: o discurso proferido aqui pelo seu Governador, que disse, sem nenhuma falta de modéstia, que foi o melhor Governador do Estado, e agora larga um cheque frio e que está dando, como o Deputado Odacir Zonta levantou aqui, subvenções para entidades fantasmas, são dois Governos absolutamente diferentes.

A comparação entre Joinville e Blumenau nós vamos fazer daqui a três anos quando terminarem os dois Governos, porque a dona Ângela Amin não tem tido a consideração que Florianópolis merece do Governo do Estado.

Quero que V.Exa. me aponte um recurso que o Governo do Estado tenha transferido ao Município de Florianópolis, um recurso apenas.

Deputado, V.Exa. falou aqui que Florianópolis recebe dinheiro do Governo do Estado, do Governo Federal. Na verdade, quero lhe dizer que faltam dados concretos. Algumas obras eu poderia lhe enumerar: o transporte coletivo foi melhorado nessa cidade; é só ir aqui na Avenida Hercílio Luz que V.Exa. vai ver uma obra da Prefeitura; na Avenida Otto Gama D'Eça V.Exa. verá o asfaltamento que está sendo feito lá; no caminho dos Açores, são dois quilômetros de asfalto; a Bacia do Itacorubi está sendo reestudada e temos certeza que vai ter solução no Governo da dona Ângela Amin.

Então, na verdade, faço a minha parte para no futuro estabelecermos esta comparação e as duas verdades.

O Sr. Deputado Sergio Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Concederei um minuto, Deputado, pois depois quero falar um pouquinho sobre a agricultura.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Deputado, com muita educação, como é do seu perfil, e com muita sabedoria, como é uma das suas qualidades, V.Exa. coloca aqui a defesa da Prefeita Ângela Amin, mas de uma forma a desafiar os números de Joinville, Florianópolis e Blumenau.

Da nossa parte, Deputado, eu faço questão que V.Exa. traga os números da Prefeita Ângela Amin e eu trarei, com todo gosto, os números do Prefeito Luiz Henrique...

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Perfeitamente.

O Sr. Deputado Sergio Silva - ...porque eu estava fazendo uma comparação entre as duas cidades.

Gostaria que Florianópolis cada vez mais estivesse melhor, porque aprecio muito essa cidade, o seu povo, a sua gente. E quanto mais nós provocarmos os nossos Governantes, melhor será para o nosso povo.

Portanto, Deputado, eu gostaria que V.Exa. marcasse uma data para trazermos aqui os números. Eu trago os de Joinville e V.Exa. os de Florianópolis, para o julgamento das pessoas, dos senhores Deputados e dos servidores da Casa.

Digo mais, V.Exa. disse que o Governo Paulo Afonso não ajuda Florianópolis. Ao contrário, Deputado, inúmeras obras aqui em Florianópolis estão sendo executadas pelo Governo do Estado na Capital dos catarinenses.

O Sr. Deputado Reno Caramori (Interferindo) - Uma delas, Deputado.

O Sr. Deputado Sergio Silva - V.Exa. não mora aqui em Florianópolis, Deputado, não vê.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Mas enumere uma, Deputado.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Eu gostaria que V.Exa. prestasse um pouco mais de atenção...

O Sr. Deputado Reno Caramori - A Expresso Sul?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente, concedi um aparte gentilmente ao Deputado Sergio Silva, mas já completou um minuto e gostaria de continuar o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Então, Deputado, apenas para encerrar, eu aguardo uma data para V.Exa. apresentar os números de Florianópolis que eu trarei, com todo gosto, os de Joinville.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Deputado Sergio Silva, agradeço o seu aparte e quero lhe dizer que eu coloquei que gostaria de fazer uma comparação no fim dos dois mandatos, porque V.Exa. não citou nenhuma obra que o Governo está fazendo aqui e nós estamos sendo segregados.

Gostaria só de lembrar, vamos discutir isso na hora correta, que dona Ângela recebeu este Governo com déficit de R\$10.000.000,00. Ela vai acertar Florianópolis e eu desejo que Joinville, para o bem dos joinvilenses e de Santa Catarina, tenha um Governo de sucesso, como tenho certeza vai ter aqui Florianópolis.

Mas gostaria, senhor Presidente, em um minuto, já que dividimos o tempo com o Deputado Ivan Ranzolin, de fazer aqui menção a essa questão grave que a agricultura está atravessando, sem nenhum posicionamento do Governo do Estado. Para se ter uma idéia, um Município que eu visitei chamado Bom Jesus do Oeste, de 720 propriedades, hoje está reduzido a apenas 400 moradores.

Portanto, senhores Deputados, nesse breve espaço de tempo, fizemos essa reflexão sobre a administração de Florianópolis e sobre essa questão da agricultura.

Gostaria ainda, com muito prazer, de registrar a presença dos nossos companheiros do PPB do Município de Jaguaruna, Marcos Antônio Machado, Armando Machado Filho e Arnaldo Machado Sobrinho.

Desta forma, senhor Presidente, devolvo a palavra à Liderança do PPB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado ao PPB, e com a palavra o senhor Deputado Ivan Ranzolin, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje, nesses cinco minutos, em nome do meu Partido, gostaria de deixar registrado o artigo que achei importante e muito engraçado, aliás, do Jornalista Sérgio da Costa Ramos.

Recomendo a todos os senhores Deputados que leiam, no dia de hoje, a coluna do Jornalista Moacir Pereira, para mim um dos grandes jornalistas que temos neste País, pela sua conduta ilibada e, acima de tudo, pela isenção com que julga e escreve, para que seus leitores possam adquirir cultura de uma forma isenta.

Diz o jornalista Sérgio da Costa Ramos:

(Passa a ler)

"Que Partido é esse?

Meu Deus, o que era aquilo?

Um baile funk? Uma rebelião num presídio? Hooligans na saída do futebol? Desentendimentos entre farristas, depois da 'Farra do Bol'? Arrastão de 'galeras' numa praia do Rio? Encontro de padriños da máfia siciliana? Circo do palhaço Arrelia, com cenas de pugilato no picadeiro e muita serragem no 'palco'?

Foi, com certeza, um pouco disso tudo, a Convenção Nacional do PMDB, cada vez menos uma agremiação política e cada vez mais o participio passado do verbo partir.

Com o tema de The Godfather ao fundo, foram chegando os padriños. Don Sarney, Don Quêrcia e Don Mombaça, pela Oposição. Pelos governistas, Don Michel, Don Geddel e Don Barbalho - sendo esses dois lados os 'participios' mais visíveis no picadeiro. Mas havia também os 'invisíveis' que poderiam mudar de lado ao sabor dos 'incentivos fiscais vigentes'. Entre eles, o camaleônico Don Sarney, que, pelo seu voto, era Oposição a FHC, mas um adesista da reeleição pelo voto de sua filha Roseana. Um luxo!

Altissonantes discursos de baixa-ria explícita marcaram o duelo verbal da convenção, com Mombaça & Cia trocando arremessos de esterco com Barbalho & Cia, num espetáculo de refinada escatologia:

Traidor!

Chupa cabra!

Biltre!

Pilantra!

Aproveitador!

Artilharia que permite ao observador isento recolher do baú do filósofo Millor Fernandes algumas exemplares definições do verbete 'Político':

Por mais hábil que seja, o político sempre acaba cometendo alguma sinceridade.

Político profissional jamais tem medo do escuro. Tem medo é da claridade.

Mais cedo ou mais tarde todo político corresponde aos que não confiam nele.

Segundo os melhores dicionários políticos, 'um Partido é a associação formada por indivíduos que se unem em função de idéias políticas comuns - com a finalidade de conquistar o Poder ou de fiscalizar o Governo, no caso de ficar em oposição a ele'.

Deixo de ler um trecho pelo adiantado da hora, mas encerro dizendo o seguinte:

(Continua lendo)

"Lamentável papel o do Governo, que teme o débil Itamar nas urnas e pretende transformar a reeleição numa assembleia de condôminos em que o síndico seja reconduzido por aclamação..."



Esta, Deputado Eni Voltolini, foi a convenção do PMDB, onde, nesta convenção, o Governo saiu vitorioso.

Veja V.Exa. que barbaridade está acontecendo neste País. E não pude sintetizar esta barbaridade a não ser lendo este artigo, que para mim sintetiza tudo aquilo que realmente deveríamos dizer em vários discursos. E ainda encerro como comecei: recomendo, por não dar tempo, que se leia a coluna hoje do jornalista Moacir Pereira em seu comentário inicial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do senhor Deputado Gervásio Maciel.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados)

Estão presentes 22 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Estando presentes também os senhores Deputados Idelvino Furlanetto e Manoel Mota, encontram-se presentes na totalidade 23 senhores Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Senhor Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu gostaria de propor que as duas matérias constantes da Ordem do Dia de hoje fossem, de acordo e com entendimento com as Lideranças, colocadas num outro momento para votação, uma vez que se verifica hoje a presença de 23 senhores Deputados e é evidente que isso tornará uma situação muito difícil à votação desses vetos.

Se houver a concordância, nós continuaríamos na sessão, se não houver, lamentavelmente, vamos ter que fazer o Regimento ser cumprido, ou seja, nos retirarmos no momento da votação, o que não desejaríamos, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os senhores Líderes se há algum entendimento para que possamos retirar as duas mensagens de veto da presente sessão e colocarmos em votação na sessão de amanhã.

O senhor Deputado Pedro Uczai já confirmou positivamente.

Com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon, Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente, com autorização do meu Líder da Bancada, Deputado João Henrique Blasi, a Bancada do PMDB já viu ontem este Plenário, também, uma ausência muito grande dos senhores Parlamentares. Portanto, hoje tem quórum e nós desejaríamos que fosse votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo concordância, coloco em discussão e votação em turno único a Mensagem de Veto nº 3.164/98, de precedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 116/97, que altera disposições da Lei nº 10.297/96, para incluir produto na lista de mercadorias de consumo popular.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Senhor Deputado Gilson dos Santos - Senhor Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, solicito de V.Exa. a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a retirada da Bancada do PPB e do PT, nos termos regimentais, é visível a falta de quórum.

Esta matéria fica com a sua discussão encerrada, sendo colocada em votação na próxima sessão.

Discussão em turno único da Mensagem de Veto nº 3.032/98, de procedência governamental, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 170/95, que altera a Lei nº 9.865, de 17 de julho de 1995 (dispõe sobre a notificação compulsória de casos de subnutrição às autoridades da área de saúde pública).

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Da mesma forma, colocaremos em votação na próxima sessão, tendo em vista a retirada das Bancadas, o que não possibilita o quórum na presente sessão.

Fim da discussão de vetos.

Consulto os senhores Líderes para que possamos retirar os presentes requerimentos e incluí-los na pauta da sessão de amanhã.

(As Lideranças aquiescem.)

Com a aquiescência dos senhores Líderes de Bancada, ficam retirados os requerimentos. Quanto às matérias que constavam da pauta da sessão de hoje, elas ficam incluídas na pauta da sessão de amanhã.

Terminada a Ordem do dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrarmos a presente sessão, comunicamos a pauta da Ordem do Dia de amanhã:

Além dos vetos, já com sua discussão encerrada, temos ainda Requerimentos nºs 40, 41 e 42, de autoria do senhor Deputado Adelor Vieira;

Requerimento nº 43, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini;

Requerimento nº 44, de autoria do Deputado Norberto Stroisch e outros;

Requerimento nº 45, de autoria da Deputada Ideli Salvatti;

Requerimentos nºs 46, 47 e 48, de autoria do Deputado Odacir Zonta;

Pedido de Informação de autoria do Deputado Reno Caramori.

Senhores Deputados, agora passo a fazer a leitura do Requerimento nº 45, de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti e outros, que solicita a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito:

(Passa a ler)

"Os Deputados que este subscrevem, com fundamento no art. 47, §§ 3º e 4º da Constituição do Estado e art. 30 e seguintes do Regimento Interno deste Poder, considerando:

que a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 38/97, de 11 de agosto de 1997, para apurar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, nas áreas de licitações e contratos, após as prorrogações formalizadas pelas Resoluções nº 48 e 58/97, terá seu prazo de funcionamento esgotado em 10.03.97;

que no curso dos trabalhos daquele Colegiado tornaram-se evidentes problemas administrativos, cuja investigação requer prazo adicional para ser completada, sob pena de restarem inconclusos os regulares e necessários encaminhamentos;

que a própria Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar e analisar o objeto para o qual foi constituída, ao produzir seus relatórios, evidenciou a necessidade de se dar continuidade aos trabalhos para que pudesse viabilizar diligências e depoimentos importantes;

que tendo sido utilizada a prerrogativa prevista no art. 30 do Regimento Interno, não é facultado àquela Comissão Temporária solicitar nova prorrogação.

Requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - composta por 07 (sete) Membros, para, no prazo de 90 dias, apurar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, nas áreas de licitações e contratos."

Seguem-se 14 assinaturas.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, pelo que estou entendendo da leitura que V.Exa. procedeu, o requerimento é no sentido de ser constituída uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar um fato determinado, objeto de investigação de uma outra CPI, que esgotou o prazo e não conseguiu concluir os seus trabalhos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Parece absolutamente inviável sob o enfoque jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Diz o Requerimento Interno: "A Assembléia Legislativa constituirá a Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado pelo prazo máximo de noventa dias, prorrogáveis por mais sessenta dias, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos na lei do Regimento Interno."

Esta Presidência vai analisar o presente requerimento, à luz das disposições legais. Este requerimento preenche o requisito de assinaturas para a sua constituição. Então, nós vamos analisar a parte jurídica da constituição e, oportunamente, daremos conhecimento da decisão ao Plenário.

Ao encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

# ATOS DA MESA DIRETORA

## RESOLUÇÃO DP

### RESOLUÇÃO DP Nº 002/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

NOMEAR, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Deputado Ivan Ranzolin  
Deputado Eni Voltolini  
Deputado Olíces Santini  
Deputado Romildo Titon  
Deputado João Henrique Blasi  
Deputado Hans Fritsche  
Deputado Julio Teixeira  
Deputado Pedro Uczai

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel  
Deputado Eni Voltolini  
Deputado Leodegar Tiscoski  
Deputado Ivo Konell  
Deputado Sérgio Silva  
Deputado Paulo Vidal  
Deputado Wilson Wan-Dall  
Deputado Carlito Merss  
Deputado Jorginho Mello

COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Deputado Olíces Santini  
Deputado Eni Voltolini  
Deputado Herneus de Nadal  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Norberto Stroisch Filho  
Deputado Idelvino Furlanetto  
Deputado Pedro Uczai

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Deputado Udo Wagner  
Deputado Ivan Ranzolin  
Deputado Sérgio Silva  
Deputado Narcizo Parisotto  
Deputado Wilson Wan-Dall  
Deputado Idelvino Furlanetto  
Deputado Jorginho Mello

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Deputado Reno Caramori  
Deputado Leodegar Tiscoski  
Deputado Manoel Motta  
Deputado Paulo Vidal  
Deputado Norberto Stroisch Filho  
Deputado Volnei Morastoni  
Deputado Ciro Roza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Udo Wagner  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Luiz Roberto Herbst  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Júlio Teixeira  
Deputada Ideli Salvatti  
Deputado Onofre Santo Agostini

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Deputado Udo Wagner  
Deputado Gilmar Knaesel  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Ivo Konell  
Deputado Sérgio Silva  
Deputado César Souza  
Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Deputado Olíces Santini  
Deputado Gilmar Knaesel  
Deputado Herneus de Nadal  
Deputado Hans Fritsche

Deputado Pedro Bittencourt Neto

Deputada Ideli Salvatti

Deputado Jaime Mantelli

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Reno Caramori

Deputado Luiz Roberto Herbst

Deputado Hans Fritsche

Deputado Norberto Stroisch Filho

Deputado Júlio Teixeira

Deputado Carlito Merss

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

### RESOLUÇÃO Nº 211/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR JUAREZ JOSÉ TORTATO, matrícula 1088, da função de Chefe da Seção de Apoio Técnico, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### RESOLUÇÃO Nº 212/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR JUAREZ JOSÉ TORTATO, matrícula 1088, para exercer a função de Chefe e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### RESOLUÇÃO Nº 213/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: em conformidade com a Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR EDER DE QUADRA SALGADO, matrícula nº 1265, para exercer a função de Chefe da Seção de Apoio Técnico, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### RESOLUÇÃO Nº 214/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR JOSÉ CARLOS CARVALHO COOK, matrícula 0652, da função de Chefe da Seção de Cadastros, Microfilmagem e Informática, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 215/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE: em conformidade com a Resolução nº 1394, de 06/10/92,  
DESIGNAR BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI, matrícula nº 1842, para exercer a função de Chefe da Seção de Cadastros, Microfilmagem e Informática, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e

Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

#### AVISO

#### REF. CONVITE 04/98

A Coordenadoria de Licitações comunica aos interessados que, por decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foram revogados os itens I, II e VII (poltronas giratórias e mesas) do Convite Nº 04/98. Florianópolis, em 17 de março de 1998.

LUIZ ALBERTO SECCON  
Coordenador

\*\*\* X X X \*\*\*

### LEIS

#### LEI Nº 10.723, de 16 de março de 1998

Dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

Eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o § 7º do artigo 54 da Constituição Estadual e § 1º do artigo 217 do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º A quota estadual do Salário Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei Federal n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, correspondente a dois terços do montante de recursos arrecadados no Estado, é destinada exclusivamente ao ensino fundamental público e será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º A distribuição, a que se refere o artigo anterior, far-se-á proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental regular e supletivo nas redes estadual e municipal.

§ 1º Para recebimento das parcelas do Salário Educação, os municípios deverão comprovar:

I - matrícula de alunos no ensino fundamental na rede pública municipal;

II - cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

III - aprovação de Plano de Aplicação Anual e de Relatório Físico-Financeiro correspondentes, pelo Conselho Municipal de Educação, através de parecer circunstanciado;

IV - existência e regular funcionamento de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;

V - fornecimento dos dados do Censo Educacional anual.

§ 2º A comprovação a que se referem os incisos I, II, III e IV deverá ser feita à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, anualmente.

§ 3º No primeiro ano de execução desta Lei, os municípios estarão isentos da comprovação do Relatório Físico-Financeiro a que se referem os incisos III e IV, do § 1º deste artigo.

§ 4º O não cumprimento das disposições contidas nos incisos I, II, III, IV e V do parágrafo 1º determinará a suspensão do repasse dos recursos destinados ao município.

§ 5º A base de dados para a repartição anual dos recursos previstos e para a comprovação de matrículas é o Censo Educacional, realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 3º Os recursos da quota estadual do Salário Educação previstos para os municípios integrarão os orçamentos municipais.

Parágrafo único. As receitas e despesas realizadas com o Salário Educação serão apuradas e publicadas nos relatórios e balanços dos municípios, obedecendo as normas constitucionais estabelecidas para os demais recursos.

Art. 4º As disponibilidades financeiras dos recursos transferidos aos Municípios poderão ser aplicados por intermédio de instituição financeira oficial.

Parágrafo único. O produto resultante das aplicações financeiras será destinado ao ensino fundamental.

Art. 5º Os recursos da quota estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental, regular e supletivo, destinando-se exclusivamente:

I - ao aperfeiçoamento dos profissionais do ensino fundamental;

II - à construção, conservação e reforma de prédios escolares e à aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares;

III - à produção de material didático destinado ao ensino fundamental;

IV - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;

V - à manutenção de programas de transporte escolar;

VI - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino fundamental público.

Art. 6º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os municípios apresentarão, anualmente, ao Conselho Municipal de Educação, Relatório Físico-Financeiro da aplicação dos recursos recebidos do Estado.

Art. 7º As parcelas de recursos destinadas aos municípios serão creditadas mensal e automaticamente em contas específicas em favor da Prefeitura Municipal para o financiamento do ensino fundamental público municipal.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Educação e do Desporto compete:

I - divulgar, anualmente, estimativa dos valores a serem repassados aos municípios como base para elaboração do orçamento municipal;

II - publicar, bimestralmente, os valores do repasse destinado aos municípios, tomando por base a receita do bimestre anterior;

III - corrigir, semestralmente, eventuais diferenças de valores entre a receita estimada e realizada;

IV - comunicar aos municípios inadimplentes e aos respectivos Conselhos Municipais de Educação a cessação dos repasses de recursos, quando for o caso, e enviar relação dos mesmos à Assembléia Legislativa do Estado para conhecimento.

Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Salário Educação implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo único. Para habilitar-se novamente ao repasse dos recursos do Salário Educação, o município deverá comprovar junto à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto a restituição do valor utilizado indevidamente, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais.

Art. 9º Os recursos não repassados aos municípios, por força do que dispõem o § 4º do art. 2º e o art. 8º, serão redistribuídos conforme o critério estabelecido nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**LEI Nº 10.724, de 16 de março de 1998**

Dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no § 7º do artigo 54 da Constituição Estadual e § 1º do artigo 217 do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, será implantado no Estado, a partir do dia 1º de janeiro de 1998.

Art. 2º - Fica criado o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 3º - O Conselho será constituído por 10 (dez) membros, sendo:

- a) um representante do Poder Executivo Estadual;
- b) um representante da FECAM;
- c) um representante da Seccional de Santa Catarina da

UNDIME;

- d) um representante do Conselho Estadual de Educação;
- e) um representante dos pais de alunos das escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino;
- f) um representante dos pais de alunos das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino;
- g) um representante do SINTE/SC;
- h) um representante dos sindicatos dos professores municipais;
- i) um representante da União Catarinense dos Estudantes - UCES;
- j) um representante da Delegacia Regional do Ministério da Educação.

§ 1º - Todos os membros do Conselho, salvo o representante do Poder Executivo Estadual e da Delegacia Regional do Ministério da Educação, serão indicados por seus pares ao Governador do Estado que os designará para as funções.

§ 2º - Os representantes previstos nas letras "e", "f" e "h" deste artigo serão escolhidos em assembleias especialmente convocadas para este fim, já que não há entidade estadual que congregue estes setores.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos.

§ 4º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, salvo diárias e passagens, exclusivamente para as representações previstas nas letras "e", "f" e "h" deste artigo.

§ 5º - As despesas com a manutenção do Conselho, serão custeadas pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

Art. 4º - Compete ao Conselho:

I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Escolar Anual;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV - propor alterações legislativas e administrativas visando a melhor aplicação e distribuição do Fundo.

Art. 5º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária através de comunicação escrita por qualquer de seus membros.

Art. 6º - O Conselho exercerá suas funções nas dependências do Conselho Estadual de Educação, ficando a Secretaria Estadual de Educação responsável pela infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

Art. 7º - Para viabilizar o cumprimento no disposto no art. 1º desta Lei, fica o Estado obrigado a:

I - implantar o novo plano de carreira único e de remuneração do magistério estadual, de que tratam os arts. 9º e 10 da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

II - instituir e convocar a primeira reunião do Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei;

III - fornecer as informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais, bem como cumprir as demais condições estabelecidas no art. 10 da referida Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Parágrafo único - A inobservância dos prazos previstos neste artigo sujeita a autoridade responsável às sanções administrativas e civis cabíveis.

Art. 8º - Os recursos devidos pelo Estado ao Fundo, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, serão depositados na forma prevista no art. 3º da referida Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 9º - O custo por aluno, referido no § 2º do artigo 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, terá a seguinte diferenciação:

I - mais 30% (trinta por cento) desse valor, por aluno matriculado no ensino especial da rede regular;

II - (VETADO)

III - mais 50% (cinquenta por cento) desse valor, por aluno matriculado em escola de zona rural.

Parágrafo único - Os alunos especificados nos itens acima serão os identificados pelo Censo Escolar Anual.

Art. 10 - O custo do transporte escolar do ensino fundamental será objeto de cooperação entre o Estado e o Município, conforme o § 4º do Art. 211 da Constituição Federal, visando ressarcir as despesas decorrentes do transporte de alunos pelo município com o pagamento pelo Estado de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do custo médio estadual por aluno transportado.

Art. 11 - Os municípios que optarem pela municipalização do ensino fundamental de 1º a 4º séries e que promoverem a nucleação, transferirão para o Estado a responsabilidade de atribuir exercício ou lotar o professor do quadro efetivo do magistério estadual, numa das Escolas Básicas ou Colégios de 1º e 2º graus, mais próximo de sua residência, quando a escola de sua lotação for motivo de desativação, sem prejuízo da sua remuneração.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 16 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**MEDIDA PROVISÓRIA****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275/98****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3234**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, a Medida Provisória que "Autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul e estabelece outras providências".  
Palácio Santa Catarina, 26 de fevereiro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA  
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/98

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Florianópolis, 16 de fevereiro de 1998

Da Secretária de Estado da Administração

Hebe T. Nogara

Ao Governador do Estado de Santa Catarina

Paulo Afonso Evangelista Vieira

**Exposição de Motivos SEA/GAB/05/98****1 - Apresentação**

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, projeto de medida provisória que "Autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul e estabelece outras providências."

**2 - Análise**

Através da Lei nº 10.034, de 26 de dezembro de 1995, foi concedida autorização e estabelecido os casos e condições para contratação de pessoal, por prazo determinado, sob regime administrativo especial, no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul. Tais contratações foram autorizadas pelo período de dois anos, tendo início em 1º de março de 1996 e encerrando-se no final do mês em curso, vedada a prorrogação.

A justificativa da prorrogação apresentada pelo Secretário de Estado dos Transportes e Obras na E.M. nº 159/97, qualifica como inoportuna a realização do concurso público para contratação de novos servidores em caráter permanente, em substituição aos atuais contratados temporários uma vez que haverá substancial redução de pessoal quando a Administração do Porto passar para os operadores privados, o que prevê ocorrerá até o exercício de 1999, face a diretriz traçada pelo Governo Federal.

A vista do exposto solicita a prorrogação por até dois anos dos contratos efetuados com base na Lei nº 10.034, de 26 de dezembro de 1995 bem como a transformação de um cargo de Técnico de Informática em Analista em Informática, para adequação à necessidade e realidade funcional da autarquia.

Trata também o projeto de medida provisória da alteração do artigo 2º da Lei nº 9.503, de 08 de março de 1994 com vistas a corrigir injustiça cometida com alguns servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo que por força da inexplicável redação em vigor estão sendo tolhidos de perceber a Gratificação de Responsabilidade Técnica cumulativamente com Gratificação Complementar de Vencimento.

O projeto faz ainda justiça ao pessoal militar, quando a estes, estende, mesmo que tardiamente diga-se de passagem, a gratificação concedida aos servidores civis, por integrarem Comissão Permanente de Licitação. A extensão é reparadora e atende o legítimo pleito constante da E.M. nº 092 CMDO G/AG/97 do Comando Geral da PM, em anexo.

Finalmente, com vistas a atender a premente necessidade de serviço, o projeto disciplina a movimentação de pessoal entre quadros da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Tal disciplinamento, permitirá, inclusive que a administração pública possa promover a readequação dos quadros com melhor redistribuição do pessoal excedente sem a necessidade de novos ingressos ou aumento de vencimentos.

O término dos contratos autorizados através da Lei nº 10.034, de 26 de dezembro de 1996, já no próximo dia 28 do corrente, sem a possibilidade de apreciação em tempo hábil pela Assembléia Legislativa, de projeto de lei visando a necessária prorrogação, bem como a justiça de que se reveste as demais questões tratadas no projeto com inegável interesse público, estão a caracterizar a relevância e a urgência requisitadas constitucionalmente para a adoção de medida provisória.

### 3 - Conclusão

Diante do exposto, encareço a Vossa Excelência a aprovação do presente projeto de medida provisória, editando-a com força de lei na forma do artigo 51 da Constituição do Estado e submetendo-a de imediato a apreciação da Assembléia Legislativa que ora inicia os trabalhos relativos ao exercício de 1998.

Respeitosamente

**HEBE T. NOGARA**

Secretária de Estado da Administração

**SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Florianópolis, 01 de dezembro de 1997.

**DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS, EM  
EXERCÍCIO**

**VALTER JOSÉ GALLINA**

**AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 159/97**

### 1. Apresentação

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a competente autorização que permita à Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, prorrogar o prazo dos atuais contratos de trabalho dos servidores admitidos em caráter temporário.

### 2. Análise

O quadro de servidores daquela Autarquia compõe-se de 46 servidores efetivos e de 155 servidores, admitidos em caráter temporário, através da Lei nº 10.034, de 26/12/95, cópia em anexo.

Os servidores admitidos através da Lei supra citada, terão seus contratos administrativos encerrados em 28/02/98, em razão de a referida Lei que não permitir a prorrogação de prazo das admissões já efetivadas.

Cabe esclarecer que a Administração do Porto de São Francisco do Sul, em face da Lei nº 8.603/93, que trata da Modernidade dos Portos, vem gradativamente saindo da operação portuária, cujos serviços por sua vez vêm sendo assumidos por operadores privados.

Cumpra salientar que o Governo Federal traçou diretriz no sentido de que a administração dos portos transfira, a curto prazo, à iniciativa privada, a operação portuária. Daí porque inoportuna a realização de concurso público para a contratação de novos servidores para ocuparem as vagas daqueles que terão seus contratos encerrados em 28/02/98. Principalmente porque, fatalmente, haverá uma substancial redução de pessoal quando a Administração do Porto passar para os operadores privados, o que se prevê ocorra ainda no exercício de 1999.

### 3. Parecer

Pelo exposto, solicito a Vossa Excelência seja permitido àquela Administração prorrogar o prazo da contratação dos atuais servidores, admitidos em caráter temporário por intermédio da Lei nº 10.034, de 26/12/95, facultando a contratação de novos servidores em caso de dispensa, através do encaminhamento de projeto de lei à Assembléia Legislativa.

No aguardo do pronunciamento de Vossa Excelência, subscrevo-me respeitosamente,

**VALTER JOSÉ GALLINA**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS, EM EXERCÍCIO**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**POLÍCIA MILITAR**

**GABINETE DO COMANDO GERAL**

Florianópolis, 05 de novembro de 1997

Do Comandante Geral da Polícia Militar

Cel PM VALMIR LEMOS

Ao Governador do Estado de Santa Catarina

Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

**Exposição de Motivos nº 092/Cmdo G/AG/97**

### 1. APRESENTAÇÃO

Segundo o Decreto nº 4.024 de 29 de outubro de 1993, confere aos Servidores pertencentes aos quadros de pessoal dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo, que forem designados para comporem Comissões Permanentes de Licitação, gratificação como estímulo e compensação do ônus a que são submetidos os membros de tais Comissões.

Orientado pelo texto supra-citado, faz-me necessário destacar a transcrição de alguns artigos da Lei 8666/93 - (Lei de Licitações):

"Art. 51 - A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por **comissão permanente ou especial** de, no mínimo, 03 (três) membros, **sendo pelo menos 02 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação**". (grifamos)

"§ 3º, do Art. 51 - **Os membros da Comissão de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão**, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrado em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada decisão". (grifamos)

"Art. 82 - **Os agentes administrativos** que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando frustrar os objetivos da licitação **sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar**". (grifamos)

"Art. 83 - **Os crimes definidos nesta Lei**, ainda que simplesmente tentados, **sujeitam os seus autores, quando servidores públicos**, além das sanções penais, **à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo**". (grifamos)

"Art. 89 - Dispensar ou inexistir licitação fora das hipóteses previstas em Lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à inexigibilidade:

**Pena - detenção, de 03 (três) a 05 (cinco) anos, e multa.**" (grifamos)

"Art. 97 - Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

**Pena - detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa.**" (grifamos)

### 2. ANÁLISE

Face ao exposto, entendemos que a necessidade da criação, designação e permanência de servidores militares em Comissões Permanentes de Licitações, nasce da profundidade e do relevante interesse social que as referidas Comissões realizem seus trabalhos de forma técnica e especializada, obrigando o servidor estudar, pesquisar, consultar e atualizar-se através das legislações e doutrinas vigentes.

Observa-se objetivamente, que o Decreto referenciado, analisado sob o fulcro do espírito da norma, autoriza-nos interpretar sua intenção de premiar, retribuir e reconhecer o esforço e desvelo do servidor, quando no exercício de tal tarefa extraordinária, já que fazer parte da Comissão não o dispensa de suas funções pelo contrário, o acarreta com mais tarefas e responsabilidades, sujeitando-o, ainda, às penalidades civis e criminais.

Devo ressaltar ainda, que tal labor é atribuído ao servidor público civil, sendo que para este, é auferida a referida gratificação.

### 3. PEDIDO

Considerando o que preconiza o Decreto Nº 4.024 de 29 de outubro de 1993, consubstanciado com as alegações apresentadas, submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos.

Atenciosamente,

**VALMIR LEMOS**

Cel PM Comandante Geral da PMSC

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 075, de 26 de fevereiro de 1998**

Autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 51 da Constituição Estadual, edita a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar, por até 2 (dois) anos, os contratos efetuados com base na Lei nº 10.034, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º O cargo de Técnico em Informática, constante do Anexo Único da Lei nº 10.034, de 26 de dezembro de 1995, fica transformado em Analista em Informática, com a habilitação e a especificação prevista na Lei Complementar nº 81, de 15 de março de 1993.

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 9.503, de 08 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Gratificação Complementar de Vencimento não será incorporada para quaisquer efeitos à remuneração normalmente percebida pelo servidor e não poderá ser paga cumulativamente com a gratificação prevista na Lei nº 4.426, de 03 de fevereiro de 1970, bem como com qualquer vantagem pecuniária percebida a título de produtividade."

Art. 4º A gratificação concedida aos membros de Comissão Permanente de Licitação estende-se ao pessoal militar na forma da regulamentação existente.

Art. 5º A relocação por transposição de servidores nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, com correspondente adequação, quando for caso, far-se-á através de ato específico baixado pelo Governador do Estado, mediante exposição de motivos fundamentada em que fique justificada a imperiosa necessidade de serviço.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução dos artigos 1º e 2º desta Medida Provisória correrão à conta das dotações do Orçamento da Administração do Porto de São Francisco do Sul e dos demais artigos à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 1º de março de 1998.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1998

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**MENSAGEM GOVERNAMENTAL****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3235/98**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa Augusta Casa Legislativa a necessária licença para que o Vice-Governador possa ausentar-se do País, em caráter particular, no período de 22 de março a 13 de abril do corrente ano, com destino à Espanha, Marrocos e Portugal.

Palácio Santa Catarina, 02 de março de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/03/98

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 126/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR PRESCILIA CARDOSO, matrícula nº 1993, no Setor de Biblioteca.

Palácio Barriga-Verde, em 16/03/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/98**

*Susta a Portaria nº 0975/GEARH/D F/ SSP/97 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina que, em afronta ao princípio da legalidade, exorbitam seu poder regulamentar.*

Art. 1º Fica sustada a Portaria nº 0975/GEARH/D F/ SSP/97 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1998.

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/98

**JUSTIFICATIVA**

No uso da competência prevista no Art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual de 1989, e no Artigo 253 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminho o Projeto de Decreto Legislativo à apreciação deste egrégio corpo legislativo, com vista a sustar o ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do seu poder regulamentar, no que segue:

- Determina a Constituição Federal em seu artigo 22:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte;"

"Art. 25.

§ 1º São reservados aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta constituição."

"Art. 30. Compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

.....

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial."

Entretanto, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, afrontando o regime constitucional de competência, exorbitando seu poder regulamentar, aprovou Portaria que "Proíbe no território **estadual**, o registro, licenciamento e emplacamento de motocicletas destinadas ao transporte remunerado de passageiros e dá outras providências".

Diante do abuso do poder de regulamentar, criado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, procede a ênfase do artigo 40, inciso VI da Constituição Estadual de 1989, com o intuito de resguardar a competência deste poder legislativo, quando em seu teor cita "é de competência exclusiva da Assembléia Legislativa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Frisamos ainda texto da obra **Comentários à Constituição 1988**, do autor José Cretella Júnior, edição 1991, p. 2.550 " configurado o denominado abuso da atribuição regulamentar do poder Executivo, o Poder Legislativo tem competência exclusiva para sustar a sua eficácia, anulando-a".

Conforme o acima exposto, cumpre-nos sustar o ato normativo supra citado, para que se cumpra a Constituição e salvegarde o poder deste corpo legislativo.

Por considerar justa e merecida a solicitação, submeto a Vossas Excelências a apreciação da presente matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 022/98**

**Estabelece aos gestores da administração pública do Estado, a obrigatoriedade em fornecer informações sobre a prestação de contas de seus antecessores.**

Art. 1º Para assegurar a eficácia do controle externo estabelecido nos arts. 58 e 59 da Constituição do Estado, os gestores dos órgãos da administração direta, das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas e outras entidades constituídas e mantidas pelo Estado, ficam obrigados a fornecer informações solicitadas pelos órgãos fiscalizadores do Estado quanto às contas dos gestores que lhes antecederam.

§ 1º - Para atendimento da solicitação prevista no "caput", será permitido ao interessado, pleno acesso aos meios de informação disponíveis na estrutura do órgão.

§ 2º - A busca de informação e esclarecimentos ficará restrita ao atendimento das diligências formuladas pelos órgãos fiscalizadores, sendo vedado qualquer ato ou pronunciamento sobre a atual gestão.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/03/98.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da administração pública está ao encargo da Assembléia Legislativa, cujo controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas.

À esteira desta competência o inciso II do art. 59 da Constituição do Estado, lhe atribui a tarefa de:

**"Art. 59 ...**

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário."

É neste contexto que situamos a presente proposta de lei e, principalmente a fizemos em homenagem aos princípios constitucionais da publicidade e moralidade dos atos administrativos.

Pelo citado comando constitucional, compete ao Tribunal de Contas do Estado acompanhar a todos os procedimentos da administração pública quanto à sua legalidade, legitimidade e economicidade e, neste diapasão, prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Inobstante a eficiência desse controle exercido pela Corte de Contas, sabe-se que, finda a gestão, o acesso às contas do administrador substituído, na maioria das vezes, é dificultado em prejuízo da plena elucidação de fatos ou controvérsias.

Pretendemos, portanto, com a normatização da presente matéria que, os gestores da administração pública estadual sejam compelidos a fornecer toda e qualquer informação quanto às contas de seus antecessores, sempre que essas sejam objeto de perquirição dos órgãos fiscalizadores do Estado

Desse modo, conclamamos os Senhores Pares a endossar nossa proposição a qual, com certeza, contribuirá para a refalada transparência da Administração Pública.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 023/98

**Torna obrigatória a realização de testes de acuidade visual e auditiva nas escolas de 1º Grau de Santa Catarina.**

**Art. 1º** É obrigatória a realização de testes de acuidade visual e auditiva, para os estudantes das escolas públicas de Santa Catarina.

**Art. 2º** Os testes de acuidade visual e auditiva serão aplicados a todos os estudantes de 1º Grau, com objetivo de detectar possíveis deficiências prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento.

**Art. 3º** Os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual ou auditiva serão encaminhados aos serviços de saúde do Estado e/ou Município, mediante autorização dos pais e/ou responsáveis.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/03/1998.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

O art. 208, VII prevê que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de .... assistência à saúde".

Portanto, é dever do Poder Público submeter os alunos matriculados na rede pública de ensino a testes de acuidade visual e auditiva a fim de detectar possíveis deficiências, prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento.

No desempenho das atividades docentes os professores da rede estadual de ensino de 1º Grau têm oportunidade de constatar que um dos motivos de repetência e da evasão escolar tem decorrido de deficiências físicas que passam despercebidas, principalmente quando o distúrbio atinge a visão ou a audição, fatos nem sempre fáceis de identificar pelos pais nas atividades domésticas ou brincadeiras infantis.

Por volta de sete anos, quando começam a freqüentar a escola, as exigências de acuidade visual e auditiva tornam-se indispensáveis para o bom acompanhamento das atividades escolares de aprendizagem, da leitura e escrita, é quando se percebe que muitas crianças se dispersam e usam artifícios de comportamento que caracterizam sua dificuldade física de visão ou audição.

Para evitar estas situações consideramos prudente e oportuno apresentar este Projeto de Lei que tornará obrigatória a realização de testes de acuidade visual e auditiva para que este assunto tão importante não fique na dependência de programas da Secretaria da Educação que podem ser cancelados a qualquer tempo.

Contamos com o apoio dos Senhores Deputados para aprovação desta matéria que representa uma segurança para todas as crianças que freqüentam a rede escolar pública de Santa Catarina.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 024/98

**Dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, nas condições que determina.**

**Art. 1º** O pagamento pela prestação dos serviços da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, instituídos pelo Decreto nº 2.286, de 03 de agosto de 1992, será dispensado aos usuários que residam em municípios declarados em estado de calamidade pública.

**Art. 2º** Para usufruírem do benefício estabelecido nesta Lei, os usuários devem anexar à solicitação de serviços dirigido à FATMA, cópia do Decreto Municipal que declarou o município em estado de calamidade pública.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO OLICES SANTINI

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

Apresentamos à deliberação dos demais pares desta Casa, proposição no sentido de isentar de pagamento os usuários pela utilização dos serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, quando os municípios forem eventualmente declarados em estado de calamidade pública.

A cobrança destes serviços, dentre os quais o relativo ao procedimento de autorização para corte de madeira para fins de aproveitamento em volume não superior à 15 metros cúbicos, foi aprovada pelo Decreto nº 2.286, de 03 de agosto de 1998.

Quando ocorrem vendavais e algumas árvores são derrubadas em face do fenômeno, o produtor rural é obrigado, por força legal, a requerer junto a FATMA autorização para aproveitar os troncos derrubados, muitas vezes na reconstrução de edificações de sua propriedade. O produtor rural ao habilitar-se a esse aproveitamento tem que pagar à Fundação taxa no valor de R\$ 112,00 (cento e doze reais).

Nestes casos em que o agricultor já sofreu prejuízos face as intempéries, não é justo que o poder público cobre este valor para que o mesmo possa se aproveitar destes recursos naturais visando a recuperação das construções que foram destruídas.

Estas as razões que entendemos justificar a proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 025/98

**Declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Agricultoras - Herval D'Oeste- SC**

**Art. 1º** É declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE MULHERES AGRICULTORAS, com sede e foro no Município de Herval d'Oeste -SC.

**Art. 2º** À entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos da legislação em vigor.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1998.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

Objetivando reconhecer as entidades de classe organizadas em prol do desenvolvimento de suas regiões, como segue:

- Promover eventos recreativos, sociais e culturais sem fim lucrativo.
- Desenvolver atividades inerentes à classe e em prol da mesma.
- Unir a classe trabalhadora rural.
- Incentivar e apoiar a classe trabalhadora rural.
- Divulgar os trabalhos à nível de associações.

Em conformidade com o dispositivo na Lei 9.704 de 18.04.94, submeto à Vossas Excelências, o Projeto de Lei que "Declara de Utilidade Pública a Associação Municipal da Mulheres Agricultoras".

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 026/98

**Declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Lourenço D'Oeste - ASAPEL.**

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Lourenço D'Oeste - ASAPEL, com sede e foro na cidade e Comarca de São Lourenço D'Oeste- S.C.

**Art. 2º** À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

DEPUTADO OLICES SANTINI

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que submetemos à consideração deste Plenário, tem o objetivo de declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Lourenço D'Oeste, com sede e foro na cidade de São Lourenço D'Oeste, a qual não tem fins lucrativos, mas sim o de defesa dos interesses de seus associados.

Acostamos ao Projeto, toda a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997, que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 027/98

**Declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Bento do Sul - SCBVSBS.**

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros voluntários de São Bento do Sul - SCBVSBS, com sede e foro na cidade e Comarca de São Bento do Sul.

**Art. 2º** A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

DEPUTADO ENI VOLTOLINI

*Lido no Expediente*

*Sessão de 16/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

O que se pretende à vista do referido Projeto de Lei é tão somente declarar de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Bento do Sul - SCBVSBS, com sede e foro na cidade de São Bento do Sul.

Cumpra observar que a entidade em epígrafe estabelece em seus estatutos sociais a cooperação com as forças militares constituídas, na execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamento, catástrofes e calamidades públicas.

Entretanto para que a mesma obtenha todos os direitos e vantagens que a legislação lhe assegura, sem o que não será possível alcançar seus objetivos, torna-se imprescindível a aprovação deste projeto, portanto, solicito deste plenário seu acolhimento.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 028/98

**Altera dispositivo da Lei nº 10.609, de 28 de novembro de 1997.**

**Art. 1º** - O art. 30 da Lei 10.609, de 28 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 - Fica assegurado às Sociedades Cooperativas, aos Sindicatos de Condutores Autônomos de Veículos Automotores, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Urbanos, Sindicatos de Produtores Rurais e às Colônias de Pescadores o direito de encaminharem os processos relativos a veículos automotores de sua propriedade e de seus associados.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO NEODI SARETTA

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/03/98*

#### JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos a este Parlamento visa alterar a redação do art. 30 da Lei nº 10.609, de 28 de novembro de 1997, que preconiza o direito à determinadas entidades, através de convênio com a ADOTESC - Associação dos Despachantes do Estado de Santa Catarina, de efetivarem os processos relativos à veículos automotores de suas propriedades.

A medida que se pretende introduzir no Diploma citado proporcionará condições de adoção dos procedimentos da forma como acontecia antes da edição da Lei nº 10.609/97, ou seja, sem a intervenção da ADOTESC.

A possibilidade da prestação de serviços na forma que se pretende já veio alinhavada quando da edição da Lei nº 8.075/90, através do § 2º do art. 6º, cuja redação original foi alterada em face da Lei nº 9.816/94.

Assim, por tratar-se de relação já devidamente consagrada no cotidiano dos beneficiários com resultados extremamente positivos, submetemos à apreciação deste Poder a presente matéria e contamos com a solidariedade e consciência dos nobres colegas para com a causa, culminando com a aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*